As «Manas» não estão sozinhas págs 15-16 • **Fim ao fóssil: escolas ocupadas** págs. 20 e 21 • **As Brigadas Revolucionárias (1970-1974)** pág. 38

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 36
DEZEMBRO 2022-FEVEREIRO 2023
TRIMESTRAL / ANO X
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Ilustração: Catarina Mateus

Os novos trilhos do cooperativismo

págs 5 a 11; 32 a 35

Mais do que nunca somos chamados a cooperar, para alimentar necessidades e aspirações comuns e permitir-se imaginar que outra economia é possível. O 1.º Fórum das Cooperativas Integrais fortaleceu coletivos que tecem economias de base comunitária e ecológica. Um novo fôlego cooperativista que convoca a revisitar o comunitarismo do nosso mundo rural e a percorrer os seus trilhos. Futuros comuns e tradições reevocadas.

Nas fronteiras mais perigosas do planeta

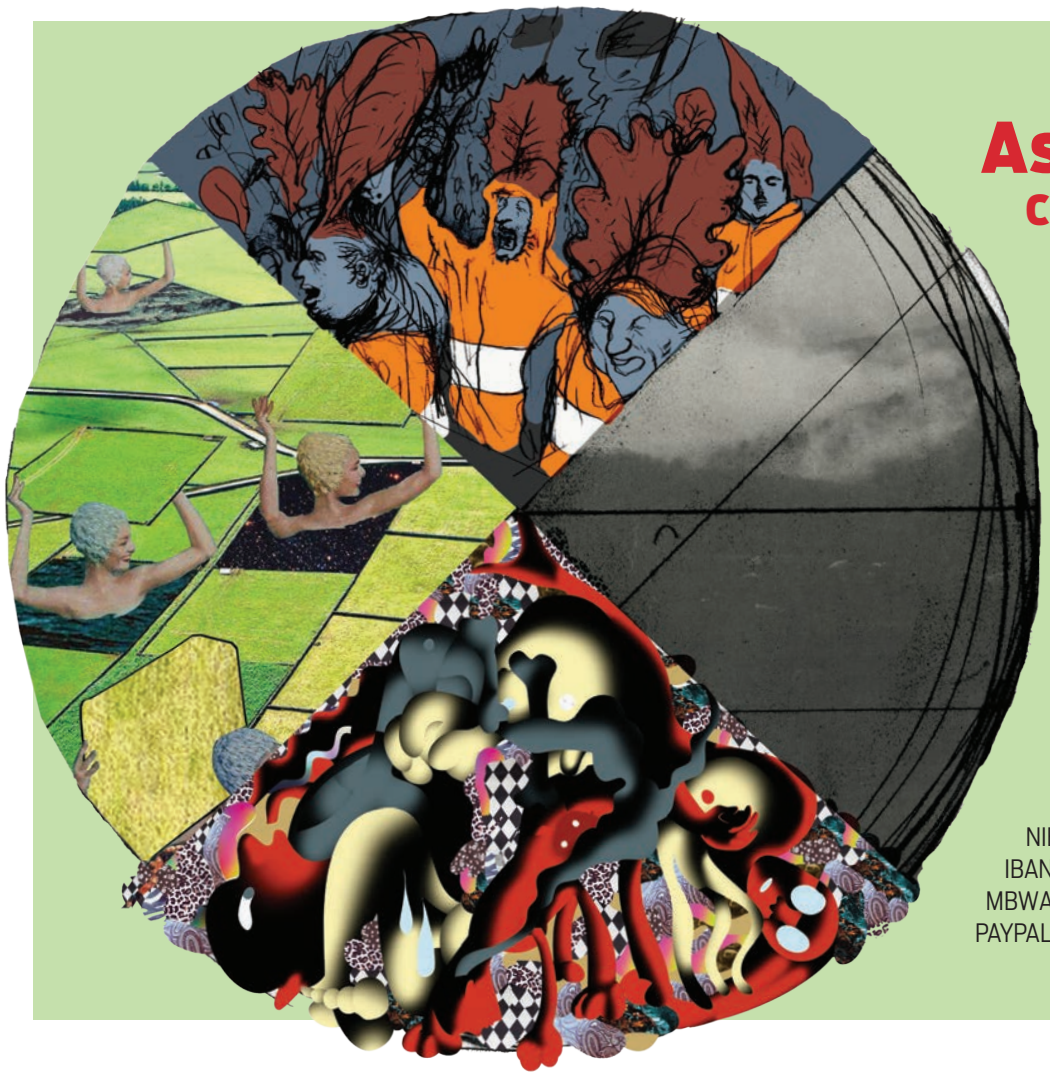
O relato de uma médica portuguesa, na fronteira da Sérvia com a Hungria, onde os direitos humanos não têm lugar. O exasperar migrante e a indiferença europeia à nossa porta. **[págs. 29 a 31]**

A habitação é um campo de batalha

A resistência aos despejos no bairro do 2º Torrão (Almada) é um acto de defesa e reflexo da solidariedade de uma comunidade precarizada. Em Lisboa o alojamento local é um entrave ao direito à habitação **[págs.12 a 14]**

As netas das Bruxas

Em que medida e com que limites se expressa o neopaganismo no domínio politico. Será a veneração dos ciclos naturais algo mais do que uma religião? **[págs. 22 a 24]**



Assina o Jornal Mapa

Contribuindo para a continuidade deste projecto!

2012-2022 Dez anos de Informação Critica

Assinatura normal:

Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:

Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)

A tua agenda de eventos livres e inclusivxs

eventos.coletivos.org

Sem ânimo de lucro, sem bandeiras nem partidos

Barragem do Pisão: o Alentejo (ainda mais) em perigo

JOSÉ JANELA

Montado de azinho a ser inundado. DOMINGOS PATACHO/QUERCUS

Há mais de 70 anos que se fala na construção de uma barragem no Pisão, nome da aldeia que será condenada, situada no concelho do Crato. Aproveitando a água da ribeira de Seda, afluente do Tejo, a barragem integra o Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos (AHFM) do Crato previsto em estudos desde 1957. Nesse tempo, as barragens seriam a principal fonte de eletricidade e proporcionariam a utilização de água para regadio. Mas, ao longo das décadas, esse empreendimento nunca avançou, porque não era economicamente viável: os custos nunca seriam compensados pelos proveitos. O caso só mudou de figura quando, na sequência da pandemia, foi elaborado o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tornando possível que se destinassem 120 milhões de euros para um projeto que nunca teria retorno. A Comissão Europeia fechou os olhos aos problemas ambientais e cedeu à pretensão do Governo português.

Foi assim que, tirando partido de estudos anteriores realizados desde o inicio deste século, se avançou para a Avaliação de Impacto Ambiental da Barragem do Pisão. Enquanto AHFM abrange os concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Portalegre. Além do regadio, contempla a energia hidroelétrica e fotovoltaica e o reforço ao abastecimento público e fruições turísticas.

Devemos sublinhar que um projeto desta amplitude, com enormes efeitos, nada benignos, na região em causa, foi posto oficialmente em discussão pública durante apenas 40 dias, entre 1 de Julho e 11 de Agosto (em pleno Verão, período de férias), revelando que a dita «discussão» correspondeu apenas a uma obrigatoriedade mínima legal. Ainda assim, o processo de consulta pública foi bastante participado. Além das entidades públicas, houve também a participação de várias Organizações Não Governamentais do Ambiente e de 147 cidadãos que participaram a título individual, tendo todos estes discordado do projeto.

Como referiu em comunicado o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus, o processo, com tantas participações públicas contrárias, foi depois decidido em apenas quinze dias úteis, sem que fossem devidamente ponderadas as considerações aportadas à avaliação dos impactos ambientais. O Governo emite a 1 de Setembro o Título Único Ambiental, com uma Declaração de Impacto Ambiental favorável condicionada. A inédita rapidez com que este processo foi fechado mostra que a decisão final já estava tomada, independentemente da avaliação ambiental. A 30 de Julho de 2021, o primeiro-ministro António Costa procedera à assinatura do respetivo contrato de financiamento, fazendo notar na cerimónia no Mosteiro da Flor da Rosa, no Crato, que o projeto vai ser «executado» pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), após «determinação, persistência e insistência negocial» dos autarcas da região: «Por isso, não vamos esperar pelos 70 anos da ideia. Como não há tempo a perder, mãos à obra».

Arrancar à terra as árvores e as pessoas à aldeia

Dos dois cenários do AHFM foi escolhida a segunda opção, com menor impacto na paisagem, no que constituiria um «mal menor», porque teria também menos um açude e menor área para a megacentral fotovoltaica. Mesmo assim, estima-se que o montado, com 37.960 azinheiras, em 481 hectares, e 1843 sobreiros em povoamento, seja destruído, sem que o estudo tenha avaliado alternativas de localização à barragem (no mesmo local nas duas «opções» em consulta pública). Além da destruição irrecuperável de habitats, o abate de dezenas de milhares de azinheiras não será nunca verdadeiramente «compensado»: irá plantar-se o mesmo número de árvores, mas serão árvores pequenas, que demoram muitos anos a crescer.

> Além da destruição irrecuperável de habitats, o abate de dezenas de milhares de azinheiras não será nunca verdadeiramente «compensado»

As Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) reunidas na Coligação C6 pelo Ambiente e Natureza (ANP/WWF, FAPAS, GEOTA, LPN, QUERCUS e SPEA) apresentaram uma participação fundamentada, referindo claramente que «o projeto gerará significativos impactos negativos, quer na fase de construção, quer na fase de exploração, com afetação substancial de valores naturais, patrimoniais, ecológicos e socioeconómicos, entre os quais os que possuem alguma singularidade e relevância (quer conservacionista quer histórica)».

Conforme apontado pelo Estudo de Impacte Ambiental (EIA), resultam como principais impactes negativos, a redução significativa do sequestro anual de carbono, em face da desmatação e desarborização; a alteração dos atuais usos do solo por outros mais artificiais e a possibilidade de contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas através do uso de pesticidas e fertilizantes nas atividades agrícolas, mais ainda considerando a conversão de áreas agrícolas de sequeiro em regadio, podendo conduzir a alguma diminuição da biodiversidade. É, nesse sentido, previsível a instalação de mais culturas intensivas e superintensivas de oliveiras e amendoeiras, com grande consumo de água, de produtos agroquímicos que irão poluir e degradar os solos, conduzindo, a prazo, à desertificação e futura descaracterização do Alentejo.

Foi ainda sinalizada a alteração do regime de caudais gerada pela barragem na ribeira de Seda, com passagem deste regime de águas correntes para águas paradas, e com influência nas condições naturais de escoamento em direção à foz e no regime de transporte de materiais finos arrastados pela corrente; e a afetação da flora (particularmente do montado) e da fauna (sobretudo da comunidade de aves), nomeadamente nas áreas intersetadas pela albufeira.

Notório, por fim, é o alagamento da aldeia do Pisão e a deslocalização da população. Conforme inquérito de 2021 a um total de 198 inquiridos, eram favoráveis 66%, 14% dos residentes seriam contra e 13% assumiam uma posição neutra. Ao contrário do que ocorreu na trasladação da aldeia da Luz aquando da Barragem do Alqueva, não foi aqui assumida *a priori* qualquer preocupação, pelas autoridades e autarcas da região que respondem pelo projecto, numa abordagem participada com uma população que assistirá, como concluiu o EIA, à «"separação" individual da respetiva história de vida e dos "pertences" ligados ao território, muitas vezes, provenientes de gerações familiares anteriores». Sendo reconhecido, a montante, que os dados pouco contribuíram para uma avaliação séria sobre a afetação desta comunidade, mais grave é o que está a jusante, reconhecendo o EIA que ainda não está definida a configuração exata da nova aldeia.

Por fim, para a Coligação C6, considerando as consequências identificadas no EIA, não é clara a justificação do principal objetivo da construção da barragem do Pisão para abastecimento público de água. Os dados apresentados sugerem que o volume útil da Barragem de Póvoa e Meadas é suficiente para isso, considerando o cenário de decréscimo da população das regiões em causa. De acordo com estes dados, não se justificaria a construção da barragem com o fim de abastecimento público.

Os ambientalistas anotam ainda que o projeto não cumpre os objetivos ambientais, estabelecidos no princípio de «não causar dano significativo» (DNSH: *Do No Significant Harm*) do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, pelo que a avaliação subjacente a esse princípio deve implicar uma análise do projeto com a «opção 0», a manutenção da situação existente. O PRR, porém, considerou que as mitigações dos impactos fazem respeitar o princípio. Neste momento, para a obra não avançar seria necessário que houvesse uma tomada de consciência do que está em causa. E que esta levasse a ações diretas em defesa das árvores e de todo o ecossistema ameaçado.

Nuvens negras sobre Vincenzo Vecchi

Uma decisão judicial de 29 de Novembro parece ter a intenção de colocar no Tribunal da Relação de Lyon a tarefa de extraditar Vincenzo Vecchi para Itália, onde o espera uma pena de 12 anos e meio de prisão.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

As mobilizações de Génova contra o G8, em 2001, foram alvo duma repressão enorme, inclusivamente condenada pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que comparou as acções policiais a «actos de tortura» e que condenou o Estado italiano por não ter sequer identificado os responsáveis e os protagonistas da violência policial. As rusgas aos locais de abrigo e centros de média dos manifestantes (as Escolas Pertini e Diaz) ficaram famosas pela sua brutalidade, mas talvez a maior marca desse terror oficial tenha sido o assassinato de Carlo Giuliani. Nessa sua saga repressiva, o Estado italiano não se poupou em violências e detenções.

Vincenzo Vecchi, um anarquista italiano, foi uma das vítimas desse processo e foi condenado, já em 2009, a doze anos e meio de prisão pelo crime de «devastação e pilhagem», crime introduzido pelo Código Rocco de 1930, que permite a condenação sem necessidade de prova de culpa concreta: basta estar presente no local onde decorre a manifestação para que a condenação seja possível, mesmo sem qualquer prova de participação directa nos actos pelos quais se é acusado.

Dois mandados de detenção europeus (MDE) pendiam sobre Vincenzo. Um pela tal manifestação de Génova, de 2001, e outro, sujeito a uma pena de 4 anos, relacionado com a participação numa manifestação antifascista contra o partido Fiamma Tricolore, em Milão, em 2006. Vincenzo foi condenado apenas por se encontrar «na proximidade» de um banco e de um veículo vandalizados e, para evitar cumprir essas penas, procurou refúgio em França (em 2011).

No dia 8 de Agosto de 2019, foi detido pela polícia francesa e levado para o centro de detenção de Vezin-le-Coquet, perto de Rennes, onde deveria esperar extradição para Itália. Durante meses, o tribunal de Rennes não outorgou essa extradição, considerando que os documentos fornecidos pelo Estado italiano eram insuficientes ou deficientes. Finalmente, a 15 de Novembro, o Tribunal da Relação de Rennes (*Cour d'appel de Rennes*), ao detectar «irregularidades no processo de execução» em França do MDE emitido pela Itália, decidiu que Vincenzo Vecchi deveria ser posto em liberdade. Como houve recurso, esta decisão teria de passar para o Supremo Tribunal de Justiça (*Cour de cassation*). Mas, para já, Vincenzo Vecchi estava fora da prisão. «Saí, mas não estou livre» foram as suas palavras premonitórias.

De facto, a 18 de Dezembro de 2019, o Supremo Tribunal anulou a sentença do Tribunal de Rennes e Vincenzo teve de se apresentar novamente a julgamento, no dia 2 de Outubro de 2020, em Angers. Aí, já a 4 de Novembro, o Tribunal da Relação recusou extraditá-lo, por julgar não poder executar o MDE emitido pela Itália, uma vez que a pena principal de 10 anos de prisão em que Vincenzo incorria, por «devastação e pilhagem», não tem equivalente em França. Dias depois da aparente vitória de Vincenzo Vecchi, o procurador de Angers decidiu recorrer da decisão com base no delito de «organização criminosa», uma acusação que não constava do MDE emitido pela Itália.

A 26 de Janeiro 2021, o Supremo Tribunal rejeitou o recurso do procurador, validando assim

> Vincenzo foi condenado apenas por se encontrar «na proximidade» de um banco e de um veículo vandalizados.

o facto de a defesa ter, desde o início, colocado questões pertinentes e legítimas, como havia já sido confirmado pelos Tribunais da Relação (cours d'appel) de Rennes e Angers. Por outro lado, acabou por solicitar ajuda ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) por causa da complexidade jurídica do caso e adiou uma sentença definitiva.

O dia 14 de Julho de 2022 trouxe más notícias para Vincenzo. Nesse dia, o TJUE considerou que os MDE emitidos por Itália deveriam ser executados. De acordo com o TJUE, o facto de uma parte (neste caso, de longe, a maior parte) do crime pelo qual Vincenzo foi condenado em Itália ser estranha à lei francesa não deve ser tido em conta pelo sistema judicial desse país. Um novo «julgamento final» ficava, assim, marcado para 11 de Outubro, no Supremo Tribunal de Justiça (*cour de cassation*), em Paris. Nesse dia, Paul Mathonnet, na alegação de defesa, colocou uma QPC (Questão Prioritária de Constitucionalidade), lembrando que «o país que executasse o Mandado de Detenção Europeu caucionaria uma lei mussoliniana». A decisão ficou marcada para 29 de Novembro, altura em que o Tribunal decidiu rejeitar a QPC e reenviar o assunto para um terceiro Tribunal da Relação, desta vez de Lyon.

Em reacção, o Comité de Solidariedade com Vincenzo Vecchi, escreveu o seguinte: «o Supremo Tribunal alinha-se com o TJUE, não aproveita a oportunidade para iniciar um debate com este último e para dar a oportunidade ao Conselho Constitucional de exercer a sua jurisdição. Torna, assim, obsoleto o acórdão de Angers de Novembro de 2020 e, implicitamente, deixa ao Tribunal da Relação de Lyon a responsabilidade de executar o MDE e, consequentemente, a entrega de Vincenzo a Itália».

Uma discussão sobre a não existência dum estatuto de «refugiado político» entre estados-membro da União Europeia vê uma oportunidade perdida. Do mesmo modo, os fundamentos dos MDE, cujo único objectivo parece ser acelerar o processo de repressão em detrimento das liberdades individuais, ficaram por discutir. A possibilidade de uma lei fascista de um Estado poder irromper abruptamente no espaço de outros Estados ficou também fora de agenda. E, pior, Vincenzo, em fuga duma sentença injusta desde 2009, num ping-pong desumano desde a sua detenção em França, em 8 de Agosto de 2019, vê a sua vida continuar em suspenso, ensombrada por nuvens bem negras.

Em carne e osso com Mamadou Ba

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Há pouco mais de um ano, uma petição que exigia a expulsão de Mamadou Ba de Portugal foi rapidamente subscrita por mais de 30 mil pessoas. A sanha racista ganhava de novo contornos bem concretos que deixavam antever que o discurso xenófobo não se limitava a meia dúzia de indivíduos e estava, afinal, bastante mais enraizado na sociedade.

Entretanto, no início de Novembro passado, soube-se que o Ministério Público decidiu dar provimento a uma queixa de Mário Machado, que acusa Mamadou Ba de «difamação», por este ter escrito, no dia 14 de Junho de 2020, que o conhecido neonazi fora «uma das figuras principais do assassinato de Alcindo Monteiro».

Duas notas sobre os acontecimentos:

A primeira diz respeito ao próprio Mário Machado. Afigura-se estranha esta humildade vinda de um macho fascista, que, apesar de ter estado na noite de 10 de Junho de 1995 naquela «caça ao preto», não se gaba da sua participação no espancamento deste «preto» em particular. E, por outro lado, dizer-se «difamado», quando se é acusado de matar um «preto», será coisa própria de *hammerskin*? Não estará Mário Machado a trair os seus camaradas?

A segunda diz respeito ao Ministério Público. Que justiça se pretende com a decisão de dar provimento a uma queixa deste tipo feita por Mário Machado, autor de várias publicações em que incita ao ódio directo sobre Mamadou Ba, chegando até à ameaça de morte? Mário Machado esteve presente e activo na noite do assassinato de Alcindo Monteiro. Se, tal como se lê no acórdão do Supremo Tribunal sobre o caso, «cada autor é responsável pela totalidade do evento, pois sem a acção de cada um o evento não teria sobrevindo», não se pode dizer que Mário Machado foi, de facto, uma das figuras principais do assassinato?

Como diz o próprio Mamadou Ba, «este caso vai para além da minha pessoa e é muito mais do que uma mera questão instrumental sobre a difamação e o bom nome. É sobre se o Estado e as suas instituições podem ser mobilizados para silenciar a defesa da dignidade e da democracia para premiar a violência e o racismo. Nenhuma "maturidade democrática" permite acomodar a normalização do fascismo e do racismo, nem reconhecer dignidade a assassinos neonazis». E continua: «não pretendo calar-me de forma alguma e quero continuar a falar como sempre falei, sem rodeios nem paninhos quentes sobre a indignidade e a violência do racismo. Poder chamar os bois pelos nomes, ou seja, poder identificar os crimes racistas e os seus autores morais e materiais, é requisito mínimo para um combate antirracista consequente».

> «poder identificar os crimes racistas e os seus autores morais e materiais, é requisito mínimo para um combate antirracista consequente»

Tal como há um ano, de novo «pessoas que não podem ficar caladas perante as iniciativas que tentam transformar o antirracismo e activistas antirracistas em inimigos da democracia, sentando no banco dos réus Mamadou Ba», decidiram avançar para a campanha de apoio *Aqui em carne e osso com Mamadou Ba*. Assim, «pessoas de proveniências variadas e diferentes gerações que não suportam o racismo nem as suas formas de violência, declaradas ou subtis» dão a cara e contribuem com um texto, um vídeo ou um áudio de apoio. Sem criar perfis automáticos, cada testemunho corresponde a «uma pessoa de carne e osso que não pode ficar calada neste tempo em que o racismo se normaliza no espaço público e a discriminação e violência encontram adeptos e ganham força no silêncio das pessoas decentes». O resultado, em evolução permanente,, pode ser visto em https://emcarneeosso.com/

Próxima Paragem: Cooperativas Integrais

No início de outubro teve lugar na aldeia de Casa Branca, em Montemor-o-Novo, o 1.º Fórum das Cooperativas Integrais, aproximando diferentes coletivos dispersos pelo país que procuram tecer economias sem fins lucrativos de base comunitária e ecológica. Deste encontro nasceu a Rede de Cooperativas Integrais, assinalando uma nova e emergente dinâmica no percurso do cooperativismo e da economia solidária na região portuguesa.

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT
FOTOS **REDECOOPINTEGRAL.ORG**

Ao chegarmos à aldeia de Casa Branca, no primeiro fim-de-semana de outubro, somos surpreendidos por um edifício coberto por graffitis ao estilo reminiscente da grande Lisboa. Sinal de que já não podemos falar de um ambiente rural que não esteja plenamente intrincado com as dinâmicas urbanas, sobretudo numa aldeia alentejana com apenas 80 habitantes mas com ligação direta a Lisboa por comboio – vestígios de um importante entroncamento ferroviário de há umas décadas atrás. É sobretudo de uma nova ruralidade e de uma vida citadina com olhos postos no campo que vêm os participantes do 1.º Fórum das Cooperativas Integrais, que não por acaso acontece no concelho que viu nascer a Cooperativa Integral Minga.

Como noutra ocasião referiu ao Jornal MAPA Jorge Gonçalves, impulsionador da Minga, o germinar desta primeira cooperativa integral portuguesa deu-se após o Fórum de Cooperativas em Montemor-o-Novo, em 2014, onde se concluiu «que havia coisas comuns que afetavam agricultores, artesãos e prestadores de serviços», pelo que, inspirados na Economia Solidária, chegaram ao conceito de «cooperativa integral», de denominação «multi-sectorial» no código cooperativo, no sentido de «abranger tudo o que é necessário para o nosso dia-a-dia, estarmos no controle daquilo que consumimos, dos meios de produção e de como as coisas são produzidas.»[1]

Esta «integralidade» reflete uma variedade de abordagens ensaiadas ao longo das últimas décadas, em contextos rurais e urbanos em Portugal, em resposta ao desafio comum que, no fim de contas, emana do sentido dado às Cooperativas. Como resume Rui Namorado, fundador do Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social, as cooperativas estão em ressonância com o enraizamento da cooperação na história da humanidade, que, à margem da lógica capitalista do lucro, pretende fazer face ao quotidiano através da conjugação de esforços na simbiose de associação e de empresa[2].

Não surpreendeu por isso que no Fórum das Cooperativas Integrais se tenham reunido cerca de 80 pessoas vindas das quatro cooperativas integrais já em marcha no país: a Minga; a Rizoma, de Lisboa; a Regenerativa, de Odemira; e a Da Terra, do barlavento Algarvio. Da Estremadura espanhola juntou-se a Actyva, de Cáceres. Estiveram também presentes projetos em fase de arranque: a Geradora, da aldeia da Broca no município beirão de Trancoso; e intenções vindas do Porto, Caldas da Rainha, Leiria (Cápsula), Coimbra (Casa da Esquina), Funchal (Húmus) ou do Minho (RaizMinhota). Somaram-se ainda cooperativas de foco próprio, como a Coopérnico (energia), a ProNobis, a Estação Cooperativa e a Trimagisto (culturais), a Envio 24 (distribuição), a Colmeia 62 e a Habijamor (habitacionais), assim como outras estruturas embebidas do sentido da cooperação, como a Almaohana (Odemira), algumas Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP's) ou a Associação das Mulheres Agricultoras de Castelões (Tondela).

À exceção da Minga, fundada em 2015, o percurso das Cooperativas Integrais em Portugal está no seu início, mas a ideia tem já alguns anos, acolhendo as novas vagas de um *regresso à terra* em conjugação com o movimento das acampadas, dos indignados das praças europeias e da defesa de territórios contra projetos extrativistas. A referência mais conhecida é a Cooperativa Integral Catalã, que iniciou «o seu caminho em Maio de 2010, recolhendo princípios e práticas que um sector amplo de ativistas vinha a desenvolver nessa altura, no campo de projetos e iniciativas de autogestão e de defesa do território, principalmente vinculados ao movimento pelo decrescimento», como escrevia Joan Enciam, em 2016, no Jornal MAPA.

Em suma, a matriz de uma cooperativa integral reside numa organização de base territorial assente nos princípios de democracia direta, economia de proximidade, cooperação em rede e descentralização. É uma associação voluntária e autónoma de pessoas, guiada por princípios ecológicos, com gestão participada e sem fins lucrativos. Distingue-se enquanto estrutura legal como multi-sectorial, por não se cingir a um ramo de atividade, permitindo integrar cooperadores de áreas profissionais muito distintas. Opera em todos os ramos de atividade social e económica «necessários ao viver», desde a produção de bens e serviços ao desenvolvimento de projetos em áreas como a saúde, a educação ou a habitação.

Chegados à Estação

Um homem a quem pedimos indicações no bar leva-nos até ao alto edifício branco e amarelo-torrado que dá início ao complexo de edifícios adjacentes à estação de comboios de Casa Branca. Seguimos por um beco onde as hortas são delimitadas por balaústres com líquenes amarelados ressequidos pelo calor e somos recebidos por Xana Libânio, da cooperativa anfitriã, a Estação Cooperativa. Esta cooperativa cultural criada em Junho de 2021 pretende assumir a requalificação de 17 edifícios, atualmente sob gestão da Infraestruturas de Portugal. O modelo cooperativo, explica-nos Xana, resultou da opção mais óbvia quando se pretende um «processo colaborativo e participativo entre membros, parceiros e habitantes, um modelo de governança associado, assembleário, descentralizado e empoderador», num projeto que assume igual marca institucional, dado que, à parte dos cooperadores coletivos e individuais, a autarquia, a junta de freguesia de Santiago do Escoural e organismos governamentais regionais são parceiros desta «comunidade criativa e experimental».

Os participantes do Fórum juntam-se nas mesas de piquenique do pátio onde irá decorrer a maioria das atividades. Ao longo do fim-de-semana reencontram-se velhos conhecidos e tecem-se novas relações de companheirismo numa atmosfera informal, carregada de comida deliciosa, histórias partilhadas e até desapressadas modas de cante interpretadas por alentejanos de nascimento ou de adoção.

Na introdução aos propósitos de uma cooperativa integral surge naturalmente o caso da Minga – nome que evoca tanto o sentido de "ajudada" que a palavra encontra na América do Sul, como o verbo "minguar" que lhe associa a teoria do decrescimento. Jorge Gonçalves, da Minga, recorda como a primeira cooperativa, a britânica Rochdale fundada em 1844, reunia produtores e consumidores permitindo que o interesse de ambos fosse assegurado: «Se tens só produtores, os produtores vão tentar maximizar o lucro e aumentar ao máximo o preço ao consumidor; se tiveres só consumidores, eles vão tentar baixar ao máximo o preço ao produtor».

Para além do consumo

A concentração num só ramo de atividade e a separação entre produtores e consumidores é uma tendência do cooperativismo ao longo do século XX que a recuperada perspetiva integral pretende ultrapassar. Não escapa, porém, a imediata constatação de que as novas cooperativas integrais nascem sobretudo pelo impulso de grupos de consumidores. A isto soma-se a rigidez de uma infraestrutura legal que organiza a comercialização e que não facilita a integração de estruturas produtivas chave, como a agrícola, acabando por tornar especialmente desafiante o caminho

que inicialmente se procura: tornar acessíveis os consumos básicos das «necessidades populares».

Estas questões são notórias no elencar das vontades de criar uma cooperativa integral que ouvimos em Casa Branca. A Raiz-Minhota, cuja constituição está prevista para dezembro e que ao longo de um processo aturado nos últimos três anos tem tentado agregar cooperantes numa área extensa que vai de Valença do Minho a Fafe, não dispõe ainda de local físico e pretende «funcionar inicialmente como cooperativa de comercialização, de consumo e de serviços através de uma plataforma digital», embora cientes das necessidades multi-sectoriais mais vastas. A Húmus, do Funchal, partiu de um grupo de consumo que «tem como objetivos garantir segurança alimentar, produtos frescos e de qualidade e aproximar os consumidores aos produtores», desejando vir a «ampliar a rede de produtores e consumidores e atingindo outros setores e serviços, desenvolvendo a parte social e comunitária e criando um espaço de partilha», como uma loja/café «onde se possam desenvolver vários serviços e atividades». A Geradora, cooperativa iniciada em 2022 e com 22 membros fundadores, situa-se na aldeia de seis habitantes da Broca, no distrito da Guarda, e está a «aprender e a testar formas de organização interna». Tem ativas as secções de cultura, serviços e comercialização com trabalho voluntário e ambicionam «a construção de uma cozinha comunitária para a transformação dos produtos agrícolas». Em parceria com outras organizações locais, estão a «tentar criar uma galeria de arte e uma loja consciente, isto é, uma loja de venda de produtos locais, produtos reutilizados, produtos a granel, produtos de comércio justo».

uma cooperativa integral reside numa organização de base territorial assente nos princípios de democracia direta, economia de proximidade, cooperação em rede e descentralização

A importância de um espaço físico representa a casa de partida para ir verdadeiramente a jogo. O início da Minga, financiado a partir dos ganhos de um curso de decrescimento organizado pelos membros-fundadores, permitiu arrendar um espaço que dependia sobretudo de trabalho voluntário até, lentamente, permitir pagar as tarefas internas. Segundo Alexandre Castro, a loja da Minga, sendo a manifestação física da organização e o local de venda de produtos locais, tem um «poder simbólico» especial, servindo como ponto de encontro, não só dos membros, mas também de vizinhos e visitantes, de convergência de diferentes projetos. Atualmente, a Minga abastece as cantinas escolares de Montemor, apoiando a produção dos pequenos agricultores do concelho, o que representa um maior esforço de coordenação, mas também uma fonte de receita mais regular e um qualitativo salto na interação local.

A Minga, com 80 cooperadores, está ativa nas secções agrícola, comercialização, serviços (agro-florestais, eco-sanitários, design ou comunicação, entre outros) e habitação e construção (dispondo de alvará para uma Cooperativa de Habitação económica e ecológica). André Pereira explica que, como estrutura abrangente, a Minga permite aos seus membros prestarem serviços a título individual, desenvolvendo os seus projetos de forma autónoma e descentralizada, enquanto usufruem de benefícios legais e de contabilidade organizada. Nas palavras de Tânia Teixeira, «a cooperativa tem flexibilidade para absorver todas estas necessidades» e, desta forma, proteger o seus membros da precariedade laboral. A Minga retém uma percentagem sobre a faturação, que passou de 8% para 5%, e que permite que os projetos que faturam mais ajudem os projetos que faturam menos.

Em Lisboa, a Rizoma, criada em Novembro de 2020, após um projeto-piloto num espaço cedido pela associação Renovar a Mouraria, acabou por assentar em Arroios em maio deste ano. A «mercearia comunitária», localizada no rés-do-chão, é atualmente o cerne da cooperativa. Ao contrário do que acontece na Minga, onde a loja se encontra aberta ao público, a mercearia e o bar da Rizoma são reservados aos membros cooperantes, que de um núcleo inicial de 40 aumentou para mais de 400. O seu funcionamento depende do trabalho voluntário dos membros, que se comprometem, aquando da sua entrada, a fazer um turno de três horas a cada quatro semanas. O piso superior é dedicado a um espaço de *coworking*, alocado *à* secção de serviços, que acolhe também a Coobi: Cooperativa de Estafetas em Bicicleta. Na secção de habitação, é co-fundadora da Rede de Cooperativas de Habitação Colaborativa em Propriedade Coletiva.

No litoral do barlavento algarvio, a Cooperativa Da Terra apresenta-se como uma rede auto-financiada de economia social na região de Lagos, Vila do Bispo, Aljezur e Odemira. Surgiu em setembro de 2020 e dispõe do espaço Gaia, em Aljezur: uma loja-mercearia, restaurante *vegan* e espaço de *coworking*, concretizando as secções de serviços, comercialização e agrícola, mas com o intuito de vir ainda a alargar a outras áreas. A Da Terra cobra 8% sobre a faturação dos seus projetos para suportar despesas de contabilidade e marketing. «Gostamos de dizer que o trabalho que é feito para um, é feito para todos. O coletivo beneficia do esforço individual e abrimos novos paradigmas na economia atual, criando sinergias, passando de concorrentes a cooperadores». Esta cooperativa algarvia pôs ainda em marcha uma rede de distribuição, com um armazém (Colmeia) em Lagos e com lojas em que os produtos podem ser vendidos em menores quantidades. Os produtos podem ser comprados por colaboradores (inscritos) além dos cooperantes, sendo estimulado o uso da Moeda da Terra (TER), uma moeda local não especulativa (1:1 euros) usada através de uma aplicação no telemóvel.

Já em São Luís, Odemira, o espaço Nativa alberga a cooperativa Regenerativa, que existe há mais de dois anos, mas com assembleia constituinte apenas em 2022. Apresenta-se como fazendo parte de um «empoderamento de um paradigma mais consciente na bio-região de São Luís». O espaço, que congrega eventos, bar, café, *coworking* e mercearia, oferece «opções de consumo e serviços mais locais, orgânicos e justos, dando aos intervenientes uma estrutura legal que os represente, bem como um espaço aberto à colaboração» e «ponto de encontro, organização de eventos artísticos e culturais, e para a integração da comunidade». Mais recentemente o espaço passou igualmente a constituir-se como ponto de recolha da AMAP Sado.

Há lugar para uma perspetiva anti-capitalista?

A resposta a esta pergunta, que lançámos à Minga e à Rizoma, não esconde a inevitabilidade de um confronto entre objetivos mais disruptores e a incontornável adaptação destas formas de organização ao desenfreado modo de vida mercantil em que todos vivemos. Como refere Jorge Gonçalves, sob o capitalismo os lucros são distribuídos pelos detentores do capital, os investidores, ao passo que nas cooperativas os lucros são distribuídos pelos cooperantes/trabalhadores. Não obstante, Joana Trindade explica que nela emergem variados tipos de relações sociais, umas de maior envolvimento em desenvolver um projeto comum, outras quase meramente comerciais: de cliente-prestador, produtor-vendedor, sem se vincularem como membros da cooperativa, muito menos participarem na sua vida política. A tensão entre lógicas capitalistas e anti-capitalistas parece ser uma constante muito difícil de ultrapassar em contextos dominados por lógicas mercantis.

Na conversa com a Minga sublinha-se que mudar de uma lógica de competição para pensar no que é melhor para a comunidade gera relações socioeconómicas de uma natureza distinta. Tânia refere a existência de mecanismos para aumentar a cooperação entre membros e protegê-los do punho invisível do mercado, seja através da troca direta de serviços, do sistema de crédito interno ou da concessão de microcréditos sem taxa de juros para impulsionar projetos. Por outro lado, como ferramenta de auto-emprego, a cooperativa Minga incentiva relações profissionais com menos patrões, facilitando o acesso a conhecimento legal, fiscal e burocrático, geralmente reservado a especialistas. No fim de contas, como comenta Jorge, a cooperativa funciona no mercado, assim como os projetos individuais dos seus membros, o que significa ter que se manter competitiva face à concorrência.

Na Rizoma, admite-se que não é fácil expandir a autonomia. Na mercearia existe uma transparência quanto à origem dos produtos e à margem face ao preço de custo, porém, alguma dependência de grandes distribuidoras e de organizações de logística e transporte impedem uma maior autonomia. Claraluz Keiser explica que um dos maiores desafios é «ter uma alternativa ao sistema de produção agrícola e alimentar que não é sustentável, mais respeitosa aos direitos humanos, mas também ao meio-ambiente, que ainda assim seja acessível», «porque os modos agrícolas mais sustentáveis são mais caros». Claraluz explica também que, no início, quando estavam na dúvida se deveriam ser fechados ou abertos, chegaram a considerar ter preços diferentes para membros e não membros, mas houve oposição a essa hipótese porque se pretendia «quebrar essa ideia de que tempo é dinheiro, ou seja, que quem não tem tempo para dar poderia comprar esse tempo pagando mais por um produto».

As novas cooperativas integrais nascem sobretudo pelo impulso de grupos de consumidores

João Fialho explica que a Rizoma, embora não esteja a «desmantelar estruturas capitalistas, é anti-capitalista no sentido em que tenta criar uma forma de organização alternativa que pode substituí-las. E dentro dessa tentativa há contradições e, portanto, há mecanismos que inevitavelmente reproduzem as formas capitalistas. Por exemplo, compramos produtos a fornecedores, vendemos produtos aos nossos clientes, fazemos uma margem… Porém há uma pequena diferença, que é essa margem ser controlada democraticamente por nós. Isso já é um avanço anti-capitalista, na minha perspetiva».

O percurso das duas cooperativas, igualmente ditado pela escala de lugares onde se encontram, determina-lhes algumas diferenças. A Minga é financeiramente autónoma. Nunca recebeu ajudas diretas da Câmara, fora as parcerias como o abastecimento das cantinas escolares, nem nunca foi baseada em financiamentos externos. Ao contrário, a Rizoma depende atualmente de vários financiamentos externos. A decisão «ousada» de mudar de um espaço de 40 m2 para outro de 400 m2 em Arroios com uma renda de 3000€, foi apoiada pelo programa Bairros Saudáveis, considerando-se importante ter «esse espaço comunitário, um espaço em que se vem e se encontram pessoas, ideias, conhecimento, alimentação, serviços… a ideia era fazer uma concentração de tudo o que a Rizoma quer propor como bem essencial.»

Em comunidade

Quando perguntamos aos membros da Rizoma qual a relação da cooperativa com a comunidade externa, Claraluz Keiser responde, rindo-se, «que é uma seita», refletindo sobre o perigo de a cooperativa se fechar em si mesma. Se, por um lado, os estatutos que limitam a venda a membros impõem um certo fechamento ao exterior, por outro lado reiteram um dos valores da cooperativa: «qualquer pessoa é mais que bem-vinda a aderir». Para Mariana Reboleira, a Rizoma é «o quarto espaço», aquele que não é casa nem é trabalho: «Saio do trabalho, vou para onde? Se não tiver planos, vou para a Rizoma e sei que vou lá encontrar alguém». Considera que «essa componente de relações sociais, de convívio, de comunidade é mais forte que o trabalho que fazemos lá».

João Fialho explica que tais relações de proximidade podem levar-nos a repensar a atividade económica como «relações sociais que se estão a construir». Há, no entanto, a consciência do universo particular que compõe o tecido dos cooperantes. Cerca de metade dos membros são de nacionalidade estrangeira e parece apresentar pouca diversidade socioeconómica, o que contrasta com a diversificada população migrante e nacional com rendimentos substancialmente mais baixos que reside na freguesia de Arroios, com mais de 33 mil residentes. O que leva João a admitir que se podia fazer um maior esforço em termos de integração e diversidade de membros, que é precisamente uma lacuna que a parceria com a associação Renovar a Mouraria tem por objetivo colmatar.

O mesmo desafio à aproximação das pessoas em comunidade se estende ao litoral alentejano. O espaço Nativa em São Luís assumiu como objetivo desde o início abrir as portas para quebrar divisões e aproximar os «neorurais» (também estes dispersos por inúmeras comunidades), que animam a criação da cooperativa Regenerativa, com os «locais» da aldeia e do concelho, sem esquecer ainda os trabalhadores rurais migrantes que, em conjunto, compõem o tecido social e humano de Odemira.

A analogia estende-se a Montemor-o-Novo, onde Alexandre e Tânia recordam que no Alentejo o movimento cooperativo tem uma grande tradição, o que incita os habitantes locais a quererem fazer parcerias, nem que seja em termos de troca de serviços ou de venda de produtos. «Cooperativa» não é um conceito estranho, embora, como Joana contrapõe, a sua imagem não esteja inteiramente pacificada «porque houve muitas cooperativas que correram mal, houve muitas dívidas, houve muita pancada, também». Mas na Minga «a nível de bairro, os vizinhos e as vizinhas usam a loja e vão comprar os seus molhos de coentros, o seu pão e essas coisas». Se inicialmente o facto de muitos dos membros da Minga não terem nascido em Montemor provocava alguma desconfiança, rapidamente a loja se tornou um espaço de convívio para a vizinhança. O pão, em que os vizinhos «são viciados», contribuiu para a criação de relações de confiança e proximidade, apadrinhando e amadrinhando a cooperativa com a mais local, carinhosa e gastronómica designação de «Migas».

Criar e alimentar raízes é transversal. Na Beira interior, a Geradora imagina-se «a dar apoio às/aos resistentes que ainda aqui vivem, e às/aos que querem vir para aqui viver. Imaginamos a nossa cooperativa a criar valor no território». Apresenta-se como uma «cooperativa feminista a dinamizar a mulher da Beira». «Vivemos num território do interior, um território vulnerável, de certa forma resignado perante a perspetiva de um futuro desvalido, consideramos que para romper com essa resignação é necessário valorizar a mulher rural e criar dinâmicas territoriais de cooperação entre várias áreas disciplinares».

A tensão entre lógicas capitalistas e anti-capitalistas parece ser uma constante muito difícil de ultrapassar em contextos dominados por lógicas mercantis

Um rede de entreajuda

A Estação Cooperativa, anfitriã do encontro, conclui que «o evento foi uma prova da pertinência na atualidade deste modelo de fazer economia e comunidade». Inspirador, motivador, de aprendizagem e de partilha de dificuldades e conquistas: foram estas as impressões gerais colhidas junto dos participantes. Por ser este um momento inicial para muitas das pessoas presentes, surgiu a necessidade de se estabelecerem pontes de co-criação e partilha de informação, criando-se assim a Rede de Cooperativas Integrais: uma estrutura informal de apoio às iniciativas emergentes, ajudando a navegar os imbróglios burocráticos e mediando o diálogo com a entidade reguladora (CASES), assim como um espaço de partilha dos modos de organização e gestão das diversas valências que cabem numa organização multi-sectorial.

Um novo fôlego de cooperativismo, indissociável de um percurso histórico secular, e que ajuda a explicar a longevidade do uso tático das cooperativas na atividade económica de inúmeros projetos autónomos no território, das práticas autogestionárias, da gestão e gestação de bens comuns, e não somenos dos espaços de resistência de utopias concretas.

NOTAS

1 Sandra Faustino, "Em Montemor-o-Novo há uma cooperativa que vai do prato à casa", Jornal MAPA, n.º 20, 2018

2 Rui Namorado, 2020 "Cooperativismo – O Futuro que Vem de Longe" in Economia Social, n.º 9

Em continuidade com a história

Dir-se-ia haver, de alguma forma, um retorno às origens na perspetiva integral das cooperativas. Como recorda João Salazar Leite, antigo dirigente da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), acerca do passado e presente do cooperativismo português, «num cadinho em que mutualismo, associacionismo, sindicalismo, cooperativismo ainda não tinham as respetivas fronteiras clarificadas, as primeiras cooperativas portuguesas foram polivalentes». E aponta o exemplo da «Sociedade Cooperativa e Caixa Económica do Porto, criada em 1871, [que] abarcava o consumo, o crédito, a edificação de casas para os sócios, a aquisição de matérias-primas para as indústrias dos sócios, a comercialização dos bens produzidos»[1].

Coube a Portugal a segunda lei cooperativa mundial em 1867, 15 anos depois da inglesa. Desenvolveu-se o cooperativismo, entre finais do séc. XIX e a primeira República (1910-1926), a par das organizações associativas de trabalhadores, maioritariamente constituídas por associações de socorros mútuos. É invocado um *socialismo cooperativista* com raízes no movimento mutualista e operário e na sua cultura popular e de classe. Sobressaem como meios de auxílio social as cooperativas de consumo, que em 1920 eram cerca de 200.

A vivência das cooperativas nascidas com a revolução de 1974 preenche o imaginário histórico de boa parte dos novos e velhos cooperantes

O Estado Novo (1933-1974) interrompeu de forma violenta o percurso associativo e cooperativo, transfigurando-os num regime autoritário. Como refere Álvaro Garrido «os "estados novos" salazarista e franquista instituíram sistemas corporativistas de assistência social» colocando sob a sua égide as mutualidades laborais e as cooperativas culturais de consumo e de produção. No lugar de ambos «colocou um modelo assistencialista de protecção social subordinado à sua lógica arbitrária, paternalista e antidemocrática – a previdência corporativa»[2].

Será ainda assim, nesse apertado controle do regime, que algumas cooperativas constituem espaços de resistência. Os socialistas «dissolvem-se» nas cooperativas a partir dos anos 1930, estratégia seguida a partir de meados do século por outros opositores ao regime. Emerge a figura de António Sérgio, que, conforme sintetizou João Salazar Leite, via no objetivo final dos cooperativistas «a criação de um sector cooperativo "apertadamente entretecido" na sociedade, tão completo que tornasse possível, a todo aquele que o desejasse, viver em regime socialista». Cooperativas de consumo, como a Unicoope a partir de 1955, são um encapotado espaço de resistência para socialistas, anarquistas e republicanos, sem o peso dos comunistas, numa

resistência «de mercearia» – sem desprimor – ao fascismo.

Chegamos ao 25 de Abril e, seguindo João Salazar Leite, «existiriam 950 cooperativas em Portugal, 401 agrícolas, 132 de crédito agrícola, 193 de consumo, 40 de habitação, 10 de produção operária e outras 174 em várias outras atividades. Rapidamente o número viria a quadruplicar, tendo-se mantido sempre em torno das 3000» até à década de 1980. É o tempo renovado das cooperativas agrícolas ligadas à Reforma Agrária, cooperativas operárias, de pesca, de serviços, cultura, ensino ou de habitação e, claro, as dos consumidores. Será igualmente o tempo da intensa partidarização das cooperativas. Sobram, à margem, alguns projetos autónomos como foi o caso da Comunal de Árgea (1975-1977), uma cooperativa agrícola numa pequena localidade do concelho de Torres Novas.

As vivências das cooperativas nascidas com a revolução de 1974 preenchem o imaginário histórico de boa parte dos novos e velhos cooperantes, além de preencherem as estantes dos alfarrabistas. É, porém, a reação a esse legado que suscita, em parte, a emergência das novas roupagens do cooperativismo de que aqui falamos. Estas aspiram confrontar o elevado grau de institucionalização das cooperativas, a partidarização e verticalização do sector – pese embora isso permaneça para muitos como sinal de vitória democrática – assim como a sua diluição, depois dos anos quentes da revolução, numa mera lógica de mercado sob o epíteto da economia social. Um desfecho timidamente assumido como uma derrota.

A constituição de 1976 legitimara um «sector cooperativo e social», coexistindo enquanto um dos três sectores de propriedade dos meios de produção, a par do sector público e do privado. Nele estão incluídas as cooperativas, os meios de produção comunitários e as entidades de natureza mutualista (solidariedade social). Em 2009, com o surgimento da CASES enquanto instância reguladora, é consolidada a chancela do Estado sobre as cooperativas. Perante o slogan do «Estado Social» e com a chegada de diretrizes europeias sobre a Economia Social, alastra, como cita Álvaro Garrido, uma estratégia em que a «aliança entre o Estado e as organizações da economia social é crucial face à sua capacidade de desenvolver, no interior das economias de mercado, redes de solidariedade, dinâmicas e espaços de resolução de problemas, numa base de proximidade, revitalizando novos modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado».

Estatizado o perfil das cooperativas nestes termos, elas são enquadradas pela Lei de Bases para a Economia Social de 2013 e pelo Código Cooperativo de 2015, abarcando os princípios cooperativos elencados desde os anos 30 do século XX pela Aliança Cooperativa Internacional, mas imerso na institucionalização difusa da Economia Social e incluindo novidades controversas como o novo estatuto de «membros investidores». Se para Rui Namorado esta é um espaço onde «não domina a lógica capitalista do lucro»[3], já Álvaro Garrido alerta que a Economia Social «vai muito além do campo dos socialismos e evidencia uma plasticidade organizativa considerável, o que talvez explique a sua lendária resiliência (…) nos múltiplos contextos de interacção que estabeleceu dentro do sistema capitalista».

É deste cenário que resultará uma perspectiva crítica da Economia Social sob o conceito de Economia Solidária, que Álvaro Garrido enuncia como menos instituinte e mais aberta às práticas que emanam dos movimentos sociais e populares. Em Portugal, a economia solidária que surge ainda no final dos anos 1980 na Macaronésia, conta hoje com a dinamização institucional da Cresaçor, Cooperativa Regional de Economia Solidária dos Açores, criada no ano 2000. Quinze anos mais tarde, em 2015, é criada a Rede Portuguesa de Economia Solidária[4] que se assume como «uma via autónoma relativamente à corrente histórica da Economia Social, que, entretanto, se fora afastando de alguns dos princípios originais, em função dos compromissos assumidos com o Estado Social e da concorrência que teve de suportar com a economia mercantil». Em busca do desenvolvimento local e da descentralização, contrapõe-se uma economia alternativa «assente no princípio da reciprocidade, na cooperação e na partilha, numa visão substantiva (ou seja, integrada e enraizada na sociedade e na Natureza e nas suas relações e vivências) e na produção de valores de uso». É neste fio histórico que chegamos às cooperativas integrais de hoje.

NOTAS

1 João Salazar Leite, 2011 "Passado e presente do cooperativismo português. Regime jurídico"
2 Álvaro Garrido, 2021 "A Economia Social em Portugal – Um balanço teórico inscrito na História" in CES Cooperativismo e Economia Social, n.º 43 (2020-2021)
3 Rui Namorado, 2020 "Cooperativismo – O Futuro que Vem de Longe" in Economia Social, n.º 9
4 www.redpes.pt

Memórias e desafios à volta dos ‘comuns’

«O monte precisava era de gente». Gente pastora e lavradora, gente estreitamente vinculada ao território e aos seus recursos, como o estivera a gente camponesa.

AURORA SANTOS
ESTRUMEALEIRA.WORDPRESS.COM
FOTOGRAFIAS/COLLAGE
AURORA SANTOS

Conversas e estrume entre montes e leiras.

Em São Lourenço da Montaria (freguesia do concelho de Viana do Castelo, nas faldas da Serra d’Arga), têm sido dinamizadas algumas ‘conversas com gentes da terra’, num espaço que se pretende ser de (re)conhecimento, partilha e reflexão sobre o agrário e o rural. Na relação das comunidades locais com o território, numa forma própria de aproveitamento dos seus recursos, percorrem-se os usos e costumes, as práticas associadas aos sistemas agrícolas e pastoris tradicionais, ou o conhecimento que foi sendo acumulado e transmitido ao longo de gerações. Nestes percursos temporais encontram-se também os ‘comuns’, um legado da gestão coletiva, e de responsabilidade partilhada, do que é comum -de todos e todas (compartes, consortes…)- ao mesmo tempo que um legado desse ‘saber fazer’ em comum. A última conversa decorreu a meados de novembro em Arga de Baixo, convidando e reunindo quem relembra os seus montes pastoreados, e quem ainda a eles leva o seu gado e rebanhos, desde as gentes das Argas (de Baixo, de Cima, e de São João) às de São Lourenço da Montaria, Cerquido e Covas. Aldeias que vão desde o sopé ao topo da Serra d’Arga. Porquê convocar pastores e pastoras à serra, «ao monte»? Se numa anterior conversa em São Lourenço, sobre a gestão de baldios no noroeste minhoto-galego, se levantara a problemática da desvinculação das comunidades locais aos baldios, tornava-se necessário conhecer melhor como fora antes a relação com estas terras comuns, e aquilo que a veio modificar. E nesta escuta sobre o antes, e como se reflete no agora, mais do que os baldios (termo mais «recente», ou frequentemente associado à floresta ou aos órgãos de gestão), abordar o «monte» amplia o tempo histórico e as interligações no território.

Nestas aldeias serranas (tal como noutras no país), o monte foi um suporte fundamental para as comunidades locais, e um elemento da engrenagem do metabolismo agrário de outrora.

O monte era lugar de uso e usufruto comum, ora para o pastoreio ora como apoio à agricultura, logo essencial para a reprodução da vida nestes lugares. Era no monte onde pastoreavam vacas, ovelhas e cabras, sob a vigilância de quem as levava e recolhia. E era no monte onde se roçava o mato que nele crescia (tojos, urzes, carquejas), levado à cabeça ou *botado a carregadoiro* e transportado nos carros de bois. Nas casas, os feixes de mato ateavam o lume. Nas cortes, o mato era usado para a cama dos animais, sendo pisado e curtido com o estrume, produzindo-se o adubo para fertilizar os campos, desde as zonas de veiga até às leiras em socalcos. O monte permitia ampliar a superfície de terra propícia para a pastorícia, com os seus matos e pastagens, complementando a atividade de cultivo nas reduzidas terras aráveis. Nestas, depois de amontoado e espalhado o estrume, as vacas ‘piscas’ (mais tarde as da raça galega) puxavam o arado e a grade, preparando a terra para as culturas. Para além do feno cortado dos campos ou pauis, também se alimentava o gado bovino com a palha do milho, guardada ao longo do ano em medas ou bardeiras. Todo um fecho de ciclos de nutrientes, materiais e energia, característico destes agroecossistemas de montanha, moldados pelas comunidades locais camponesas, numa interação e coevolução com o território durante séculos.

Do pastoreio à floresta. Memórias da despossessão.

> *«A serra era de nossos pais e avós, dos nossos rebanhos, dos lobos que no-los comiam, do vento galego que afiava lá pelos descampados as suas navalhas de barba.»*
> — Aquilino Ribeiro, “Quando os lobos uivam”.

Todas as pessoas guardam memórias dos vínculos com o monte, ou a serra, «todas tinham o seu gado, uns mais, outros menos, era raro a casa que não tivesse o seu rebanho de cabras ou de ovelhas». Falam-nos das dinâmicas diárias e estacionais do pastoreio, das características dos animais e do que se alimentavam, do convívio na serra, ou da própria organização do trabalho, com sistemas de cooperação e reciprocidade, como quando se levava o gado à vez. Era habitual cada casa levar e recolher os seus rebanhos, mas por vezes juntavam-se os de algumas famílias (outras vezes por lugares) e «esperava-se o rebanho»: «ao chegarem [do monte] perto das casas as pessoas punham-se ali na calçada, “aparta aparta!”», e lá ia cada rebanho para a sua corte. Como parte da economia familiar, vendiam-se cabritos e borregos, assim como alguns produtos da lavoura «era daí que se vivia, dos rendimentos das próprias casas». A pele das cabras era usada para fabricar o fole, utensílio para transportar o milho até aos moinhos de água (mais de 30 só na freguesia da Montaria); a lã das ovelhas era fiada e tecida. As vacas eram importantes animais de trabalho, e o seu

leite também era aproveitado, ora para consumo ora transformado, sendo maçado para fazer manteiga. Relembram o monte de outra forma, pois «não havia mato como há agora», a «limpeza» do monte era feita pelo próprio pastoreio, e as pastagens eram mais abundantes. Do mato que era roçado, para além de usado para o estrume, «o carrasco era muito bom para o lume, para o forno», «fazia-se aquelas pilhas de tojo nos cobertos para logo no inverno cozer o pão, para meter no forno para cozer a broa». No inverno ia-se buscar lenha, de árvores velhas ou lenha de giesta.

O monte era lugar de uso e usufruto comum, ora para o pastoreio ora como apoio à agricultura, logo essencial para a reprodução da vida neste lugares.

Nos lugares de Trás-Âncora e Espantar havia rebanhos numerosos, também nas Argas, chegando a haver na serra um de 1200 cabeças de cabras e ovelhas. «Eu criei-me com as cabras, [só as] vendemos quando cavaram a serra». A criação do Regime Florestal no início do século XX, e a arborização dos baldios durante o Estado Novo veio alterar a íntima relação das comunidades com os seus montes. Se até então estas terras comunitárias se mantinham na posse das comunidades, a alteração dos usos e fruição das mesmas não foi inteiramente pacífica, sobretudo nas aldeias serranas do país, para quem mais dependia do monte. Em São Lourenço da Montaria, nos anos 40, com a abertura da estrada pelos serviços florestais para a Nossa Senhora do Minho (o ponto mais alto da Serra d'Arga) «começaram a vir os guardas, começaram a orientar os trabalhos e a começar as sementeiras». O beneplácito e papel persuasor do pároco da freguesia, o Abade Bouça, terá contribuído para a população acatar mais facilmente o projeto de florestação em marcha. «Nesta época os padres tinham muitos poderes, o padre Bouça era amigo de Salazar…». Em 1949 já decorria a «sementeira do pinhão» em S. Lourenço, onde algumas pessoas acabaram por trabalhar. «Quem tinha os lavradios mais ricos, digamos, mais abastados, esses não iam, tinham que trabalhar e também não precisavam, tinham propriedades [bouças] de matos deles, pinheirais…». «Eu tinha 14 anos quando fui para a floresta (…), fui ganhar 8 escudos por dia, 10 horas por dia», refere uma senhora montariense de 87 anos. As mulheres roçavam o mato à enxada, os homens «minavam» com as picaretas.

Pastoreio de cabras no monte. São Lourenço da Montaria.

«[Numa propriedade] íamos pra lá trabalhar pra lavoura e levávamos o gado… depois deitávamo-las ao monte e elas lá iam, mas houve uma vez que elas saíram e meteram-se no meio da floresta, eis que o guarda que caminhava viu-as e veio pra trás, tocou a corneta (…) tivemos de pagar a multa». Com a sementeira na serra foi proibida a livre circulação dos animais, «o gado sozinho não era autorizado», «havia que ter conta [dele]». Os guardas florestais vigiavam a sementeira, e caso os animais passassem para as áreas semeadas autuavam as pessoas. «Houve gente que foi muito penalizada». «Quiseram proibir os carros [de animais] e as vacas de passarem pelos caminhos que se usavam para ir buscar mato», ou de acesso a propriedades. Caminhos/calçadas que haviam sido feitas pelas pessoas, em trabalhos comunitários para os quais se organizavam e juntavam.

Nas Argas, a população também se opôs inicialmente à florestação, «todo o povo foi protestar, mas pouco adiantou». A sementeira levaria grande parte da serra a eito, no entanto, nem toda fora «cavada», e graças à resistência por parte da população, foram deixadas algumas faixas de pastagem nos montes baixos, e criadas outras nas planícies das chãs da serra, estas últimas cercadas e reservadas para o gado bovino. Mas então e os rebanhos? «Foi tudo!», «as cabras foram as primeiras a desaparecer». As ovelhas ainda pastavam nos montes mais baixos, «porque as ovelhas normalmente ficam na ervinha, nos campados e tal [mas] as cabras querem é mato». «Foi obrigatório vender as cabras [e] os pastores começaram a desaparecer…».

A economia de várias famílias assentava nestas terras comuns, de acesso e suporte a toda a comunidade, podendo satisfazer nelas/com elas as suas necessidades. Plantada a serra, deixa-se de poder levar os animais como sempre no monte estiveram, em pastoreio livre, e deixam-se as formas de entreajuda no levar-recolher dos mesmos. Limita-se a área de pastoreio e o número de animais, e também as possibilidades de obtenção de rendimento com a venda que se fazia destes, ou dos seus produtos, no elo que havia com o mercado. As pessoas passam a vender a sua força de trabalho, e o principal fruidor da serra passa a ser o Estado, que apenas deixa o salário. Finalizados os trabalhos da sementeira, e depois os de corte da madeira, a partir dos anos 60 uma grande parte da população emigra, primeiro os homens, mais tarde também algumas mulheres. Ainda que existindo mais razões para as vagas de emigração e o êxodo rural, nestes lugares, a florestação dos baldios poderá ter antecipado estes fluxos.

«Se houvesse mais rebanhos agora o monte estaria mais limpo, não haveria tanto abandono, não haveria tantos incêndios»

Vínculos que se perdem.
Após o 25 de abril, os baldios são devolvidos ao povo, muito embora parte do povo já se tivesse ido, e os baldios se tivessem tornado florestas. «A primeira comissão de baldios que foi formada aqui no norte foi precisamente em São Lourenço da Montaria, [e] foi organizada nessa altura pela CNA», refere um senhor que viveu e participou nesse processo. «Começaram as pessoas a organizar-se, fizeram-se umas atas para se tomar posse», optando-se na altura pela co-gestão do baldio com os serviços florestais, tal como nas Argas. As tarefas de venda de madeira, plantações, e vigilância continuaria a ser feita pelo Estado, ficando este com 40% das receitas da venda de madeira e a população com 60%. «Sempre disse que o pinheiro não ia dar aqui…». A serra ardeu várias vezes, e poucos são os pinheiros que restam atualmente. «Se houvesse mais rebanhos agora o monte estaria mais limpo, não haveria tanto abandono, não haveria tantos incêndios». Arde o mato e perde-se solo, e assim «o que mais cresce na Serra d'Arga é pedra». A esta problemática junta-se a das espécies invasoras, introduzidas pelos serviços florestais, desde as acácias (*Acacia melanoxylon* e *Acacia dealbata*) às espinhosas e extensas háqueas (*Hakea sericea*). A co-gestão com o Estado, atualmente com o ICNF, se bem que mais vantajosa inicialmente, não contando as populações com meios para gerir as florestas que lhe haviam sido devolvidas, apresenta hoje dificuldades e descontentamento por parte das pessoas - «O monte está livre mas é para as cabras, agora para a gente ir botar um pinheiro não está», «mesmo que tenhas lenha seca de pé tens de pedir autorização...». Os problemas de gestão florestal e ambiental que os baldios encerram hoje, aqui apenas simplificados, são o reflexo de todo um processo histórico, e a menor presença de pessoas, e menor dependência destas dos baldios, acabou por torná-los mais alheios às comunidades locais. A invasão e apropriação dos baldios

pelo Estado foi um golpe para as comunidades, uma despossessão, mas na verdade não foi a única. Nas últimas décadas do século xx aprofundaram-se as alterações no meio rural e em particular na atividade agrária. Vieram os anos da industrialização e modernização agrária, e com esta a despossessão dos saberes e práticas que asseguravam a relação e cultura de sustentabilidade com os territórios. Em paralelo, as políticas agrárias europeias vieram definir os rumos ou os moldes do progresso e do rentável e competitivo. Também as políticas de desenvolvimento rural, que com os restos dos fundos europeus, tratavam contrariar, sem grande êxito, a tendência demográfica, às vezes contribuindo para a própria «desagrarização» em curso. Nas conversas com gentes da terra, é frequentemente apontado o fecho do posto do leite nos vários lugares das freguesias, e, por conseguinte, «acabarem as vacas», como uma das causas da emigração (mais tardia, a partir dos anos 90), e o sentir de que «a lavoura começou a não dar», com muito menor autonomia, «agora é comprar a semente, é o adubo, é o herbicida, é o trator…». Perdem-se os vínculos e mundos camponeses, íntima e metabolicamente ligados ao território, e passa-se a outros sujeitos às regras do capital num sistema agroalimentar globalizado.

Limpeza das presas e regos até à veiga. São Lourenço da Montaria.

Vínculos que resistem.

Longe de um retrato nostálgico, bucólico ou romantizado do passado, importa, contudo, olhar para os valores e lógicas subjacentes aos sistemas agrários tradicionais, e a cultura de sustentabilidade associada, que guiam o futuro nos territórios rurais, e em contexto das múltiplas crises. Apesar da realidade demográfica, das transformações e do «abandono», importa também ver que há pessoas que ficaram, outras que voltaram, e nos montes, na serra e no sopé dela, o pastoreio e as lavouras continuam. A modo de exemplo, os sistemas de partilha da água de rega em São Lourenço da Montaria, culturalmente enraizados, com uma forma própria de aproveitamento e de gestão coletiva da água de rega, estão (ainda) vivos, e em grande medida porque (ainda) se cultiva milho. E como o milho tem sede, muita nos meses de verão, importa reter, conduzir e distribuir a água, para que esta chegue a cada leira (desde a serra até à veiga). De São João a São João (de 24 de junho a 29 de agosto), as águas «entram em conta», e cada casa passa a ter os seus dias, e as suas horas ou partes do dia, segundo as águas sabidas e as águas que há que sortear. Para que tudo funcione bem, e antes da partilha, cada ano são feitos os trabalhos coletivos de limpeza e manutenção das presas e regos. Quem ainda cultiva milho, logo quem ainda tem animais (e estrume), é quem mantém vivo os fluxos destas águas e a organização social associada, sendo sistemas que ainda respondem às necessidades. Numa outra conversa dinamizada à volta dos mesmos, e sobretudo quando participam as pessoas «antigas», são novamente mencionadas as questões à volta do envelhecimento, abandono e falta de renovação geracional na atividade, transmitindo a dureza do que parece ser difícil de reverter, e ao mesmo tempo uma boa dose de realismo: «Pelo que estou a ver de movimento na nossa terra, a água vai fazer mais falta para apagar fogos do que para regar milho (…) eu já não posso, a idade não o permite, [e] os filhos não se dedicam a isso…».

No caso do pastoreio, há quem mantenha pequenos rebanhos de ovelhas, mantendo-os sobretudo nos campos, ora porque os seus pastores já são pessoas de mais idade, ora porque mudaram as dinâmicas à volta do lobo: «as ovelhas já não podem ir para o monte, o lobo agarra-as e uma pessoa nem vê…». São dois os únicos pastores que mantêm ainda na freguesia de São Lourenço os seus rebanhos de cabras, indo com elas ao monte, e dedicando-se por inteiro a esta atividade, ainda que não ausente de dificuldades. A presença do lobo é uma delas: «Eu podia ter um rebanho maior, eu ia igual com elas só que ia mais à minha vontade, não precisava de andar tão em cima delas, elas iam dar a volta delas, controlava-as (…) agora nós temos que andar na encosta com as cabras, e se há uma cabra que fica para trás ou uma que vai muito à frente, já está, acabou!», refere um dos pastores que alterna o cuidado do seu rebanho com o trabalho de pastoreio e vigilância de um rebanho maior de cabras no baldio de Riba d'Âncora (freguesia próxima, já no concelho de Caminha), onde o conselho diretivo apostou por um rebanho de "cabras sapadoras". Sempre houve lobo na serra, mas «se houvesse mais rebanhos, tinha o lobo mais que comer». Referem-se ainda durante as conversas empecilhos burocráticos associados à atividade, desde os atrasos ou não pagamento das indemnizações pela perda de animais aos entraves para o tipo de exploração e as suas características ou requisitos. São os subsídios da PAC os que acabam por determinar a dimensão/encabeçamento, e o próprio maneio, e são em última instância os que mantêm atualmente a atividade agrícola e pastoril nestes (e noutros) lugares. Também as reformas das pessoas de idade, que insistem por gosto em manter-se ativas, manter os seus campos, os seus animais, as suas couves-galegas.

Quem ainda cultiva milho, logo quem ainda tem animais (e estrume), é quem mantém vivo os fluxos destas águas e a organização social associada, sendo sistemas que ainda respondem às necessidades.

No caso dos rebanhos de cabras, refere um dos pastores que consegue vender todos os cabritos, e por vezes os chivos e as cabras mais velhas, havendo procura, o que o alicia a continuar, apesar de tudo. Na sua opinião, e em jeito de desafio futuro: «agora o monte precisava era de gente, como eu, e como o filho daqueles senhores, com coragem de botar as cabras pró monte; o monte está aí, [agora] ninguém proíbe de levar o gado ao monte». Um desafio que retoma aqui o agrário (a agricultura e a pastorícia) como alento do rural e das possibilidades férteis dos comuns. Porque os desafios dos baldios são também os desafios dos territórios rurais, e passam necessariamente pelas questões agrárias. Passam por essa base, e eixo vertebrador, sobre o qual se articulam, ou se podem reativar, os vínculos com a terra.

Experiências de gestão de baldios

Em outubro de 2021, teve lugar em São Lourenço da Montaria uma conversa à volta da gestão comunitária de baldios, tratando de entender qual o ponto de situação de alguns baldios na região mais litoral do Alto Minho, entre Viana e a Galiza. Contou-se com a presença de representantes e compartes dos baldios de São Lourenço, de Freixieiro de Soutelo, de Afife, da ACEB (Associação para a Cooperação Entre Baldios de Viana do Castelo) e da Comunidade de Montes Veciñais en Man Comun (CMVMC) de Sta Mariña d'O Rosal. As principais problemáticas levantadas dizem respeito, nalguns casos, às limitações da co-gestão com o ICNF, ou aos poucos meios económicos, materiais e humanos para se poderem desenvolver mais ações, desde o combate de invasoras a novas plantações. A reduzida participação das pessoas compartes é um denominador comum, pela dificuldade dos trabalhos em si ou, e sobretudo, pelo reduzido interesse e vinculação aos baldios, mais além das poucas pessoas que dele dependem para a sua atividade de criação de gado. Outros apontam novas mudanças de gestão, aos poucos, cortando com as anteriores falcatruas ou abuso de poder nos órgãos diretivos. Já no caso da experiência da CMCMC d'O Rosal, com uma gestão ativa e participada, retrata-se que, com meios gerados nos próprios baldios, é possível não só «reordenar» o monte, como proporcionar uma multifuncionalidade em benefício de todos/as. E isso exige uma visão coletiva e comprometida com o baldio, e que esteja presente a comunidade. O relato completo da conversa pode ser lido em https://estrumealeira.wordpress.com/2022/10/09/agora-quem-e-que-ainda-vai-ao-monte/. As conversas dinamizadas são uma iniciativa de 'Estrume à leira' em parceria com o grupo 'Reflorestar Serra de Arga' e a Associação Desportiva e Cultural Montariense.

Sem chave não saio!

Resistência auto-organizada no bairro do 2º Torrão responde ao primeiro passo do anunciado «princípio do fim» do histórico bairro da Trafaria, em Almada.

2º COLETIVO
IMAGEM **RENATA CAMARGO**

Entre o rio e o pinhal

Localizado entre o estuário do Tejo e o pinhal da Trafaria há mais de meio século, o 2º Torrão vê-se encurralado entre uma vala pluvial, a crescente pressão da especulação imobiliária e autoridades locais cujo *modus operandi* se encontra no ponto de (des) equilíbrio entre o dissimulado e o predatório. A comunidade de mais de 2500 pessoas, que chama de casa a este bairro de autoconstrução em Almada, não é alheia a coações relativas a despejos e a demolições. Ora sob o pretexto de ocupação de terrenos privados, ora do risco de segurança e saúde pública, diferentes gerações recordam-se dos recorrentes momentos em que, durante décadas, a sombra do fim iminente do 2º Torrão foi surgindo.

Com o decorrer das últimas décadas, um outro fator foi ganhando forma na vida da comunidade e em toda a cidade, tal como no resto do país: no espaço de 5 anos, a especulação imobiliária levou o preço das casas em Almada a duplicar, tornando-a na quinta cidade portuguesa com os valores de arrendamento mais elevados.

Verificamos atualmente um aumento artificial e totalmente desproporcional, não só relativamente à evolução do rendimento das famílias, mas também ao real valor das propriedades em si. Isto é severamente óbvio se tivermos em consideração que mais de 3000 famílias almadenses vivem em condições indignas, das quais 40% vivem em habitação pública (segundo dados da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa).

É no meio deste cenário que o relatório de 2019 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), até há pouco tempo escondido do público em geral, veio reportar que a extensa vala pluvial de drenagem que passa pelo 2º Torrão, sobre a qual várias habitações foram construídas pelos moradores, está obstruída e que existe a hipótese de colapso e de inundação de todo o bairro, o que coloca a vida de dezenas de famílias em risco.

Ao ter em suas mãos estas informações, o executivo da Câmara Municipal de Almada (CMA) decidiu nada fazer nos anos de 2019, 2020 e 2021. Pelo menos assim o foi até que, após uma nova visita dos SMAS ao local da vala pluvial, em março de 2022, e após novo relatório, em setembro – documento também não publicitado pela edilidade – foi acionado o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e declarada a Situação de Alerta para o bairro, entre 22 de setembro e 31 de dezembro do corrente ano.

Demolindo casas, demolindo vidas

Em junho, a CMA fez uma reunião coletiva, numa escola da Trafaria, com as pessoas que viviam em casas sobre a vala para discutir o seu realojamento e, posteriormente, reuniões individuais com cada família. As soluções variaram de família para família, desde o enquadramento no programa Porta de Entrada (que se aplica às situações de necessidade de alojamento urgente) a outros programas vinculados ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Em 1 de outubro começaram as demolições, sem que a população afetada fosse informada atempadamente. Durante os seis dias que duraram as demolições, instalou-se a confusão, os receios e o clima de intimidação por parte da CMA.

> A 1 de outubro começaram as demolições, sem que a população afetada fosse informada atempadamente. Durante os seis dias que duraram as demolições, instalou-se a confusão, os receios e o clima de intimidação por parte da Câmara de Almada.

Existia um mapa com indicação das casas a demolir e com a respetiva data de demolição, que nunca foi dado à população. As equipas de intervenção iam de casa em casa para avisar da demolição e propor soluções de realojamento. Estas equipas, à exceção da Proteção Civil, não tinham identificação e, em muitos casos, apresentavam documentos sem assinaturas nem carimbos da edilidade; davam informação contraditória às pessoas e pressionavam-nas para abandonarem as suas casas e aceitarem as propostas de realojamento. Houve casos de pessoas informadas no próprio dia que a sua casa ia ser demolida. Outras pessoas foram informadas de uma data para a demolição da sua casa que foi depois alterada, sem aviso. Outras foram informadas que as casas iam ser demolidas mas, afinal, não faziam parte da lista final. Outras foram chamadas a reuniões com os diferentes serviços sociais longe do bairro na hora em que as suas casas iam ser demolidas, para coibir a resistência. Alguns acordos de realojamento foram apenas verbais, sem prova escrita.

Os dados sobre as casas a demolir/ demolidas, e os agregados familiares afetados, variam nos dados oficiais da CMA e nos levantamentos realizados. Estima-se que há cerca de 65 famílias afetadas e 73 casas demolidas.

Os/as moradores/as encontram-se em situações diferentes:

– Pessoas que foram realojadas em casas camarárias ou do IHRU, em diferentes locais (Barreiro, Almada, Seixal, Lisboa). Não se sabe quantos são; o que se sabe é que muitas destas casas não têm condições de segurança e de habitabilidade (p. ex.: fugas de gás).

– Pessoas com soluções temporárias, que não sabem para onde irão a seguir, nem por quanto tempo poderão ficar ali alojadas. Nove famílias estão alojadas num *hostel*, em Campo de Ourique (Lisboa): uma família por quarto e uma casa de banho para todas. Partilham na cozinha uma placa elétrica. Não têm máquina de lavar roupa nem internet para que as crianças possam entregar os trabalhos escolares. Outras famílias foram alojadas em *bungalows* no parque de Monsanto (também em Lisboa), local sem transportes públicos nem serviços básicos, como mercados para comprarem comida.

– Pessoas que não foram consideradas elegíveis por parte da CMA - que alegou que não viviam no bairro ou que tinham outras casas - e recusaram deixar as suas casas, interpondo providências cautelares.

– Duas pessoas que ficaram de fora de qualquer processo de realojamento.

Os danos na vida destas pessoas são incontáveis. Na sua saúde, no seu trabalho (muitas perderam empregos e fontes de rendimento, porque tinham de estar no bairro, faltando ao trabalho), na escola (as crianças foram afetadas emocionalmente, cortaram as suas rotinas) e na relação com animais de estimação. De um momento para o outro, tiveram que enfrentar a perda de casa, do seu lugar de vida e do seu trabalho. Foram expostas a diversos perigos: o recinto das demolições nunca foi cintado; os escombros ficaram no bairro durante semanas, incluindo materiais de amianto. E foram, sobretudo, expostas a várias formas de coação e humilhação. Após a caída de uma parte de um alçapão que integra a vala, a CMA culpabilizou as pessoas que interpuseram providências cautelares pelas possíveis consequências, escusando-se de qualquer responsabilidade. A CMA acusou ainda as pessoas e associações, inclusive as/os advogadas/os pro bono que se solidarizaram com os/as moradores/as, de os/as instigarem a recorrerem à justiça, ou seja, a exercerem os seus direitos.

A CMA desalojou pessoas, deixou-as na rua, num processo de cima para baixo e pouco transparente, sem lhes propor alternativas dignas. Acionou um plano de emergência sem acautelar respostas integradas. Tudo isto com a desculpa dos impactos da previsível subida da água do mar. O que justifica efetivamente esta remoção à força? Que planos tem a CMA para o bairro? Sobre isto nada se

O recinto das demolições nunca foi cintado; os escombros ficaram no bairro durante semanas, incluindo materiais de amianto. E foram, sobretudo, expostas a várias formas de coação e humilhação.

sabe. Neste momento [finais de novembro] são 9 as famílias num *hostel*, 4 em *bungalows*, 2 pessoas sem nenhuma solução e 10 ainda no 2.º Torrão, que estão na resistência.

Histórias da resistência

Desde o início do processo de desalojamento e demolição que os/as habitantes envolvidos/as têm estado unidos/as e a resistir, apesar da situação extrema em que estão a ser colocados/as por parte da CMA. Optaram por uma abordagem também legal. Essa decisão foi apoiada pelos/as advogados/as que se solidarizaram com a causa e que têm estado a prestar auxílio no terreno. Apesar de o aparato policial no bairro ter sido visível durante as demolições e de as respostas municipais terem sido pouco humanas e nada dignas na maior parte das situações, a resistência nunca excedeu o contexto legal. A grande maioria das 65 famílias manteve-se unida, apoiando-se e lutando pela sua situação mas também pela dos seus vizinhos e vizinhas.

«Sem Chave não saio! Não vamos abandonar as nossas casas sem a garantia de ter outra para morar» foi o mote para a concentração no dia 13 de outubro na Cova da Piedade. O cartaz foi construído coletivamente pelos/as moradores/as, e vários/as habitantes do 2º Torrão deslocaram-se para apoiar as mais de 60 famílias e protestar contra o que tem sido a abordagem da CMA. Os/as habitantes do 2º Torrão vivem um clima de total incerteza quanto ao seu futuro.

No dia 19 de outubro foi convocada uma assembleia municipal extraordinária sobre habitação, em Almada, onde foi exigido por parte de um deputado do PCP um levantamento do número de habitações demolidas e de famílias desalojadas. Também foi pedido um levantamento dos espaços onde estão a ser feitos os realojamentos, visto esta informação não estar acessível. O atual executivo foi questionado sobre qual será a abordagem para o futuro em matéria de habitação condigna por parte da CMA. Até à data, ainda nenhuma resposta foi tornada pública.

Houve duas reuniões entre a Secretária de Estado da Habitação e os/as moradores/as com a finalidade de fazer o ponto de situação, de permitir esclarecimentos sobre as medidas cautelares e apresentar pedidos de informação. Foi uma das ferramentas de luta utilizadas pelos/as habitantes na tentativa de pressionar e obter respostas que continuam a tardar em aparecer.

Ao dia 28 de novembro - dia de fecho desta peça - não existiam sentenças face às providências cautelares interpostas. A maioria das famílias em resistência no território têm propostas de habitação, mas que não correspondem às suas necessidades.

Os processos de auto-organização mantêm-se e têm sido construídos pelos/as moradores/as e por gente que se solidarizou com a causa. Atualmente, existe uma rede de autoajuda com o objetivo de colmatar os problemas criados ao nível do acesso à alimentação e à saúde por todo este processo violento a nível económico e emocionalmente catastrófico para as famílias envolvidas. Não foram criadas respostas integradas por parte do poder local, deixando as pessoas envolvidas completamente desamparadas. Foram também lançadas duas petições e uma carta aberta contra os despejos (esta última em conjunto com outros bairros do país que sofrem situações similares) como forma de dar visibilidade à situação. Visto que as respostas continuam a não ser favoráveis para os/as moradores que se mantêm na zona de demolição, foi marcada pela assembleia de resistência do 2º Torrão uma manifestação para 5 de dezembro, na praça São João Baptista, em Almada. A CMA continua a considerar dois dos agregados como não-elegíveis e desconsideram parte das restantes famílias, não dando respostas à altura das necessidades reais.

Neste momento, são 9 as famílias no hostel, 4 em bungalows, 2 pessoas sem nenhuma solução e 10 ainda no 2.º Torrão, que estão na resistência.

Os/as habitantes continuam focados/as em resistir, conscientes também das palavras recentes de Inês de Medeiros, presidente da Câmara de Almada, que referiu que «demore o tempo que demorar, será o princípio do fim do 2.º Torrão». Quem vive no bairro sente que está a ser desestruturada uma grande família, sem existir sequer uma abertura ao diálogo por parte da CMA. O impacto de todas estas decisões na vida de grande parte dos/as moradores/as do 2º Torrão é profunda, pois as redes de relações e de proximidade são fundamentais para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia e para colmatar as carências económicas de uma comunidade maioritariamente precarizada. Desmantelar estas redes de segurança é condenar estas famílias a uma situação ainda mais débil.

Movimento Referendo pela Habitação

Stop Despejos

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT
CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT

O problema do acesso à habitação continua a agravar-se com o infindável aumento dos preços das rendas, que já não se limita aos maiores centros urbanos do país, mas atravessa rios e mares, alastrando-se tanto à margem sul do Tejo quanto às ilhas portuguesas no Atlântico. Para lutar contra essa tendência, consequência da especulação imobiliária e da completa desregulação desse mercado, surge em força, na cidade de Lisboa, o Movimento Referendo pela Habitação (MRH).

Em correspondência com o Jornal MAPA, membros do MRH explicam que «Lisboa é a cidade europeia onde o preço da habitação mais aumentou nos últimos anos e é também a cidade com a taxa de esforço – relação entre salários e preço da habitação – mais elevada da Europa. Para além disso, Lisboa é a capital europeia com mais casas existentes por residente, o que significa que não enfrentamos um problema de falta de casas, mas (…) de uso indevido das habitações existentes para outros fins. Não precisamos de construir mais casas: elas já existem; precisamos de mudar o uso que elas têm».

O movimento lisboeta – que pode servir de estímulo a iniciativas semelhantes pelo resto do país – considera o alojamento local uma das causas principais do aumento do preço da habitação, podendo ser combatida a nível municipal – na ausência de um movimento nacional capaz de fazer-lhe frente por outros meios. O Movimento Referendo pela Habitação informa que «[n]o período entre 2014 e 2022, foram feitos mais de 19.000 registos de alojamento local em Lisboa… [sendo] a cidade europeia com mais alojamento local por residente». A multiplicação do alojamento local coincide com o aumento das rendas da habitação, que reflecte a escassez de casas para arrendamento de longo prazo, pois o aluguer por noite e a pessoas estrangeiras com maior poder de compra afigura-se mais lucrativo. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, entre 2014 e 2020, o preço da habitação em Lisboa aumentou 118%.

> Lisboa é a cidade europeia onde o preço da habitação mais aumentou nos últimos anos e é também a cidade com a taxa de esforço – relação entre salários e preço da habitação – mais elevada da Europa.

Como consequência e, de acordo com o Movimento, «vêem-se despejos frequentes principalmente de pessoas idosas, com deficiências, racializadas ou precarizadas; está-se a dar um êxodo de quem morava em Lisboa para as periferias por impossibilidade de pagar as rendas; há cada vez mais pessoas sem-abrigo ou a recorrer a instituições de solidariedade social para poderem comer pois têm que escolher entre pagar a renda e comprar comida… Tudo isto se passa num concelho que, segundo os últimos censos, tem mais casas do que famílias residentes.»

Tendo em conta este panorama, surgiu então o Movimento Referendo pela Habitação. O Movimento – em grande parte inspirado pelo referendo realizado em Berlim, que propôs a expropriação municipal de edifícios detidos por grandes empresas imobiliárias com o objectivo de conter o preço da habitação[1] – tem dois grandes objetivos.

O primeiro, tal como o próprio nome do Movimento indica, é «implementar um referendo local em Lisboa pelo nosso direito a habitar a cidade». Para tal, precisa de recolher 5 mil assinaturas e levar a sua proposta a votação de âmbito municipal. Nas palavras dos seus membros, «a nossa proposta consiste em mudar o Regulamento Municipal do Alojamento Local (RMAL) para impedir que esta atividade especulativa possa existir em prédios com licença para uso habitacional. (…) Os imóveis destinados a habitação devem cumprir a sua função social: serem habitados e servirem para morar.» Nesse sentido, irão lançar as perguntas a levar a Referendo dia 17 de dezembro e, então, começar a recolher assinaturas físicas.

O segundo objectivo seria «construir redes, solidariedades, e reivindicações coletivas de mudança em Lisboa no que toca à questão da habitação». Como tal, os seus membros convidam «toda a população da cidade e, em particular, todas as pessoas que se sentem ameaçadas pela especulação imobiliária em Lisboa a juntar-se a este movimento». A ideia é juntar não apenas residentes de Lisboa, mas outras pessoas que morem noutros locais e que tenham as mesmas preocupações. Quem sabe, no futuro, alargar a causa ao âmbito nacional.

Em termos organizativos, a proposta é que as pessoas integrem grupos de trabalho de acordo com os seus interesses, e que participem todas numa assembleia, «onde as maiores decisões do movimento são tomadas». Paralelamente existem ainda os «grupos dos bairros, que servirão para a recolha de assinaturas para o Referendo, para a construção do nosso segundo objetivo – "criar movimento" – e também para fazer a ponte entre as reivindicações de rua e o que decidimos em Assembleia». Quem se quiser juntar ao movimento deve contactar o MRH através de e-mail para movimento@referendopelahabitacao.pt ou nas redes sociais em @referendohabitacaolx.

O MRH apresenta-se como um «movimento social apartidário e horizontal» e declara que «não nasceu de nenhum partido, nem pretende fazer a luta política de dentro dos meios institucionais, que já provaram ser incapazes de resolver o problema da habitação na cidade». Os membros afirmam pretender «mobilizar os seus bairros e organizar a transformação de Lisboa pelas suas próprias mãos», perante um «poder institucional que há muitos se afastou das vontades, das necessidades e dos direitos da população».

Esperamos, portanto, que esta efervescência de base contra a exploração imobiliária e o extractivismo financeiro não se esgote em propostas de âmbito municipal e que se alastre por todo o país (e não só), para que em breve se lute, não apenas por limitar o alojamento local, mas por tornar o "direito à habitação" em algo mais que um mero formalismo de uma super-máquina burocrática.

NOTAS

1 Berlineses apoiam expropriação de imóveis de grandes empresas para conter preços da habitação. Público. 24 de Setembro de 2021.

Só juntas seremos flores capazes de irromper pela calçada

Desde o final de 2020 que um grupo de mulheres e pessoas não binárias se reúne semanalmente na associação Sirigaita. São as «Manas», um colectivo composto por pessoas utilizadoras de drogas, algumas também migrantes, trabalhadoras sexuais ou moradoras de rua, que sabem que não estão sozinhas.

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
FOTOS **NICOLE SÁNCHEZ**

«Tudo começou com um documentário», diz-nos Magda Ferreira, uma das manas que impulsionou, em conjunto com Joana Canedo, a formação do coletivo Manas. A primeira iniciativa do grupo surgiu no final de 2020, num contexto muito marcado pela pandemia da Covid-19, e teve como objetivo a construção do filme *Seis mulheres, uma semente*, realizado por Larissa Lewandoski.

O filme retrata seis mulheres, algumas moradoras de rua, que falam na primeira pessoa sobre as suas experiências de vida relacionadas com o consumo de drogas e trabalho sexual. Foi através de uma bolsa da Rede Europeia de Pessoas que Usam Drogas que conseguiram pagar à realizadora, e com o apoio do Programa de Consumo Vigiado foi também possível pagar a participação das pessoas que deram o seu depoimento no filme. «Acho que o documentário foi uma peça-chave para abrir um discurso comum. Porque depois todas elas se viram filmadas, num mesmo ecrã, e com discursos muito parecidos: a retirada dos filhos, a questão da violência policial, a questão da violência, (…) do sistema de cuidados e a falta de segurança no trabalho que exercem», diz-nos Joana Canedo.

A ideia de fazer um filme como um dispositivo agregador partiu de Joana Canedo e de Magda Ferreira. As duas trabalham no Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT) e foi a partir também do seu trabalho e das suas experiências que perceberam que existia a falta de um espaço de apoio para e entre mulheres consumidoras. Joana conta-nos que começou a trabalhar em 2020 num Programa de Consumo Vigiado Móvel, mas que o serviço se encontrava muito masculinizado: «Em 2020 cheguei a Lisboa e por acaso tive a sorte de vir parar a um programa de consumo em que eu percebi que não havia nenhuma mulher que chegasse lá. E eu pensei "mas eu conheço uma data delas: onde é que estão estas mulheres?" Para chegar a estas pessoas, «eu e a Magda começámos a ir juntas para o Intendente às sextas-feiras, porque sabemos que é um lugar de consumo e de trabalho sexual, e começámos a conhecer muitas mulheres que hoje em dia pertencem às Manas».

A partir da experiência do filme e da compreensão que sobreviviam a violências semelhantes, estas mulheres quiseram continuar a encontrar-se regularmente e, através do apoio mútuo, gerar uma rede solidária para tratar de situações parecidas que lhes tivessem acontecido e para as quais poderiam tentar procurar soluções em conjunto. Ainda de acordo com Joana: «acho que todas nos apercebemos que, tendo um espaço mais permanente, que fosse uma vez por semana, conseguíamos fazer emergir daí ideias e outros futuros». Magda completa esta ideia e fala também da importância de quebrar com o *loop*, «um ciclo destrutivo que quebra a auto-estima destas mulheres», que muitas vezes consiste em comprar droga, usá-la, procurar clientes para depois comprar novamente droga e por aí adiante. As reuniões semanais possibilitariam assim começar «a pensar na vida para além das drogas, a fazer atividades, a criar e a fazer outras coisas para além desta rotina». Foi assim que começaram a reunir e a fazer atividades semanalmente no espaço da associação Sirigaita, em Lisboa, também na zona do Intendente.

Magda lembra que o primeiro nome das Manas era Grupo de Apoio Mútuo entre Mulheres (GAMEM): «A princípio chamava-se GAMEM. Nós até dizíamos: "vamos gamar os nossos direitos de volta"». A dimensão da formação política do grupo revelou-se também muito importante. Joana defende que estas pessoas que se encontram em situação de exclusão social podem e devem ser integradas e devem participar nos movimentos sociais e ter oportunidade de visibilizar as suas lutas. Mas para isso é preciso criar espaço, fazer pontes com outros coletivos, ir para as ruas. Como exemplo, no dia 25 de novembro de 2022, o grupo das Manas participou na Marcha pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que decorreu entre o Largo do Intendente e o Rossio. Levavam uma faixa onde se lia: «Intendente insurgente contra a violência machista e policial!»

Anastácia, uma mulher trans que faz parte das Manas, juntou-se a esta marcha: «Foi a minha primeira manifestação, nunca

tinha ido a nenhuma. Gostei, diverti-me imenso». Segundo ela, foi bom porque representou uma ocasião para reunir pessoas que sofreram de violência doméstica e de género «como eu também já sofri». Para Anastácia, o grupo das Manas «enquadra-se comigo porque é onde me sinto segura. É um espaço livre de preconceitos, é um espaço seguro para mulheres e trans, e dão ajudas possíveis, de tudo, em relação a nós: violência doméstica, trabalho sexual na rua, tudo».

Também Daniela, uma mulher trans de 20 anos, foi à mesma marcha e aproveitou para falar ao microfone nesse dia. Condena o preconceito que existe na sociedade em geral contra gays, trans ou mulheres trabalhadoras do sexo e defende: «é o corpo delas. Ninguém tem nada a ver com isso. As pessoas vêm criticar-nos porque não estão bem com a vida delas próprias, mas nós não temos culpa disso». E continua, afirmando «parece que estamos numa sociedade de transtorno. O povo, a sociedade em si está muito transtornada». E remata, dizendo: «Eu gosto de fazer parte das Manas porque eu também tento mudar o mundo. A sociedade hoje em dia deveria abrir-se mais. Nós temos de começar a aceitar e a respeitar-nos uns aos outros, porque na realidade nós somos todos seres humanos. Nós respiramos todos o mesmo ar.»

Por fim, entrevistámos Helena, uma «mana» que diz que as Manas a apoiam muito, a vários níveis: por um lado, conta que estar naquele espaço a ajuda psicologicamente e a sentir-se melhor com a sua auto-estima; por outro lado, também recebe outro tipo de apoios, como produtos de higiene, roupa e auxílio para tratar de documentos, para acompanhá-la a serviços, como hospitais, gestos muito importantes porque Helena vive com HIV e diabetes. No panfleto de apresentação das Manas pode ler-se: «reivindicamos o acesso universal aos cuidados de saúde e bem-estar para todas as companheiras, não esquecendo as que estão presas». Ainda sobre a sua experiência, Helena conclui: «Adoro o grupo! Fazemos ioga, eventos, fanzines, e agora vamos começar a escrever um livro só sobre mulheres. Estou a pensar começar também a fazer t-shirts com o nosso símbolo, para começar a vender».

De facto, nos encontros semanais na Sirigaita, o grupo decide em assembleia que atividades querem desenvolver no mês seguinte, respeitando os seus gostos e aproveitando para instigar as competências de cada uma. Entre as várias atividades que têm sido promovidas semanalmente, como teatro, meditação, cabeleireiro ou escrita criativa, a produção de fanzines foi uma das atividades mais acarinhadas pelo grupo.

«Acho que o documentário foi uma peça-chave para abrir um discurso comum. Porque depois todas elas se viram filmadas, num mesmo ecran, e com discursos muito parecidos: a retirada dos filhos, a questão da violência policial, a questão da violência do sistema de cuidados e a falta de segurança no trabalho que exercem.»

No dia 25 de novembro de 2022, o grupo das Manas participou na Marcha pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que decorreu entre o Largo do Intendente e o Rossio. Levavam uma faixa onde se lia: «Intendente insurgente contra a violência machista e policial!»

No seguimento desta experiência de escrita e de produção de edições independentes, com textos e desenhos feitos pelas Manas, surgiu uma parceria com a Livraria das Insurgentes, uma livraria e biblioteca que se dedica à divulgação de livros escritos por mulheres, cujo espólio também se encontra na associação Sirigaita.

Assim, no dia 1 de dezembro de 2022, inauguraram um novo espaço conjunto, das Manas e da Livraria das Insurgentes, num antigo Quartel da GNR em Arroios, no Largo do Cabeço da Bola, abandonado desde 2015 e agora «ocupado» pelo Largo Residências. Atualmente, este Quartel transformou-se num pólo cultural e comunitário temporário, acolhendo diferentes entidades, sobretudo ligadas à cultura. A utilização de uma das salas deste espaço por parte das Manas e das Insurgentes – que tem um acordo de uma renda de cerca de 100€ – poderá manter-se até arrancar a construção de um projeto imobiliário previsto para ali. Este projeto estatal supõe a reabilitação de vários edifícios que, supostamente, irão constar de um programa de rendas acessíveis.

Até lá, as Manas pretendem organizar-se entre si para assegurar a abertura da Livraria ao público e promoverem uma forma alternativa de auto-emprego cooperativo. Sobre este projeto de auto-emprego, Joana Canedo esclarece que «há uma precariedade tão grande, nós temos certas reclamações em relação ao trabalho sexual e também à legalização de substâncias, mas ainda há tanto por fazer, que gerar primeiro oportunidades de auto-emprego e desenvolvimento de competências foi uma das prioridades que nós encontrámos e, enquanto isso, vamos dando forma aos nossos sonhos e a uma agenda comum».

O projeto que pensaram desenvolver naquele espaço – e que conta com fundos provenientes de um projeto BipZip, Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa – prevê a sua própria formação como livreiras e bibliotecárias, a participação em feiras, a organização de eventos feministas e a continuação de construção de «narrativas insurgentes», ou seja, de projetos de escrita criativa para edição das fanzines e para a produção de mais um filme: «A nossa ideia a seguir é ter um filme. Já começámos com um documentário, o próximo passo será ter um filme, que já não vai focar-se nas violências, mas naquilo que são as resiliências, as lutas diversas e divergentes, e futuros utópicos que vamos construindo».

«Estou com uma
grande moca
Pensando no dia de amanhã
Será que vou realizar
O meu sonho?
Quantas de nós vivemos
Na escuridão?

As mulheres do fim do
mundo voam os precipícios
Reacendem a chama e lutam
de mãos dadas
Quantas de nós já sorrimos
à angústia que sentíamos
na altura era maior que
o Universo?
Infinitas vezes
Quando a solidão bate
à porta…
Quantas de nós já fomos
abusadas e a polícia não
fez nada?

Quantas de nós não temos
nada na cabeça?
Sentimo-nos incompreendidas e discriminadas
Sentimo-nos um parasita
para a sociedade.

Chega de discriminação!

Paradoxo universal em espiral sem fim.
Para que vivêssemos mais
um dia.
Quantas de nós sabemos que
só juntas seremos…
Flores
Capazes de
Irromper pela calçada
E livres caminhar pelo caminho que nós próprias
Escolhermos.»[1]

NOTAS
1 Poema colectivo das Manas, 2022, In *#1 Sonho, sobrevivências*, PUETAS emPEDRADAS, Lisboa.

The Care Manifesto

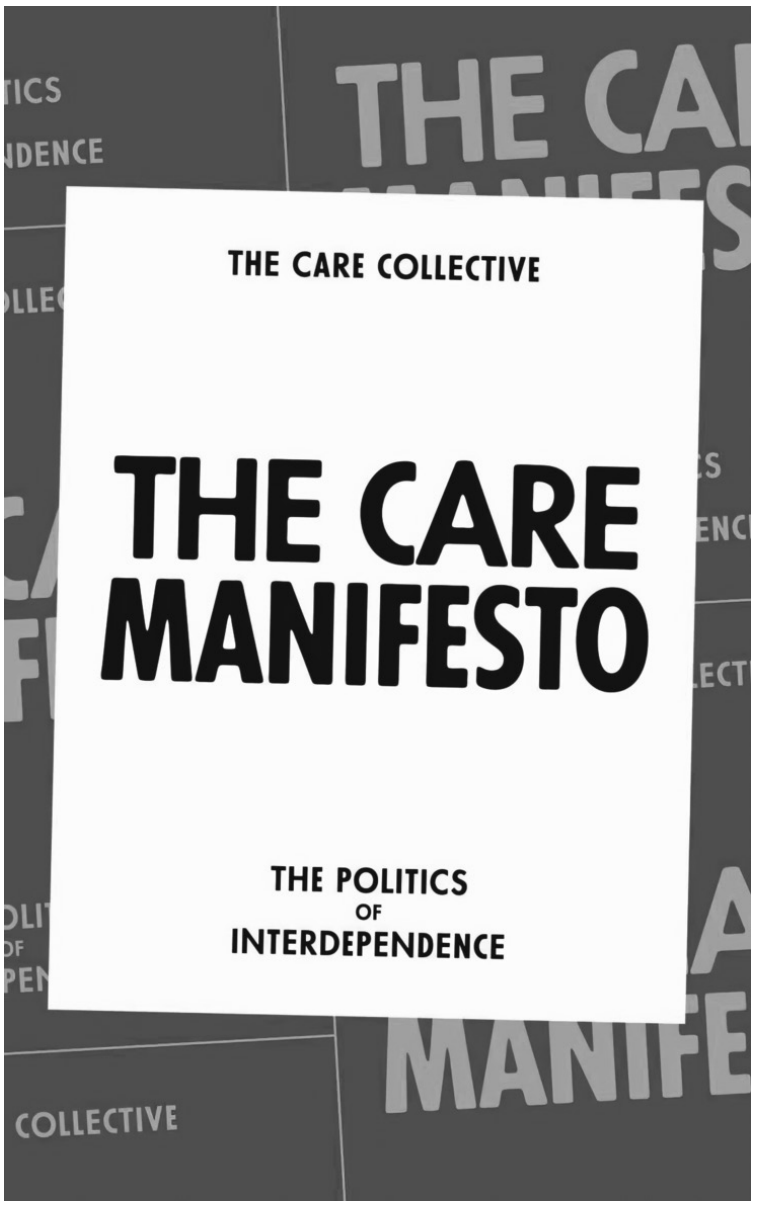
O Care Collective nasceu em 2017 como grupo de estudo. Entre os seus membros há Andreas Chatzidakis, Jamie Hakim, Jo Litter, Catherine Rottenberg e Lynne Segal, todas pessoas ligadas a contextos acadêmicos e de ativismo. Em 2020, escreveram o ensaio chamado The Care Manifesto, uma reflexão criativa sobre o que eles denominaram estado dos cuidados.

BIBLIOTECA/LIVRARIA DAS INSURGENTES
LIVRARIADASINSURGENTESLISBOA@GMAIL.COM

O *Care Collective* nasceu em 2017 como grupo de estudo. Entre os seus membros estão Andreas Chatzidakis, Jamie Hakim, Jo Litter, Catherine Rottenberg e Lynne Segal, todas pessoas ligadas a contextos académicos e de ativismo. Em 2020, escreveram o ensaio chamado *The Care Manifesto,* uma reflexão criativa sobre o que eles denominaram **estado dos cuidados**.

Em plena pandemia da Covid, o foco de todes e do coletivo recaiu sobre o funcionamento de infraestruturas como hospitais, lares, creches, serviços de limpeza; sobre a centralidade de todas as pessoas trabalhadoras nestes setores e sobre o facto de que todes diariamente e em maneiras diferentes precisamos de algum tipo de suporte e/ou assistência. Neste momento, tudo o que é relativo aos cuidados foi patologizado por um lado e capitalizado e privatizado por outro. Para falar nesta ambivalência é preciso pensar que a cura é muitas vezes associada a tarefas «inferiores» com as quais não nos queremos confrontar nem no plano psicológico. É a partir de fatores como estes que nasce a interdependência entre cuidados, género, classe e etnia. Quanto à capitalização da cura, é fácil constatar que esta se transformou num privilégio de poucas pessoas, e ao mesmo tempo favoreceu a criação de estagnantes categorias, como quem pode permitir-se contratar alguém para limpar a sua casa, passear o seu cão, fazer-lhe sessões de fisioterapia ao domicílio, tomar conta da sua mãe na cama, e quem destas tarefas fez o seu trabalho, embora mal pago.

Então o que se entende com estado dos cuidados? A alternativa anti-racista, transfeminista, ecológica, democrática e sem fronteiras ao estado social ainda escravo de mecanismos paternalistas e de exploração de género, étnico e racial. Um estado cuja conceção de cidadania se baseie na cura e em que esta seja utilizada para modificar atuais e futuras aceções de pertença. Com assentamentos projetados em função das nossas necessidades e não com base no lucro, que recusem qualquer tipo de violência por parte do estado e que ponham no centro da nova política es sujeites historicamente marginalizades.



Como alcançar um tal estado dos cuidados? Entre as soluções e os exemplos fornecidos pelo coletivo têm-se o apoio mútuo, a re-apropriação dos espaços públicos, a partilha de bens e o municipalismo. Por **apoio mútuo** entende-se todo o espectro das práticas de cooperativismo; algumas destas irão manter o caráter informal, enquanto outras têm que ser geridas por administrações locais e nacionais. Qualquer uma destas atividades precisa de infraestruturas e, neste sentido, é fundamental a **reapropriação do espaço público**, a sua devolução à comunidade e às suas práticas associativas, que assim favoreçam as interconexões e a vida em comum, e contra a todos os espaços feitos reféns do capital privado. As hortas urbanas são possibilidades para entrar em contacto com a natureza, praticar desporto e encontrarmo-nos no quotidiano. Mas é também preciso pensar em espaços verdes que superem a dimensão humana, como parques que, em lugar de jardins e de vedações, deixem livre o atravessamento da fauna selvática. Também a edilícia poderia beneficiar de uma tal política: cooperativas, habitações coletivas, arquiteturas e projetos criativos que favoreçam as formas de cuidados partilhados.

Os autores trazem o exemplo do Greater London Council (GLC), que entre 1981 e 1986, em completa contratendência, cortou subvenções à «cultura alta» para beneficiar a cultura da comunidade marginalizada. O GLC promoveu festivais de música gratuitos, revistas e organizações feministas (Spare Rib e Southall Black Sisters), rádios comunitárias e assim contribuiu à democratização da atividade cultural e intelectual de Londres. A sua maior intervenção foi a devolução do exclusivo complexo artístico do Southbank Center, hoje Royal Festival Hall, que ainda é um dos poucos espaços públicos fechados de Londres, além de bibliotecas, igrejas e museus, onde é possível estar sem gastar dinheiro. Os espaços devem também ser entendidos como espaços de **partilha dos recursos da comunidade**. Bibliotecas são o exemplo mais significativo de lugares não mercantilizados e de partilha. Além de permitirem ler uma grande quantidade de livros, as bibliotecas podem ser usadas como sítios que fornecem acesso à internet, lugares de encontro e de aprendizagem. A partilha de bens materiais e não materiais é o caminho até à sustentabilidade ecológica e à colaboração comunitária. Podemos ir além dos livros e pensar em bibliotecas de objetos e em outras formas de reutilizar os bens. Esta prática é uma clara rejeição do sistema capitalista e uma maneira de limitar emissões devidas à produção, de poupar dinheiro e de desenvolver as nossas capacidades de cuidados não só face às pessoas, mas também aos objetos inanimados.

Skoros é o nome de um coletivo anticonsumo de Atenas, em velhos edifícios de vendas ao detalhe eles coordenam empréstimos há mais de dez anos: roupa, livros, jogos, utensílios de cozinha. Outro exemplo de partilha imaterial são as bancas do tempo, onde as pessoas podem trocar o próprio tempo para desenvolver atividades umes para es outres. Quanto ao **municipalismo**, ou seja, o conjunto de práticas de autogoverno que promovam a constituição de uma riqueza comunitária local, o coletivo reporta-nos exemplos de democracias «de baixo para cima», como o modelo inglês do Preston Council ou do grupo catalão Barcelona en Comú, ambos dedicados à internalização dos serviços público e à construção de formas institucionais e redes que não se baseiam sobre o lucro privado, mas sobre formas sociais de serviços em que es própries utilizadores participem na sua planificação e realização.

Em conclusão, um estado dos cuidados não é uma estrutura vertical e não aponta a incrementar as relações de dependência, nem atua segundo esquemas sancionatórios ou coercitivos e, pelo contrário, está em linha com a justiça social e não penal. O estado dos cuidados insiste para que os nossos bens comuns, *online* e *offline*, se tornem instrumentos democráticos, de propriedade pública e coletiva e que sejam geridos em modalidade *peer-to-peer*. Um estado dos cuidados reconhece a interdependência do humano e do não-humano e exige uma ação conjunta e internacional para lançar um Green New Deal e descarbonizar o planeta. Num estado dos cuidados os confins são porosos e toma-se conta de migrantes e requerentes de asilo, em contraste com o neoliberalismo, que tenciona eliminar confins só para privilegiar fluxos de capital. Um estado dos cuidados pratica a «economia dos cuidados», que favorece modalidades de trocas locais, nacionais ou internacionais fundadas sobre solidariedade e formas igualitárias de propriedade, produção e consumo. Como sugere o título, este livro não é um manual, mas uma declaração. Algumas das reflexões presentes no texto podem às vezes parecer pouco originais ou ingénuas, a linguagem demasiado académica e os exemplos bastante institucionalizados. Contudo, muitas vezes estas soluções têm a força da simplicidade, o que as torna difíceis de implementar, e, potencialmente, a repercussão de um furacão.

The Care Manifesto
The Politics Of Interdependence
The Care Collective
Verso Books, 2020

"El Manifiesto de los cuidados", ou seja, a versão em castelhano deste livro, pode ser pedida em empréstimo à Biblioteca das Insurgentes, aberta às terças e quartas-feiras, entre as 16h e as 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.

THE CARE COLLECTIVE
El manifiesto de los cuidados
La política de la interdependencia
TRADUCCIÓN DE JAVIER SÁEZ DEL ÁLAMO
BELLATERRA EDICIONS | BIBLIOTECA CIUDADANA

https://www.southbankcentre.co.uk/
https://www.bl.uk/spare-rib
https://southallblacksisters.org.uk/
https://www.facebook.com/skoroscc/
https://www.preston.gov.uk/article/1339/What-is-Preston-Model
https://barcelonaencomu.cat/ca/principis

A web summit e o delírio coletivo de que todas podemos ser milionárias

Quem passa pela WebSummit em 2022 assiste a uma performance de optimismo que (mal) esconde a ansiedade das elites tecnológicas que tentam desesperadamente convencer a audiência, e o mundo, de que a recessão é uma "oportunidade maravilhosa".

Marcelo Rebelo de Sousa e Paddy Cosgrave no encerramento da WebSummit 2022. (Ben McShane, CC 2.0)

L. SILVA

No primeiro dia, a abrir o palco dedicado ao Marketing, uma *coach* aconselha-nos a estabelecer uma intenção para o nosso dia: reflectir sobre o que queremos melhorar em nós próprias e como aumentar a nossa autenticidade. À nossa volta, todos os produtos são verdes, rodeados pela apaziguante "estética à Galp" de *stands* forrados com relvado sintético. Até ao final do evento, irá pairar no ar um optimismo doentio de que tudo vai ficar bem, desde que sejamos fortes e produtivos enquanto o mundo colapsa. É *self-care* e ver as crises como uma oportunidade. Se a crise é sem dúvida uma oportunidade para os seus arquitectos, não o é para a larga maioria da população mundial, nem tão pouco para os milhares de jovens empreendedoras que encheram a FIL e que, enfatuadas pelo romance capitalista da trabalhadora que passa as noites no escritório, esperam também tornar-se milionárias.

Quem quer ser ceo?

O formato *TED Talk* domina as intervenções dos mais de 40 palcos que debitam dicas rápidas para o sucesso. As apresentações duram entre 10 a 20 minutos, estão belissimamente ensaiadas e nunca ultrapassam o tempo previsto. O formato permite fundir um tom aparentemente científico com um *sales-pitch*, temperado com entretenimento suficiente. A linguagem é empresarial, quase evangélica, e frequentemente dedicada a vender um produto. Como acontece com toda a publicidade, isto lança frequentemente uma visão do mundo completamente desligada da realidade. As frases curtas fazem lembrar o *tweet* perfeito, conciso e pertinente, que a audiência certamente irá partilhar nas redes sociais – *tweet it if you want Beyoncé to see it.*

Pode dizer-se que o grande arco temático das intervenções é a demonstração de como as oradoras, e as suas empresas, conseguem lucrar no atual contexto das crises múltiplas do capitalismo. Em cima do palco estão as CEO's milionárias, na audiência estão as jovens *start-ups* que querem enriquecer. Desfilam receitas para vingar que incluem os ingredientes mais picantes, da ecologia à justiça social - sobre a "diversidade" dentro das equipas de trabalho, por exemplo, saiba-se que "as equipas diversas são mais lucrativas".

As verdadeiras gladiadoras do formato *TED Talk* são aquelas que, nos Palcos *Pitch*, apresentam a sua ideia em 3 minutos a um painel de investidores, tipo *shark tank*, num gigante concurso que irá culminar numa ideia vencedora anunciada no último dia. Como dita a lei do *pitch*, uma rapariga começa por lançar uma pergunta à audiência: 'Sabem qual é o emprego mais stressante do mundo?'. Depois de alguns segundos responde "organizadora de eventos", numa afirmação tão refém do acto publicitário quanto disconectada da realidade.

> O formato permite fundir um tom aparentemente científico com um *sales-pitch*, temperado com entretenimento suficiente.

AEuropa está de volta!

Não é de estranhar que a WebSummit seja uma expressão apurada da cultura ocidental e da sua devoção ao capital, assim como das relações neocoloniais que o Ocidente mantém com o resto do mundo. Ouviu-se frequentemente falar de outros continentes como "mercados de fronteira", onde os produtos saturados de utilizadores ocidentais têm outros biliões de utilizadores à espera de ser "monetizados". Do outro lado, o Ocidente sempre engendrou criativamente novos recursos para predar. O ministro francês para a transição digital bem lembrou os tempos de glória da Europa como berço de importantes invenções, como a impressão, a democracia ou as vacinas. A Ásia e os EUA são hoje uma ameaça ao imperialismo europeu, mas o ministro garantiu que a Europa irá retomar a dianteira – o Macron já o está a fazer, baixando os impostos e atraindo investimento estrangeiro – e terminou, de braço no ar, "A Europa está de volta! E a França está de volta!"

Uns comem os figos e a outros rebenta-lhes a boca

Os Estados também têm os seus *stands* onde vendem as suas jurisdições. Concorrem, com as suas diferentes regulações e incentivos, para atrair investimento privado estrangeiro, nómadas digitais e outros indicadores de modernidade. Ao contrário do que apregoam os mais exagerados defensores do mercado livre, os Estados não são dispensáveis no cenário do capitalismo futuro: sem legislador, juiz ou polícia, quem assegura o direito à propriedade? Os Estados têm assim dois importantes papéis a cumprir: ser o braço militarizado do capital, que assegura a defesa dos seus bens; ser o braço financiador do capital, onde se revela fundamental a capacidade de saquear fiscalmente a população.

A WebSummit é um desses *affairs* promíscuos entre despesa pública e lucro privado. De acordo com o contrato assinado em 2018, o evento recebe do estado português cerca de 8 milhões de euros por cada edição até 2028. Desses, 3 milhões saem do orçamento da Câmara de Lisboa, que irá ainda assumir os custos da expansão da área expositiva da FIL para 90 mil metros quadrados. Para compor o ramalhete, Carlos Moedas acaba de lançar uma "Fábrica de Unicórnios" (um unicórnio é uma empresa avaliada em mais de 1 bilião) no Hub Creativo do Beato, onde a Câmara de Lisboa vai enterrar mais cinco milhões de euros (pelo menos). No primeiro dia do evento, o ministro da economia anunciou ainda 90 milhões de euros em *vouchers* para *start-ups*, e outros 20 milhões de euros para incubadoras. Ao mesmo tempo que a esmagadora maioria da população se vê incapaz de pagar por habitação digna, ou até por latas de atum, o governo anuncia vistos para nómadas digitais, fazendo explodir ainda mais os preços do imobiliário. Será que as fantasias de crescimento eterno irão sobreviver "nesta economia"?

Web summit Lisboa, 2022.

O inverno está a chegar

No palco dedicado à finança, descobre-se como sobreviver ao "inverno" da recessão global, um termo emprestado pelo *crypto-winter*, que identifica os períodos (como agora) em que as criptomoedas estão em baixa. É necessário renovar a fé dos agentes de mercado e portanto repetem-se frases como "a crise é uma oportunidade maravilhosa", "é o momento de consolidar a posição no mercado" ou "se consegues fazer dinheiro no inverno, farás toneladas de dinheiro depois". Não se chega a perceber bem como fazê-lo, mas certamente terá a ver com a intervenção divina da famosa mão invisível do mercado. Entre aquelas que foram tocadas pela mão invisível está Anne Boden, fundadora e CEO do Starling Bank, um banco digital, sem balcões, que se fartou de fazer dinheiro durante a pandemia. Hoje, o banco tem cerca de 2,7 milhões de utilizadores ativos no Reino Unido e é descrito como um multi-unicórnio. A história de Boden encaixa no típico conto de fadas: a filha de um metalúrgico que saiu de um bairro humilde e acabou milionária à frente de um banco. Depois de se formar em ciências da computação, trabalhou em meia dúzia de bancos, ingleses e internacionais, onde aprendeu os truques do ofício. Como em centenas de filmes de Hollywood, um dia decide lançar o seu próprio banco: arregaça as mangas e senta-se a uma

É necessário renovar a fé dos agentes de mercado e portanto repetem-se frases como "a crise é uma oportunidade maravilhosa".

secretária, disparando telefonemas para angariar investidores. Em 2015, depois de angariar uma dívida de 1 milhão e de ser abandonada pelo resto da equipa, a sorte – ou melhor, o bilionário – bateu-lhe à porta. Como conta o The Guardian[1]:

"[Boden] foi convocada às Bahamas para conhecer o bilionário Harald McPike, que estava interessado em investir no mercado bancário «alternativo». Durante três dias – alguns deles no seu iate – ele fez-lhe uma série de perguntas (...). Quando Boden regressou a casa, já tinha um apoio de 48 milhões de libras. Em julho de 2016, o Starling conseguiu a sua licença bancária".

Trends: a web3 e o metaverso

Nesta WebSummit fizeram-se vários apelos para que se deixe de falar em *blockchain*, o protocolo descentralizado que se popularizou com a *Bitcoin*. A tecnologia é demasiado complexa para a população leiga e assim os produtos não vendem. O que as pessoas querem é uma *app* que funcione, independentemente do protocolo que a suporta. Em substituição, fala-se na Web3: a internet descentralizada. Em vez de dados centralizados nos mega-servidores da Google ou do Facebook, como acontece na atual Web2, os dados ficam armazenados de forma distribuída pelos vários computadores que operam a rede. Como dizia uma *marketeer*, enquanto que na Web2 as empresas sequestram os nossos dados, na Web3 as empresas terão de pedir delicadamente por eles. Na Web3 seremos "livres" para vender os nossos dados, tal como somos "livres" para vender a nossa força de trabalho no mundo analógico.

O metaverso é a grande tusa da Web3. O metaverso é o mergulho total – experiências imersivas, como realidade virtual ou realidade aumentada. Todas garantem que o metaverso não é de ninguém; a infraestrutura é aberta e livre – já que funciona em cima de um *blockchain*, mas isso não interessa. O que interessa é que em cima da infraestrutura livre podem funcionar *apps* proprietárias e é isso mesmo que os gigantes tecnológicos se propõem fazer: colonizar a Web3, a próxima fronteira exótica da Internet como a conhecemos hoje.

Uma experiência já em curso no metaverso é o jogo *Decentraland*, uma espécie de *Sims* com uma *wallet*, em que as jogadoras podem comprar e vender coisas. No *Decentraland*,

[Marcelo] varreu a audiência à procura do Carlos Moedas e, depois de o encontrar algures nas primeiras filas, apontou-lhe o dedo e fê-lo prometer ali mesmo que a Câmara de Lisboa avançaria para o ano com as obras da FIL.

podes comprar propriedade – *slots* de superfície no mapa do jogo. Quem comprou um *slot* foi a americana Sotheby's, uma sociedade de vendas de obras de arte por leilão. Nesse lote, a Sotheby's abriu uma galeria de arte digital que as jogadoras podem visitar e organizou um leilão que teve mais gente do que é costume na galeria que a Sotheby's tem em Nova Iorque. Hoje a Sotheby's; amanhã, quem sabe, o Pingo Doce, a Uber e uma loja do cidadão.

You are the best, paddy!

A sessão de encerramento aconteceu no pavilhão da Altice Arena. A lotação ficou praticamente esgotada para ouvir o Noam Chomsky que, com 94 anos, fez uma intervenção sobre os últimos avanços na área da Inteligência Artificial. O Chomsky não falou enquanto filósofo anti-imperialista que muitas conhecem, mas sim na qualidade de linguista, cuja abordagem estruturalista lhe vale o título de "pai da linguística moderna". A sua crítica foi, por isso, de tom científico, brando e tecnicista. Mas logo a seguir, em doses intoxicantes, foi reposto o ambiente de *show* televisivo, com o anúncio da *start-up* vencedora do concurso de *pitches*, com muitos *confettis* e uma empreendedora à beira das lágrimas. Para encerrar o evento, o palco recebeu Marcelo Rebelo de Sousa que entrou em palco na galhofa, com a audiência em êxtase, a gritar "*7 years! Congratulations, Paddy! You are the best, Paddy! He is the best!*" Varreu a audiência à procura do Carlos Moedas e, depois de o encontrar algures nas primeiras filas, apontou-lhe o dedo e fê-lo prometer ali mesmo que a Câmara de Lisboa avançaria para o ano com as obras da FIL. A arena iluminada em tons de catedral viu confirmadas nas palavras do presidente que, perante os vários desafios que o mundo enfrenta, só o "digital" salvará as nossas vidas. Ainda bem, nesse caso, que a WebSummit acontece em Lisboa, território santo, onde culmina a peregrinação anual das milionárias do futuro.

NOTAS

1 *'It's crazy, but I started my own bank!': the story behind Starling*, em https://bit.ly/3B0JisB

Luís Henriques

Luís Henriques

Clara Pestana

Desde o dia 7 de novembro de 2022 e durante cerca de uma semana, seis escolas em Lisboa foram ocupadas por estudantes, que reivindicavam o fim dos combustíveis fósseis até 2030.

Os seis espaços ocupados englobaram duas escolas secundárias - Liceu Camões e António Arroio - e quatro faculdades - Faculdade de Ciências, Faculdade de Letras, o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Os protestos surgiram também no contexto do movimento internacional «pelo fim ao fóssil», que lançou um apelo para que, entre setembro e novembro de 2022, estudantes de todo o mundo ocupassem escolas e universidades. Em Portugal, os protestos aconteceram paralelamente à COP27 no Egito, e foram dinamizados por jovens da Greve Climática Estudantil e do Climáximo.

Fotografias da okupação da escola António Arroio

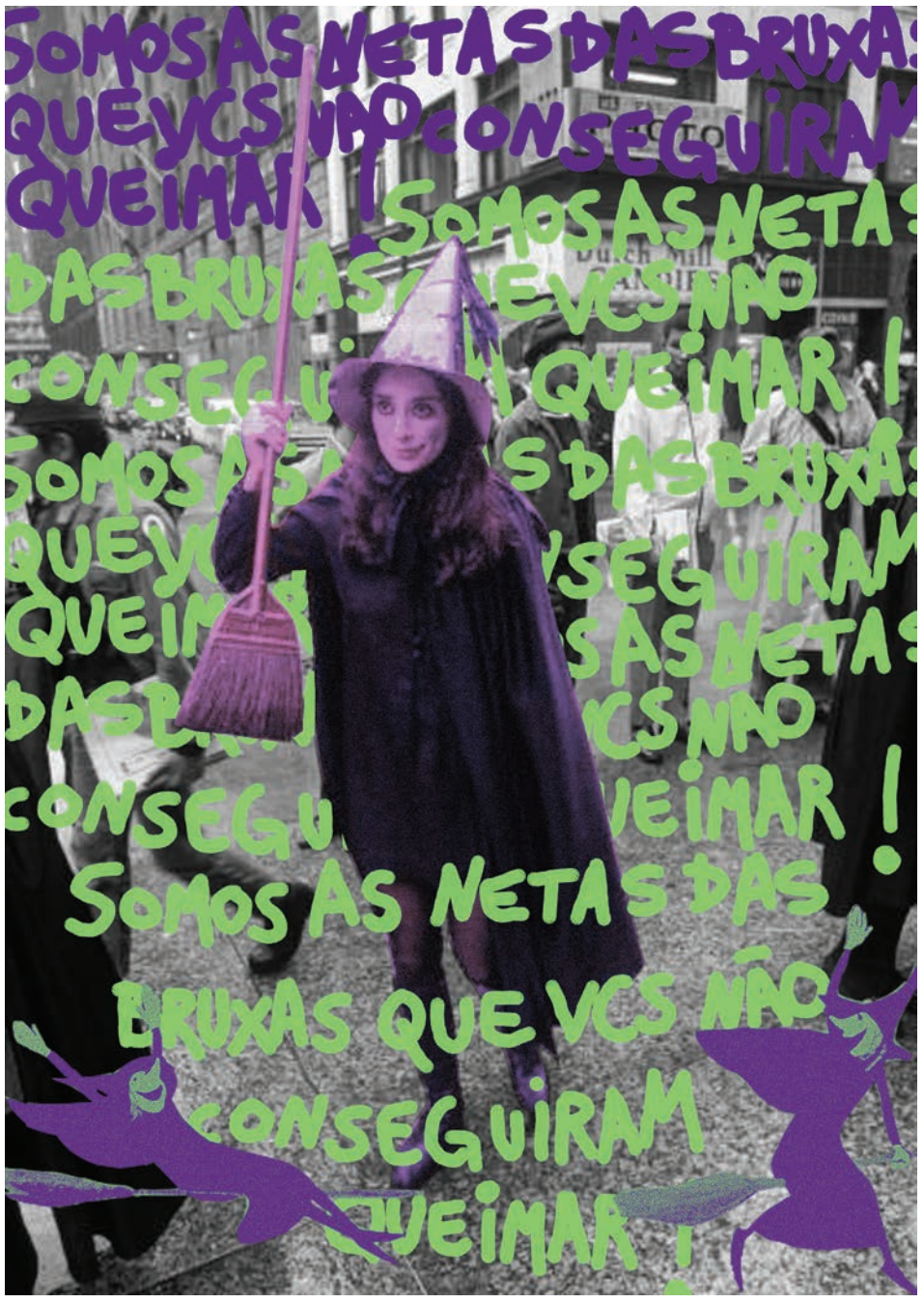
Os Ingovernáveis

Neopaganismo em Portugal: uma teia de complexidade

O espaço religio-espiritual português, culturalmente marcado pelo Catolicismo, tem-se transformado nas últimas décadas. Por um lado, a diversidade religiosa tem crescido devido à presença de diásporas e migrações constantes, assim como ao estabelecimento de novos movimentos religiosos; por outro, uma série de expressões espirituais «alternativas» e holísticas têm mapeado o espaço público português, com a criação de espaços focados no bem-estar, crescimento e desenvolvimento pessoal.

JOANA MARTINS
HEDWIG.JOANA@GMAIL.COM

Catarina Leal



Assiste-se assim à transformação e manutenção de um espaço público com religiosidades complexas, criativas e sincréticas, que, em muitos casos, coabitam o mesmo espaço, contradizendo o argumento de que com a laicização do estado, e com a gradual secularização das sociedades, o religioso desapareceria, substituído por formas espirituais – portanto individuais – de estar no mundo[1]. Porém, não é a diversidade religiosa nem a secularização do espaço público que me proponho discutir, mas sim um dos movimentos que tem surgido subtilmente neste contexto: o Neopaganismo[2]. O que vai aqui ser discutido baseia-se num trabalho antropológico de longa duração com o movimento Pagão em Portugal. Deixo claro o meu posicionamento enquanto antropóloga, mulher, feminista, de esquerda e também pagã e bruxa, por considerar que o conhecimento é marcado pelo que somos nesta forma intersecional de existência.

Neopaganismo – o que é?

O Paganismo é um termo abrangente utilizado para definir vários grupos, correntes e tradições religioso-espirituais que procuram recriar e reavivar antigas tradições religiosas pré-cristãs, adaptando-as ao contexto social, económico, político e ecológico atual, e que começaram a circular a partir dos anos 60 em contextos anglo-saxónicos. Advém da palavra "pagão" – habitante do campo –, precedida pelo silogismo "neo" – novo –, portanto, novas formas de culto ligadas à celebração da natureza. Dentro destes grupos, é possível encontrar correntes tão diversas como Wicca, Espiritualidade da Deusa, Druidismo ou Neo-Xamanismo. Algumas destas correntes são politeístas, outras têm uma dimensão panteísta e animista. Além disso, as pessoas pagãs podem fazer parte de grupos mais ou menos organizados ou ser praticantes solitárias.

Embora a heterogeneidade marque estes movimentos, é possível identificar diversos princípios comuns: a veneração da natureza enquanto sagrada e senciente; a partilha de um calendário sazonal festivo; a tendência para o panteísmo e politeísmo; a aceitação do divino como feminino e masculino, incluindo nos seus panteões deusas e deuses; o uso criativo do rito e do mito. São influenciados pelo movimento romântico do século XIX, por movimentos sociais e de emancipação como o ambientalismo e feminismo, assim como pela literatura de fantasia ou por fontes académicas em áreas como Arqueologia, História, Filosofia, Antropologia e Sociologia. São estas inspirações e fontes que influenciam as suas práticas, criadas e adaptadas continuamente, legitimando-as e articulando-as com o conhecimento pessoal e espiritual que adquirem ao longo da sua vivência religio-espiritual. O Paganismo é para si uma forma de vida.

Conversando com várias pessoas pagãs, compreende-se que a sua chegada ao Paganismo é marcada por rupturas, incertezas e por uma amálgama de inspirações: rupturas com o contexto católico em que crescem e no qual não se revêem, nem encontram espaço para expressar as suas identidades ou sexualidades; incertezas perante a instabilidade familiar; mudanças de cidade; integração com os pares, ou doença. É de ressalvar que continua a existir, apesar das rupturas e críticas, um diálogo com o catolicismo em algumas correntes, principalmente na procura de uma ligação com o território e na afirmação da legitimidade das suas vivências, re-significando, por exemplo, santas católicas como vestígios de um culto à Deusa que existiu no território anterior à cristianização e às quais foi dada outra roupagem para sincreticamente se integrarem no culto católico.

Contudo, é em oposição ao cristianismo que a sua afirmação identitária se manifesta. Primeiro, por se tratar de um movimento minoritário num contexto cultural e religioso católico; segundo, pela narrativa de opressão aquando da cristianização europeia; terceiro, pela importância que a narrativa sobre a perseguição às bruxas pela inquisição nos séculos XVI e XVII tem na afirmação identitária como resistência, ecoando o lema "somos as netas das bruxas que não puderam queimar"[3]; por fim, por reconhecerem o divino como múltiplo, multifacetado e acessível pela natureza, numa relação direta que não depende de intermediários.

Em Portugal, não é possível saber ao certo o número de pessoas pagãs, apesar de em 2017 ter sido feito um inquérito que apontava cerca de mil pessoas[4]. Este número estará longe de ser correto visto que vários fatores influenciam a identificação enquanto pagãos (ou falta dela). Anna Fedele[5] identificou fatores como a natureza não institucionalizada do movimento; a tendência para levar uma prática solitária; questões ligadas a secretismo devido ao receio de discriminação e crítica social, e a falta de um consenso em termos do que é ser pagão. Acrescento ainda a estes fatores a ausência de um espaço sagrado comum na esfera pública, falta de reconhecimento legal do Paganismo enquanto religião, e a permeabilidade e transposição de fronteiras entre o Paganismo e outras vertentes da espiritualidade contemporânea.

Contudo, isto não impede a vivência desta expressão religio-espiritual no espaço público português, ainda que de forma dissimulada. Tanto a Lei da Liberdade Religiosa[6] como o envolvimento de alguns destes grupos no Diálogo Inter-Religioso asseguram a proteção para a prática de culto livre no espaço público e têm contribuído para a sua crescente visibilidade. Para isto contribui o uso da internet e das redes sociais, com a criação de comunidades online cuja procura cresceu exponencialmente nos últimos cinco anos.

Práticas e Lugares Sagrados

A base da sua vivência ritual, religiosa e espiritual é a veneração dos ciclos naturais e a sua celebração. Tendo os ciclos sazonais como referência das mudanças que ocorrem seja no espaço, seja no tempo, e de como estes afetam o humano, procuram que o conhecimento que detêm venha diretamente da relação que criam com esta vivência cíclica. Recorrem também ao conhecimento ancestral transmitido pelos antepassados diretos, que, principalmente por linhagens femininas, lhes fizeram

Ritual pela Regeneração da Serra do Louro, depois do incêndio de Julho de 2022. Castelo de Palmela, Palmela. [Foto: Joana Martins, 2022]

Templo de Inanna e Astarte. Oferendas.[Foto: Ricardo Duarte, 2022]

chegar práticas como mezinhas e conhecimento sobre as propriedades das plantas; recorrem ao conhecimento científico e humanístico, a que acedem através de registos arqueológicos e históricos; e recorrem por fim ao conhecimento que adquirem pela sua gnose pessoal, ou seja, pelas revelações espirituais a que acedem quando frequentam locais sagrados, pelas práticas rituais e através do onírico.

O culto das divindades pagãs está por norma ligado a um certo local, contudo este culto move-se para lá das fronteiras como a maioria dos cultos religioso-espirituais. Hoje, pagãos portugueses cultuam divindades que eram cultuadas na Grécia Antiga, na Suméria e na Babilónia, no Egipto ou na antiga Escandinávia. Cuultuam também as divindades de grupos que estabeleciam rotas comerciais com os povoados ibéricos, como os Fenícios; ou, com a Romanização da Europa, as divindades cultuadas pelos romanos. Por fim, cultuam divindades anteriores a este período, cujos vestígios arqueológicos demonstram o sincretismo destas práticas e a transformação das mesmas pelo poder que se instalou no território.

Com base nos registos arqueológicos e históricos, os pagãos vão então procurando os locais onde existem esses vestígios, peregrinando até lá para realizar rituais e outras formas de culto. Mas nem nem só nestes locais se dá o culto. A relação simbólica que criam com as divindades é bastante próxima, reconhecendo características de personalidade em cada uma delas e criando laços pessoais e individuais. Se, por um lado, o culto num espaço sagrado específico ajuda e enaltece o poder ou energia que surge dessa ligação, por outro, essa ligação está sempre presente e premente, independentemente do lugar, seja um quarto em pleno centro urbano, seja uma clareira de uma floresta ou a encosta de uma serra.

Este foco na ancestralidade pode ser problemático. Por um lado, força ligações e cria narrativas que não têm fontes históricas concretas, levando a uma romantização do passado como local idílico e pristino, como ideal impossível de aplicar hoje ou no futuro. Por outro, sabemos as consequências que advêm do foco numa narrativa centrada num passado e numa construção identitária colectiva com base em pressupostos territoriais: o pendor nacionalista na qual facilmente se cai. Na peça «Celtas, mentiras e Viriato» foi abordada no Jornal MAPA[7] a forma como o imaginário de Celticidade e Lusitanidade foi utilizado para disseminar discursos saudosistas no processo de criação da Nação, reforçado durante o período do Estado Novo e que perdura ainda nas narrativas dos pagãos de hoje. Apesar de encontrar estas narrativas no terreno, não irei afirmar nem generalizar que todo o Paganismo é nacionalista. Muito menos que é inválida a interpretação que fazem das fontes que nos chegam do passado.

Santuário Rupestre da Rocha da Mina, Alandroal. Vista inferior. [Foto: Joana Martins, 2019.]

Primeiro, apesar de me ter cruzado com grupos e pessoas com discursos nacionalistas, racistas e xenófobos nos meandros desta heterogeneidade, a maioria das pessoas pagãs, além de se posicionarem com ideais de esquerda, ou pelo menos de centro-esquerda, tem um posicionamento crítico e reflexivo quanto a esta questão. Mesmo quem não o tem segue uma linha clara de respeito pelos direitos e igualdades humanas e não-humanas que não compactua com o discurso de extrema-direita. Segundo, toda a existência da história humana é feita de interpretações. O que se torna aliciante analisar é a criatividade com que isso é feito, como ganha espaço nas vivências das pessoas, na sua articulação com a realidade que vivem e com a possível realidade que anseiam, e, logo, no seu posicionamento político.

Ambientalismo e Feminismo: o religio--espiritual no político

O facto de ter como princípios a ligação com a natureza e o reconhecimento da igualdade de género leva este movimento a ter uma forte componente ativista e política. Apesar de a palavra "política" ser problemática pela sua associação ao partidário, levando muitas pessoas e grupos a demarcarem-se do seu uso, existe uma clara componente política no que o movimento pagão procura fazer: na sua reivindicação de reconhecimento como expressão religio-espiritual; no poderem existir sem repercussões ou perseguições tendo proteção constitucional, mesmo que possam sentir discriminação; na sua participação em ações ambientalistas, e ao seguir algumas formas de espiritualidade feminista. Na sua vivência não existem barreiras entre a dimensão secular da política e a dimensão religiosa das suas experiências religioso-espirituais, combinando-as tanto em demonstrações públicas e políticas, como nas suas práticas rituais e mágicas mais privadas. Por exemplo, as Celebrações do Dia da Terra mobilizam pagãos das mais diversas correntes para realizar rituais de cura pelo planeta, organizar diversos debates sobre a importância de preservar a vida, de relacionar-se com o planeta e do que podem fazer; apelam a atitudes individuais ecológicas e sustentáveis, e participam em manifestações e marchas, das quais utilizam as palavras de ordem em momento ritual.

Muitas pessoas chegam a estes movimentos vindas do ambientalismo, ou vice-versa. Os discursos são pontuados por referências ao impacto que o capitalismo e políticas neoliberais de extrativismo têm no ambiente, e pela necessidade de combate a essa realidade, usando argumentos encontrados no meio político, ativista e religioso. Também é nestes espaços que desconstroem e curam a influência de estruturas opressoras, como o patriarcado. Assim, motivações religioso-espirituais são também elas políticas e ecológicas. O decidir cultuar a natureza leva e advém de uma postura de respeito e, logo, de participação política – conhecer a legislação, contestar, etc. - assim como ecológica, no entendimento de um todo interligado que é necessário salvaguardar. Existe uma

dimensão pessoal de culto e devoção, seja no foco nas divindades, seja na natureza, mas não deixa de existir uma intenção e experiência que dialoga com as dimensões da política e da ecologia, na procura de uma vivencia holística e equilibrada na ligação humano-ambiente.

Posicionam-se também de acordo com o Ecofeminismo, que afirma que a causa da degradação ambiental, e todas as questões que afligem as nossas sociedades, é a dissociação da Natureza/meio ambiente provocada por um poder androcêntrico e hegemónico. Do mesmo modo, esse poder e estruturas que exploraram ecologias são as mesmas que exerceram força no corpo das mulheres e as exploraram. Face a isto é necessário um movimento empoderador de cura, regeneração e reconexão com o ambiente. Este movimento é individual, envolve alcançar o entendimento de quais as forças exercidas sobre os corpos, nas desigualdades de género, sociais e laborais, nas políticas que afetam as suas vidas e da violência que é exercida sobre elas a partir de exercícios de cura pela via espiritual e religiosa; e é colectivo, já que nestes espaços, em grupo, surgem reflexões que dão lugar a ações concretas em prol de um bem comum – da sobrevivência das gerações futuras e do planeta.

O facto de ter como princípio a ligação com a natureza, e o reconhecimento da igualdade e equidade de género, leva este movimento religioso e espiritual a ter uma forte componente ativista e política.

Classe, poder económico e democratização

No seio de uma prática religio-espiritual conectada aos ciclos naturais e sazonais encontram-se algumas incongruências, nomeadamente quando se olha para a questão da classe e do poder económico. Como já mencionado, este é um movimento extremamente intelectualizado, seja pelo contexto onde surge, seja pelas fontes e inspirações que utiliza e que pressupõem facilidade de acesso, onde as dimensões social e económica sobressaem sempre. Ademais, este movimento está inserido numa estrutura capitalista de organização, portanto, os eventos coletivos que são organizados terão sempre uma componente económica e financeira associada: o aluguer do espaço para uma conferência ou workshop, custos com materiais e consumos, o valor do trabalho realizados pelos organizadores ou palestrantes, para nomear alguns. A grande presença, principalmente em eventos de maior envergadura, é de classe média, ou de pessoas que com algum esforço financeiro conseguiram participar e frequentar estes espaços. Assim, existe uma desigualdade de acesso gritante na utilização de espaços e eventos, sendo estes mapeados por parte de pessoas com estatuto social e económico que lhes permite ter tempo e capital para os integrar. Quem não pode aceder procede a sua prática solitária ou procura a comunidade em eventos de livre acesso ou online.

Rito a Astarté, Praia do Porto do Touro, Sintra. [Foto: Templo de Inanna e Astarte, Ricardo Duarte, 2021]

Centro do círculo ritual na celebração do Equinócio de Outono 2018, Conjunto Megalítico da Barreira, Sintra. [Joana Martins, 2008]

Cromeleque do Xerez, Reguengos de Monsaraz. Cromeleque movido para o local atual em 2004 aquando da construção da Barragem do Alqueva. Na foto vê-se cinzas no chão de uma possível fogueira ritual que foi ali realizado pouco tempo antes de visitar o local. [Joana Martins, 2021]

Podemos olhar para esta dimensão e inseri-la nas críticas do «mercado espiritual» que se coloca a movimentos New Age[8], contudo, considero redutor fazê-lo. Existe uma dimensão económica e de serviço de mercados, ao mesmo tempo que existe uma dimensão de sobrevivência e subsistência inerente, mesmo que a maioria dos pagãos não tenha na sua prática religiosa e espiritual a sua fonte de subsistência monetária. Além disso, existe um debate dentro da comunidade pagã quanto a esta questão, que procura formas de tornar mais acessível alguns dos eventos ou fazer chegar à comunidade os recursos necessários. O desenvolvimento das comunidades pagãs online tem levado nos últimos dez anos a uma democratização do acesso ao Paganismo, com uma geração mais jovem a impulsionar mudanças na caracterização social dos grupos e nas práticas e temáticas que são refletidas dentro do movimento, como por exemplo as questões de género. Com estas gerações mais jovens assiste-se a uma reconfiguração do elitismo e do secretismo que marcava o movimento neopagão em Portugal.

E, no fim, reencantamento

Podemos então supor que um dos grandes motivos que leva as pessoas a procurar um movimento religioso e espiritual como o paganismo tem que ver com uma necessidade de reconexão e reencantamento. Seguir uma expressão religio-espiritual que enaltece a relação com o planeta permite considerar um paradigma diferente daquele que até então tem sido o vigente: a exploração selvagem do planeta e dos seus recursos em prol dos mercados e do capital; a exploração pelo poder de uns pelos outros. Perante o perigo premente de um futuro que pode não acontecer, há a necessidade de reconexão com a biodiversidade e com o ecossistema, no sentido lato das palavras: diversidade da vida, seja ela humana, não-humana, planetária ou cósmica, num sistema integrado e complexo que é o Planeta-Casa.

Esse poder e estruturas que exploraram ecologias são as mesmas que exerceram força no corpo das mulheres e as exploraram.

As experiências e vivências espirituais e religiosas são impulsionadoras da acção. Mesmo que seja no passado que os pagãos procuram a legitimidade da sua prática religio-espiritual, é no presente e pelo futuro que se mobilizam. Em forma de metáfora, podemos considerar uma teia de aranha para explicar a complexidade que se encontra no paganismo hoje: cada fio cruza-se num intricado design que sustenta a teia. Interseções, possibilidades de novos fios e logo caminhos, que misturam passado, presente e futuro, e em que a proteção e a subsistência tentam ser salvaguardados na procura de outras formas de ser e estar no mundo.

* Agradeço ao Filipe Olival e à M. Lima, e ao restante grupo do MAPA pelas perguntas que despoletaram a criação desta peça; à Vanessa e Joana pela leitura e revisão, e ao Templo de Inanna e Astarté pela leitura, revisão e fotografias.

NOTAS

1 Paul Heelas and Linda Woodhead, *The Spiritual Revolution: Why Religion is Giving a Way to Spirituality,* 2005, Wiley-Blackwell.

2 Para facilitar a leitura, daqui para a frente, aparecerá no texto como paganismo e pagãos.

3 Frase de Tish Thawer, do livro The Witches of BlackBrook, que passou a ser utilizada como uma das frases de ordem em protestos feministas. No contexto do paganismo, esta toma uma dimensão não só de empoderamento pessoal, mas também de afirmação identitária e de criação de linhagens: muitas das avós das mulheres que hoje se identificam como bruxas eram também elas bruxas aos olhos das suas netas, mesmo que não se identificassem como tal.

4 "Há cerca de mil pagãos em Portugal. Mariana e Mário foram à procura deles.", Observador, 4 de Fevereiro de 2018: https://t.ly/J-vC

5 Anna Fedele, 2015, "Iberian Paganism: Goddess Spirituality in Spain and Portugal and the Quest for Authenticity", em Kathryn Rountree (orgs.) *Modern Pagan and Native Faith Movements in Europe: Colonial and Nationalist Impulses*, EASA Series, Oxford and New York: Berghahn, 239-260;

6 Lei n.º 16/2001 que, além de legislar uma série de princípios de igualdade e liberdade, legisla também direitos individuais e coletivos de liberdade religiosa, assim como estatutos para igrejas e comunidades religiosas.

7 Edição número 28, Julho-Outubro de 2020.

8 Jeremy R. Carrette e Richard King, 2005, *Selling Spirituality: The Silent Takeover of Religion*, Routledge.

Guerra e paz: o capital ou a vida!

Entre 8 e 11 de Setembro, activistas de mais de 20 países e culturas – da Suécia à Eslovénia, de Portugal ao Azerbaijão, do Curdistão à Ucrânia… – reuniram-se em Sofia, capital da Bulgária, para debater a actual conjuntura política e coordenar formas de luta contra as restrições à vida colocadas pelo capital. Com o cenário de fundo de uma guerra no coração da Europa, uma centena e meia de activistas convocados pela Transnational Social Strike Platform (TSS) partilharam pontos de vista sobre a degradação das condições de reprodução social em curso e problematizaram as causas da sua origem: a externalização dos custos causados pela guerra na Ucrânia e pagos pela classe trabalhadora; a migração e o regime de fronteira da UE; a feminização da sobrevivência e os desdobramentos patriarcais; o imparável fluxo do capital e a fascistização dos territórios; e as ilusões do "capitalismo verde" na era da transição energética. A reportagem completa sobre o encontro internacional promovido pela TSS, plataforma que visa "construir as condições de possibilidade de uma greve social transnacional", pode ser lida no site do jornal MAPA. Do relato repleto de imagens e de episódios que traduzem a vivacidade dos dias em Sofia, destacamos as passagens sobre o tema da emigração e da guerra em curso.

JÚLIO DO CARMO GOMES
7NOS.EDITORA@GMAIL.COM

«A classe trabalhadora sempre foi uma classe migrante»

No primeiro painel, "Migrant and Feminized Labour", Valentina Vasilionova, a presidente da Federação Europeia dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, sustenta que «as mulheres estão na fundação da reprodução social» e traça a imagem de que o «pão que comemos tem o cheiro do seu esforço». Mulheres que, com a precarização das condições de vida na Bulgária, foram forçadas a emigrar, passando a trabalhar em actividades agrícolas, separadas das suas famílias e enviando os seus ordenados.

O sector alimentar da UE está fortemente dependente de uma força de trabalho não nacional, empregando um elevado número de trabalhadores sazonais e migrantes, uma realidade a que o *lock-down* de fronteiras a contas da pandemia deu particular visibilidade. Estima-se em um milhão o número de trabalhadores agrícolas. Depois de vinte anos de luta, Vasilionova enfatiza que em Julho deste ano a UE reconheceu os direitos sociais dos trabalhadores agrícolas, apelando aos Estados-membros para assegurar a correcta aplicação da legislação comunitária relevante para combater o abuso e proteger as vítimas. Menos mal se a directiva comunitária sair do papel… Contudo, a estimativa oficial reflecte apenas a força de trabalho legal, excluindo os indocumentados. A realidade do trabalho agrícola sazonal é dura, levada a cabo em circunstâncias de sobre-exploração laboral e sob condições de vida habitualmente precárias, em alojamentos partilhados, nos piores casos em celeiros, contentores ou abrigos rudimentares, sem água corrente, electricidade ou saneamento apropriado, como sucede em Portugal particularmente nas plantações de morangos e mirtilos ou nos olivais e amendoais de produção superintensiva, em certas zonas do Alentejo. Os migrantes indocumentados, mas também os legais, podem ser ainda vítimas de máfias ilegais. Formas modernas de escravatura que coagem os trabalhadores a viver em permanência sob a ameaça de perderem os seus empregos, de serem repatriados ou de sofrerem danos físicos ou violência psicológica. As mulheres, em particular, correm o risco adicional de serem exploradas e abusadas sexualmente como parte intrínseca de um sistema organizado de exploração, abusos e degradação extremos que têm sido reportados em algumas regiões de Espanha (Huelva e Almeria), Itália (Ragusa, na Sicília) e no Alentejo (Portugal). A sindicalista búlgara reforça que «a situação dos trabalhadores sazonais e migrantes é inaceitável». Defende que precisamos de «trabalho decente e salários justos de maneira a dar outra perspectiva às pessoas nos seus próprios países». Não hesita em reivindicar que a «Europa tem de nos dar um futuro melhor».

Kostadinka Kuneva tornou-se um símbolo da luta sindical das mulheres migrantes, não só na Bulgária, mas também na Grécia. Sem dúvida, foi a participante mais acarinhada pelos presentes ao longo das jornadas de quatro dias. Se em 2008 o primeiro estampido da rebelião nas ruas de Atenas ficou marcado pelo assassinato do jovem Alexandros Grigoropoulos, outro episódio brutal indignou a sociedade grega. Kostadinka, à época sindicalista e líder do Sindicato Grego de Empregadas de Limpeza e Empregados Domésticos, regressava a casa, terminado o seu turno da noite, quando foi atacada por agressores desconhecidos com ácido sulfúrico. O ataque deixou o seu rosto desfigurado, causando a perda de visão num dos seus olhos e, forçada a engolir uma parte do ácido, danificando severamente órgãos internos. Formada em História, Kostadinka trabalhava como empregada de limpeza para a empresa IKOMET, e o ataque foi descrito como a agressão mais grave a um sindicalista na Grécia em mais de meio século.

Num extraordinário registo de humildade, Kostadinka nunca se referiu ao episódio pessoal de violência que sofreu, em que confluíram o patriarcado do salário e a xenofobia, preferindo falar das condições estruturais de exploração dos migrantes e da violência a que estão submetidos. Entre vários exemplos, mencionou o caso dos 28 migrantes do Bangladesh que foram feridos num tiroteio, perpetrado por um dos supervisores da plantação de morangos de Nea Manolada (Grécia, 2013), depois de os trabalhadores se auto-organizarem e reclamarem seis meses de salários em atraso. A salada de morangos sangrentos, com os produtos tóxicos do racismo e o aditivo da exploração laboral, atingiu o escândalo quando os capatazes e os donos da plantação foram ilibados em tribunal, num exemplo demonstrativo da correlação entre a reprodução selvagem do capital e as estruturas estatais de coacção legal.

Keith Taylor, dos Angry Workers (UK), aproveitou o momento para lembrar que «a classe trabalhadora sempre foi uma classe migrante». De facto, o poder coage os trabalhadores a migrar e o capital move-se. Desde a transição do feudalismo para o mercantilismo que a materialidade dos processos históricos de herança imperialista e neo-imperialista do movimento do capital condicionam, quando não obrigam, «as pessoas e as coisas», pluriculturas e seus estilos de vida, a saírem dos seus lugares. Forçadas a abandonar os seus lugares de origem, a classe migrante aspira ao direito de sobrevivência ou «direito de fuga» (Sandro Mezzadra) ao mesmo tempo que assegura a reprodução do capital e o poder de uma nova ordem mundial. À luz desta complexidade – a relação entre fluxos do capital e fluxos migratórios –, em que termos podemos descrever a política migratória da UE no seu todo? A fronteira não dá descanso. Não há meses sem mortes, seja na vala de Ceuta, seja em águas italianas ou gregas, seja na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia, seja na Turquia, na Líbia ou no Níger, a fronteira fáctica mais a sul da Frontex. Tanto em terra como no mar, o risco é permanente. É suficiente mover-se para que o direito à vida seja posto em cheque.

Marco Meliti

Aigul Hakimova conhece como a palma da mão este drama. Há vinte anos que a activista quirguize faz parte do colectivo Infokolpa Initiative para denunciar o regime de fronteira da UE. «É um modelo que cria condições específicas de exploração dos migrantes. Ao abrir ou fechar as fronteiras em determinados locais, ao filtrar e seleccionar quem pode e quem não pode passar, ora empurra as pessoas a sobreviver em condições precárias, ora força-as a atravessar fronteiras em circunstâncias perigosíssimas». Aigul vive em Liubliana e, apesar de sublinhar que «os migrantes ocupam uma faixa crucial de sujeição à exploração do capital dentro da UE», considera que «a ideia do projecto de uma união europeia não é má». Evocando os episódios de extrema violência das forças da ordem polacas na raia com a Bielorússia, salientando «que todo o sistema de protecção elaborado pela UE se tornou refém de um Estado que implementou as suas próprias regras», sustenta que preferia «uma autoridade europeia a controlar o espaço Schengen do que as polícias nacionais». Ilre tem uma opinião mais céptica. A activista de origem turca está na frente da defesa dos direitos dos migrantes na ilha de Lesbos e explica que ao conviver de perto com os dramas mais duros da migração «é difícil não rejeitar em absoluto a Frontex», um questionamento debatido no *workshop* "Migrant struggles against exploitation, racism and patriarchal violence". Um tanto aborrecida com a deriva teórica das discussões e enquanto partilha um alperce e recebe em troca *chips* de coco, contextualiza que «a realidade é tão dura que a maioria dos activistas não aguentam mais de seis meses a dedicar o seu tempo em Lesbos». É mais do que compreensível. Se até depois de algumas horas de trabalho teórico precisamos de vir apanhar ar…

Ao conviver de perto com os dramas mais duros da migração «é difícil não rejeitar em absoluto a Frontex»

«Esta guerra não tem começo nem fim»

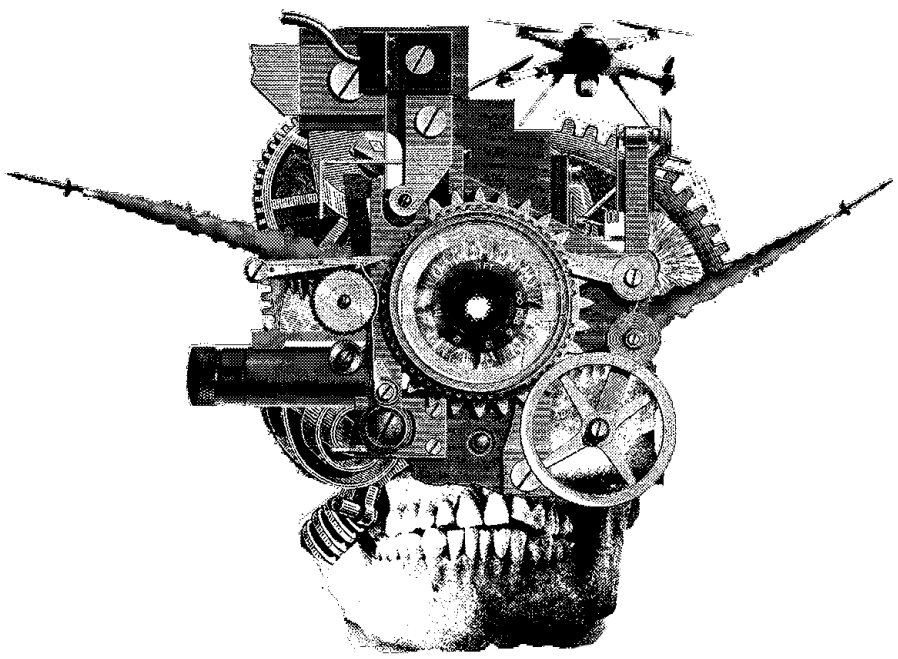
O espectro da opressão homo-patriarcal contra a condição das mulheres exacerbou-se com a guerra na Ucrânia. Sasha Talaver faz parte da Plataforma de Resistência das Feministas Russas contra a guerra (*Feminist Anti-war Movement)*. Esclarecendo que «as guerras imperialistas sempre fizeram parte da história russa», considera que o conflito actual «tornou visível e acelerou o desprezo contra os discursos feministas». Por um lado, exemplificado na normalização do discurso macho-facho de humilhação da mulher em geral, nomeadamente a propagação de um discurso de ódio nas redes sociais – «tenho um sofá para partilhar com refugiada ucraniana, com cama e comida» –, por outro, revelado na recuperação pelas forças oficiais do governo de Putin do conceito de «mãe heroína», vulgarizado durante a Guerra Patriótica (II Guerra Mundial) para enaltecer as mulheres com mais de onze filhos! Sasha argumenta que a guerra «não é um acontecimento discreto que tem um fim e um começo: a guerra é apenas o culminar ou o clímax da violência patriarcal em que estamos a viver. Para nós, feministas, é óbvio que esta guerra faz parte da violência contra a qual temos vindo a lutar e continuaremos a lutar». O discurso antibelicista e antipatriarcal da activista russa ganhou amplitude com a intervenção logo em seguida de uma «aliada», a feminista ucraniana Olega Lyubchenko, que revelou que o Movimento transnacional conta com a adesão virtual de mais de 80 mil pessoas. Preocupada com esta problemática, a activista italiana Paola Ruden pergunta-se se o movimento Feminist Strike Movement «vai perder com a guerra aquilo que conquistou nos últimos anos», constatando que «a guerra vai afectar e mudar as nossas condições de vida e de reprodução social». Aquilo que a historiadora Silvia Federici chamaria uma nova forma de caça às bruxas, capturando o útero das mulheres e perseguindo quem resiste. O tempo passa, mas a mesma luta permanece, e precisa de aliadas e aliados.

A mensagem do feminismo de hoje no encontro de Sofia esteve à altura dos tempos, tal como há mais de um século fizeram Emma Goldman e Rosa Luxemburgo, que se opuseram terminantemente à I Guerra Mundial. Apesar da perseguição que sofreram – a primeira punida pelo governo "Democrata" dos EUA com pena de prisão e o exílio, a segunda pagando com a vida às mãos dos capangas do SPD alemão –, ambas as revolucionárias feministas e antimilitaristas fizeram tudo o que puderam para demonstrar que a guerra era um "baluarte" de expansão do imperialismo e de rentabilização do sistema capitalista. Porém, no novo milénio, as guerras não são apenas um mecanismo de expansionismo e monetarização, os conflitos bélicos são parte da normalidade capitalista de enfrentar os seus limites estruturais, um desdobramento que prefigura cada vez com maior evidência um futuro próximo de controlo eco-fascista da escassez. Uma problemática que urge a favor de um questionamento: irá o sistema capitalista gerir a fase do seu próprio colapso sem o emergir do eco-fascismo?

O afecto é político porque o capitalismo é tristeza

Embora no domingo, último dia do encontro, ainda tivessem decorrido actividades, já em modo desacelerado, o grande plenário aconteceu no sábado, ao final da tarde: "Permanent Assembly against the War: the challenges of a transnational politics of peace". Isabella Consolati tomou a palavra pela Transnational Social Strike Platform, co-organizadora do simpósio activista, para esclarecer que «não estamos com nenhum estado-nacional no tabuleiro deste jogo, mas não somos neutrais. Estamos com as populações ucranianas e russas que aspiram a viver em paz. Estamos com aqueles que enfrentam as piores circunstâncias desta guerra, as mulheres, as crianças, a comunidade LGTB'+, os homens que se evadem». Nesse sentido, constatou que «a guerra serve para silenciar as populações» e sublinhou que estamos perante «uma guerra generalizada e não de um episódio isolado», salientando que «mesmo quando as tropas de Putin saírem da Ucrânia, a guerra vai continuar».

A guerra «não é um acontecimento discreto que tem um fim e um começo: a guerra é apenas o culminar ou o clímax da violência patriarcal em que estamos a viver».



A TSS caracteriza a invasão da Ucrânia pela Federação Russa como a III Guerra Mundial. Numa intervenção emotiva, Aigul discordou, convicta de que começou em 1991, com o desmembramento da União Soviética. O grupo activista da Georgia aplaudiu. Falaram das armadilhas das revoluções das cores, no desmantelar do que restou do estado-social da Grande Mãe soviética. A activista ucraniana levantou-se e tomou Aigul nos braços. As filhas do mundo abraçaram-se. O afecto é político porque o capitalismo é tristeza. O bio-capitalismo desvia para a actividade produtiva e lucrativa o afecto dos seres humanos, o cuidado e a atenção, estirpando-lhes o coração, roubando-lhes a alma, sacrificando-lhes o corpo. Mas o amor não é só sentimento, é também acção, como nos ensinou Bell Hooks…

Refletir, Reagir, Recorrer, Reclamar, Resistir.

6-11-22

Para: Angela Davis

Cara Angela, meu nome é Resistência e a regra será sempre a liberdade. Aqui na prisão de X sou um número. Mas na verdade sou R.F. Sou mãe de 2 filhos que estão numa instituição. Sou imigrante brasileira condenada a mais de 5 anos de prisão, presa à convicção por cumplicidade por tráfico de drogas, nunca tinha sido presa antes na vida e nunca pensei nesta hipótese. Entrei neste inferno cavernoso do Sequestro Estatal em 20xx e meu mundo caiu, desde então tenho uma visão diferente de tudo aquilo que o mundo e a sociedade aí fora fala. Cara Angela, aqui ao entrar me deparo com drogas, idosos, jovens, mães, gente de toda a raça, mas tem um porém: o Racismo, a Xenofobia, a Homofobia, agressões de guardas, tanto físicas, como psicológicas, são diárias, as torturas são frequentes, isolamentos que nem a pessoa sabe porque foi isolada. Eu já passei por tudo, isolamento de 6 meses sem saber o porquê, depois mais 4 meses, já fui ao castigo do leve ao pior de 3 dias, 4 dias, e 8 dias, nua do jeito que vim ao mundo. Em cima de uma pedra, só por reivindicar meus

Cara Angela, aqui neste Estabelecimento Prisional só temos direito a 3 coisas, água, luz e muita medicação de resto não temos mais nada.

direitos. Cara Angela, eu aqui nunca deixei de ser livre de pensamento, esta liberdade os juízes do Sequestro Estatal nunca me tiraram, e só por isso sou uma das reclusas mais castigadas pelo sistema prisional e toda a sua cúpula do poder que gere esta máquina de ódio, de falta de respeito pela vida humana, deixando pessoas morrerem, se matando pela falta de cuidado, falta de alimentação, entre outras coisas. Cara Angela, aqui neste Estabelecimento Prisional só temos direito a 3 coisas: água, luz e muita medicação, de resto não temos mais nada. Somos mulheres e somos ignoradas pelo Comissário, pela Diretora, não falam connosco. Educadoras não fazem nada. Técnicas do IRS não fazem nada, no fim de tudo somos os números que geram milhões ao estado e à grande máfia que comanda as prisões. Cara Angela, aqui em X só temos 2 horas de ar puro, que é a hora do recreio. Pela manhã e tarde. Aqui tem um mini mercadinho, mas só 3 % de toda a população presa trabalha, para ganhar 30 ou 40 euros. Cara Angela, e o resto? Quem tem família que pode ajudar ainda se safa, e a outra metade? Considero isto uma guerra fria sem bombas, guerra de fome, de frio, de doença mental, de quem entrou aqui sem medicação e hoje é dependente dela para viver. Quase todos os dias vejo tentativas de suicídio. Nestes anos já vi tantas vidas irem, vidas que já estavam assinaladas, que iam fazer o que o sistema fez, nada. A sociedade aí fora não sabe o que acontece dentro dos muros de betão, na verdade, Angela, escondem, moqueiam, mentem. Aqui passamos fome, ficamos doentes, nos tiram tudo quando vamos presas, filhos, liberdade, e querem nos manter caladas, aqui o preto, o pobre, o cigano, o estrangeiro, é maltratado, ignorado. Cara Angela, vivemos numa cela com pouco mais de 5 metros quadrados, 4 mulheres juntas sem espaço, sem privacidade, totalmente amontoadas. Aqui vejo dor, raiva, ódio provocado pela máquina do desemprego que fabrica criminoso. Aqui, como brasileira, falo português brasileiro mas constantemente sou tratada xenofobicamente pelo meu português pelas guardas prisionais. Já ouvi de tudo, tudo mesmo. Cara Angela, os juízes têm o dever de ter a faculdade de julgar segundo os ditames da sua consciência, que se presume inflexível e reta conforme o critério da sua razão, que se supõe lúcida e esclarecida, e segundo as diretivas da sua inteligência, que à mercê de prévios estudos, se reputa culta e abarrotada de ciência jurídica. Podem estes postulados falhar na prática? Mas os erros da justiça, esgotados todos os recursos, devem ser tidos por mazelas incuráveis, que os litigantes vencidos hão-de suportar como suportariam o câncer ou um terramoto.

Cara Angela, quero sair daqui com um intuito formalizado:

Esvaziar as prisões!

Dialogando nas ruas, quero contar a minha história, dizer a verdade sobre o buraco cavernoso do Sequestro Estatal, realidade tão pouco falada e desconhecida pela sociedade, por um mundo melhor, pela inclusão e não exclusão, pela força da segunda oportunidade. Pelas mães que não vêm seus filhos a crescer pelo vazio, a saudade, criada pelo muro de betão.

Cara Angela, o que esperamos de um mundo onde já nascemos pobres, pretos, indígenas, ciganos, no mundo da guerra, da fome da máquina do desemprego, com a força do capitalismo, onde o rico cada vez fica mais rico, e o pobre cada vez fica mais pobre, aí só se responde às perguntas. Resposta: máquina e fábrica do crime. Cara Angela, há uma questão, quem nos acusa e nos condena nunca passou fome, não é de família de pobre, estudaram toda a vida em escolas particulares, tiveram mesada, desconhecem todo o lado aqui mencionado e julgam com uma falta de sensibilidade, de compaixão. Muitas, muitas das vezes, ou a maioria das vezes, ao condenar uma mãe pelo crime à convicção por cumplicidade, como no meu caso, estes juízes condenaram-me a mim e aos meus 2 filhos. Na época, meus filhos eram uma menina de 4 anos e um menino de 7, eu vim para o Sequestro Estatal e meus filhos até hoje vivem numa Instituição, fomos todos presos e continuamos presos, até quando não sei. Hoje minha filha tem 7 anos, meu filho 10 anos, estamos todos dilacerados pela dor desta prisão, que me tira até o direito de ser mãe, e de os meus filhos terem mãe. O sistema acha que já tenho muitos direitos, 1h [de visita com eles por semana]. Às vezes choro quando não consigo falar ao telefone com eles e já ouvi de muitos guardas – "devias ter pensado nos teus filhos antes".

Por que razão Portugal é o campeão dos presos preventivos? Por mera "revanche", por capricho? Por prazer pessoal de quem prende? Para esconder casos em que não prendem ninguém.

(...) aqui passamos fome, ficamos doentes, nos tiram tudo quando vamos presas, filhos, liberdade e querem nos manter caladas, aqui o preto, o pobre, o cigano, o estrangeiro é maltratado, ignorado.

Há aqui mulheres que esperam 10, 11 meses pela Acusação e às vezes são notificadas no último dia dos 12 meses de prisão preventiva, o que hão-de fazer? É injusto que o caso demore 6 meses ou um ano para investigar. Prendem por prazer pessoal, por "vendetta", e para vexame prendem com facilidade para alimentar o "sistema", é como uma oficina de bate-chapa, quanto mais acidentes ocorrem e mais chapa batida houver, melhor! Mais oficina terá. O mesmo sucede com a agência funerária: o dono aborrece-se de morte quando não há clientes para colocar no jardim das tabuletas. A prisão envolve um "negócio" que o Estado suporta: educadores, guardas, enfermeiros, médicos, fornecedores das prisões, etc. Além dos advogados, que muitas vezes sobrevivem só das defesas oficiosas, tribunais, etc. Juízes que prendem e julgam o ser humano mantém a dignidade humana fora e dentro dos muros da cárcere? Aquela onde nós, eu 52 e outras 3 companheiras [estamos] numa cela de 5 metros quadrados, é desumano.Será que o senhor juiz gostaria de se ver, ou ver um filho dele nesta situação? Afinal, são eles que julgam.

Cara Angela, os Juízes Portugueses estão violando a lei: os Juízes podem

diminuir as prisões preventivas, mas não querem.

O artigo 6° da Convenção Europeia dos Direitos Humanos escreve que "qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada num prazo razoável".

O artigo 9° do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos diz que "toda a pessoa detida será informada no mais breve prazo razoável a ser posta em liberdade. A prisão preventiva não deve constituir regra geral". Esvaziar as prisões.

Cara Angela, "a vida é como um hospital onde quase tudo faz falta, a cura é difícil. Morrer é ter alta", Fernando Pessoa.

Cara Angela, como podemos mudar tudo isto? Eu não sou o número 52, e sim R.F.

Denunciando ao máximo o buraco cavernoso, torturador, alguém tem que mostrar a cara e eu quero mostrar a minha, eu tenho gana de dizer o que vivi e o que vivo, até aos dias atuais.

Cara Angela, vivo nestes anos numa cela de 5m2, fria, húmida, vegetando neste mundo de ingratidão, sofrimento, tristeza e angústia, dor, saudade, luto pelo filho que perdi este ano, preocupação, tortura, noites sem dormir, dor da saudade dos pequenos que estão nas mãos de estranhos. O Estado Português "sequestra" os descamisados [por] bagatelas, enquanto os "barões da alta finança" pululam nas piscinas e praias de Cascais, Algarve e "resorts" escondidos do zé-povinho.

Cara Angela, aqui sofremos de abuso de autoridade, relatórios montados, participações que não existem, o sistema está aqui pra foder a vida do preso, não há a tão sonhada ressocialização, propaganda enganosa do Sequestro Estatal. A fábrica e a máquina do desemprego da fome dá tudo o que o sistema cavernoso precisa, encher prisões para eles ganharem milhões. Mantêm as pessoas medicadas para não reagirem, para ficarem numa cama dormindo todo o dia, a comida vem sempre inconsumível sem proteína, sem verduras, só arroz, batata e massa com carne podre ou peixe podre, sobrevivemos a pão e água e com a ajuda

Denunciando ao máximo, o buraco cavernoso, torturador, alguém tem que mostrar a cara e eu quero mostrar a minha, eu tenho gana de dizer o que vivi e o que vivo, até aos dias atuais.

de Deus, comer aqui é em dia de festa quando vem a comida consumível.

Estamos num estabelecimento prisional onde predomina o racismo, xenofobia, misoginia, sexismo, homofobia, nepotismo, falta de cuidados médicos, total desrespeito pela vida humana, o desprezo pelo próximo chega a corroer a alma de quem tem humanidade.

Estou dilacerada pelo sistema cavernoso mas sou Resistência e não esqueço dos 5 "R": Refletir, Reagir, Recorrer, Reclamar, Resistir. A regra é a liberdade, é onde me apego na esperança de não desistir de mim própria e daquelas que vão ficando ou que vão entrar, peguei esta luta para mim porque sou mãe, mulher, miscigenada, uma mistura de Índio do Amazonas, preto, branco, sou a famosa Mulher Parda, mas me considero Índia e Negra com orgulho e paixão. Patriota pela história do meu país que foi tão escravizado, saqueado desde 1500, Brasil, há 500 anos tudo igual.

A falta de estrutura familiar também traz as pessoas ao crime e violência, todos sabemos que o seio familiar é importante para o futuro de um ser humano, mas o Estado, o sistema e os Juízes, na hora de penalizar esquecem isso!

Não me sinto criminosa e nunca me sentirei jamais, sou filha de uma mãe solteira, filha de um promissor vagabundo, filha bastarda, filha que nunca conheceu o pai, sou o reflexo daquilo que o Estado e o sistema excluiram, mas para os olhos da sociedade sou mais uma bandida criminosa, não matei, não roubei, não trafiquei, fui presa à convicção por cumplicidade e trabalhei descontando para o Estado, nada contou, só queriam era mesmo me deixar aqui como gado. Só recebi acusação 11 meses depois, e quando comecei a me defender colocaram meu processo em segredo de Justiça, ou seja, não houve investigação, porque eu dei o dinheiro para a própria polícia, o meu caso envolveu a Embaixada e como sou pequena paguei pelo grande, mesmo com testemunhos.

Cara Angela, quero chamar a atenção para um facto que não é falado: todas as brasileiras envolvidas no correio de droga que vem do Brasil para Portugal trazem um tanto de droga, por exemplo, trazem 10kg, e são apresentados 4Kg. Todas passam por isso, a polícia é a máquina do crime organizado, e elas querem cooperar com a polícia e entregar a tal mala mas a polícia não deixa, já as traz direto ao buraco cavernoso do Sequestro Estatal.

Quando fui presa, fui brutalmente espancada pela polícia, cheguei à prisão e nunca me levaram ao hospital, mas se estava presa seria a prisão que devia me levar, não? Não cometi o crime de que fui acusada. Nunca houve prova, só a prova constituída em sede de julgamento pela palavra dos polícias, que segundo os juízes são providas de credibilidade e a minha não, pela minha condição social.

Angela, tenho tanta sede de justiça pelo que me aconteceu, principalmente pelo que vivemos todas aqui dentro deste inferno. Já tive um tempo que quase tirei minha própria vida. Na época tive ajuda das brasileiras, que me ajudaram para sair do buraco, não me deixaram tomar mais medicações, pouco a pouco fui tomando a consciência de volta. O sistema me drogava 24h por dia!

Cara Angela, aqui tem tantos castigos, aliás, digo "torturas", guardas que não gostam de nós ou que querem subir de posto e vivem nos insultando para reagirmos e nos darem participação e daí vamos ao castigo.

Esta prisão tem 4 alas, esta ala X tem muitas mulheres e só 6 cabines telefónicas, todas nós temos direito a 3 ligações de 5 minutos cada, ou seja, se ligo para os meus filhos tenho de falar em 5 minutos com os 3, é um abuso, enquanto em outras prisões as ligações são de 20 minutos cada ligação. A prisão viola todos os direitos, não temos direito de usar roupas que mostrem o ombro, vestido e saia só até ao joelho, aqui tem uma ditadura e é somente nesta prisão.

As ofensas por parte das guardas são constantes, os abusos. Fico tão indignada com isso que às vezes penso que se não tivesse os meus filhos já tinha espancado uma delas, juro por Deus, é complicado viver isto ao vivo e a cores.

Eu, número 52, aguardo numa cela fria e húmida de 5m2 no E.P. X pela "boas novas" que a juíza possa me comunicar, não é fácil obter o "Bem" (Liberdade) pois o usual é aplicar o "Mal" (prisão).

A vida continua hoje com um pé na prisão, amanhã na rua, num futuro que se espera longínquo, no Tribunal Divino, algures entre Saturno, Urano e Nepheles (asteroide número 431, descoberto por Auguste Charlois em 1897), onde todos seremos julgados pelos julgamentos que fizemos ao longo da nossa mísera existência terrena. "Por tuas palavras serás justificado e por tuas palavras serás condenado", São Mateus 12,37.

Cara Angela, aqui deixo uma mensagem aos meus amados filhos.

Meus queridos filhos, daqui a nada vamos ter tudo, vamos ser luz no silêncio escuro. Esquecer os muros que nos separam. As sombras espessas dos dias incertos. Vamos ser livres pela voz. Trocar promessas de dias melhores. Vamos respirar a liberdade que nos espera. Virar as costas aos medos que nos separaram e nos prenderam. Agora podemos estar presos, mas ninguém vai preso por ter roubado a esperança de ser livre.

Querida Angela Davis, obrigada por compartilhar sua história comigo. Li o livro e adorei. Sua luta é a nossa luta, conte comigo.

Eu, Mãe, filha, mulher e reclusa.

R.F.

11/04/22

Olá X,

Aqui temos direito a três refeições diárias, pequeno almoço, almoço e jantar.

No pequeno almoço recebemos dois pães, café e leite, somente duas vezes por semana duas manteigas de oito gramas, e uma vez por semana duas fatias de queijo. Nos demais dias há doces de ameixa, morango, pêssego ou marmelo.

No almoço e jantar existem cinco tipos de refeições: "geral", onde se come de tudo, e "dieta", que supostamente tem menos gordura e calorias, e "vegetariana", que é "geral sem peixe" para quem tem alergia e "geral sem porco" para quem tem alergia.

Ao almoço temos direito a uma fruta e um pão.

Ao jantar temos direito a um pão, ao "reforço" que varia entre leite com fruta e leite com chocolate ou iogurte, e a sobremesa, que pode ser fruta, iogurte, pudim ou gelatina.

Só é nos são dadas as frutas: maçã, laranja, pêra, banana (raramente) e ameixa (raramente). Deveriam ser ofertados mais tipos de frutas, pois cada uma contém vitaminas e minerais diferentes. A banana deveria ser ofertada pelo menos duas vezes por semana, ao invés de duas vezes por mês, já que contém potássio, e a falta dele causa dormência e fraqueza em pernas e braços. Ou seja, não nos são ofertadas através das frutas as vitaminas necessárias ao nosso corpo. E isso também ocorre no almoço e no jantar.

Vou relatar alguns pratos oferecidos, no almoço e jantar, na refeição "geral". Frango com massa; ovos mexidos com arroz e batata; solha com puré de batatas; arroz de pota; feijoada; massa com atum; rissóis de camarão ou atum com arroz; bacalhau com natas, etc.

Os nomes são lindos, mas na prática não são. O frango está sempre mal cozido, o arroz e a massa sem tempero e sem sal, o peixe vem quase sempre estragado, o puré de batatas é semipronto (de flocos), a nata não é nata, etc.

Uma vez por mês é dada alface, tomate nunca dão, ovos só uma vez por mês, o porco é cheio de ossos, não é ofertada carne de qualidade, nem verduras e legumes em quantidades adequadas. Só se come batata e feijão verde. E sabe-se que a deficiência de vitamina B12 (encontrada na carne vermelha principalmente) causa fadiga e confusão mental, e a deficiência de vitamina D (encontrada em vegetais escuros) também tem os mesmos sintomas.

A "dieta", que supostamente não é para ter gordura, é o contrário, cheia de gordura e batata. E como é ofertada tanta batata para uma suposta "dieta"? E isso ocorre nos demais tipos de refeições.

A comida vem em pouca quantidade. Algumas guardas não deixam repetir e jogam a comida fora. Não se pode pegar mais pão do que já é dado.

Se fossem realizadas análises de sangue nas reclusas, a maioria estaria com deficiência de vitaminas e minerais, e muitas delas anémicas. O que é dito e preconizado na nutrição, como dieta equilibrada, é: refeições de três em três horas, ricas em frutas e hortaliças, carnes pouco gordurosas, alimentos integrais, poucos alimentos fritos e gordurosos, baixa ingestão de açúcares, etc.

E isso está previsto no código de execução de penas e medidas privativas da liberdade no capítulo II – direitos e deveres do recluso, artigo 31° - alimentação, linhas 1 e 2. Porém, isso não ocorre.

Somos obrigadas a sentir fome, a praticamente implorar para irmos ao clínico geral para pedirmos vitaminas. Quando eu sair eu quero comer um prato de comida, pois meu corpo precisa de comida. Desde que estou presa já emagreci 15kgs. Estou com o peso e corpo que eu tinha aos 18 anos. Só quero comer algo decente. Mas parece que estou pedindo muito!

Jogos com fronteiras

O olhar de uma médica portuguesa na fronteira da Sérvia com a Hungria

BEATRIZ MATOS
FOTOS **BOR BENEDEK (2015; CC 2.0)**

Fronteira:
1. Parte externa de uma área, região, etc., a parte limítrofe de um espaço em relação ao outro.
2. O marco, a raia, a linha divisória entre duas áreas, regiões, estados, pessoas.
3. Expedição militar que objetivava defender os confins de um país, região, etc.[1]

O «jogo» (como lhe chamam) é ganho quando se entra na Europa. Não numa Europa qualquer, tem que ser na Europa da União Europeia e do espaço Schengen, a terra do Ocidente prometido. Na Europa onde há «direitos humanos» e onde toda a gente é «bem vinda». Exceto para quem vem de uma região do mundo onde não existe o privilégio de um pequeno livro vermelho que concede carimbos mágicos.

Vem gente de todos os lados do planeta, sobretudo da Síria, Afeganistão e da região do Magreb, mas cheguei a ver gente de tão longe como da Mongólia. Atravessam milhares de quilómetros, muitos deles a pé pelo meio de florestas e de forma clandestina, em constante perigo e em fuga de militares, polícia e dos mais recentes «caçadores de fronteiras». Tentam a sua entrada na União Europeia pela chamada «rota dos Balcãs de oeste», através da Hungria, seguindo posteriormente para outros países dentro do espaço Schengen.

Encontrei-xs a todxs na fronteira da Sérvia com a Hungria, perto da cidade de Subotica. Região esta que, pela altura do verão de 2022, quando lá estive, representava a fronteira mais movimentada da Europa, contando com milhares de pessoas a tentar cruzá-la semanalmente. Vi, sobretudo, homens jovens, mas encontrei também mulheres sozinhas, menores não acompanhadxs e famílias com crianças.

Este ano viu-se um aumento tal do número de pessoas a tentar cruzar a fronteira que se estima que os números suplantarão os de 2015/2016. De acordo com os números publicados pela FRONTEX, houve um aumento do número de tentativas de cruzar a fronteira de mais de 100% em setembro de 2022, quando comparado com o ano anterior[2]. Escusado será dizer que os refugiados Ucranianos não entram nesta conta.

Este ano viu-se um aumento tal do número de pessoas a tentar cruzar a fronteira que se estima que os números suplantarão os de 2015/2016.

Em 2022, ao mesmo tempo que se criaram corredores humanitários na Roménia e na Hungria para refugiados da Ucrânia, estes mesmos países controlam cada vez mais a sua fronteira, através da construção de «muros» e uso de patrulha armada, de forma a impedir a entrada de refugiados de outros países.

A «crise de refugiados» foi considerada terminada em 2016 devido à conjugação de dois fatores:

— o fecho das fronteiras Europeias que, no caso da Hungria, foi conseguido através da construção de uma vedação de arame farpado, da alteração no processo de acesso ao estatuto de refugiado e da legalização dos push backs;3

— a celebração do EU-Turkey Deal, no qual a União Europeia se comprometeu a dar 6 mil milhões de euros à Turquia para esta receber refugiados que tentassem entrar na Europa.

Apesar disso, milhares de pessoas continuam a tentar entrar na União Europeia todos os anos sendo, no entanto, uma viagem muito mais perigosa e com necessidade, quase obrigatória, do recurso a redes de contrabando (de pessoas).

Todxs têm diferentes motivos para tentar cruzar uma das fronteiras mais perigosas do planeta. Se algumas pessoas fogem de perseguição ou guerra, outras fogem de fenómenos naturais ou pobreza.

Independentemente do motivo, diante de uma fronteira constituída por 2 vedações de 4 metros de altura com arame farpado em cima e em baixo, eletrificada, com câmaras, sensores de movimentos e militarizada, todxs são consideradxs, pelas autoridades fronteiriças, «inimigxs» e por isso o estado Húngaro, com o apoio da «Europa Fortaleza», faz de tudo para tentar mantê-lxs do lado de lá da fronteira. Assim, a região da fronteira é um lugar de passagem, de onde se tenta escapar o mais rapidamente possível.

Estive lá a colaborar com uma ONG que oferece cuidados básicos de saúde às «pessoas em movimento». Pelo meu trabalho como médica consegui ter um contacto muito próximo das pessoas e consegui ouvir muitos relatos de violência estatal, militar e policial, bem como ver as feridas que os acompanhavam. Ouvi relatos de toda a viagem, de como, por exemplo, a fronteira da Turquia com a Bulgária é ainda mais perigosa, mas o que observei foram as evidências da violência e violação de direitos humanos por parte da polícia e militares na Hungria e na Sérvia.

De facto, há cada vez mais mais registos de casos de violência nesta fronteira[4], seja através de humilhação, destruição de bens pessoais, violência física, utilização de balas de borracha ou de gás pimenta. Consegui, ainda, observar o negócio de contrabando que existe por detrás da imigração feita de forma «ilegal», que nunca o deixará de ser enquanto houver fronteiras e um estado a decidir quem pode e quem não pode habitar este canto da Terra.

Íamos todos os dias de carro a diferentes locais, percorrendo grande parte da fronteira Servio-Húngara. Cada um dos sítios a que íamos era diferente, fosse pela origem das pessoas que lá pernoitavam, pela forma como nos recebiam ou pela regularidade com que as pessoas iam mudando. Relativamente às principais queixas de saúde, elas eram semelhantes em todos os locais: membros e costelas partidas por violência policial ou por cair após saltar a vedação, infeções de pele por falta de higiene e acesso a antibióticos e infeções respiratórias.

A maioria dos sítios a que íamos, exceto um edifício ocupado numa pequena vila

chamada Majdan, era controlada por alguma rede de contrabando. Consoante o preço fosse maior ou menor, diferente era a probabilidade de se cruzar a fronteira com sucesso e ganhar o «jogo». Da forma como a fronteira está construída e controlada atualmente, com recurso a violência extrema por parte do estado Húngaro e da União Europeia, cruzar sem pagar é uma tarefa quase impossível.

Os contrabandistas fornecem escadas para passar o «muro», fazem manobras de diversão e conhecem os sítios mais «seguros» da fronteira, onde há menor probabilidade de encontrar polícia (ou onde esta é subornada). Muitas pessoas diziam que encontravam ao cruzar a fronteira não apenas polícias Húngaros, mas também militares com uniformes que mostravam bandeiras de países como a Alemanha, Áustria ou República Checa.

Por ser a única zona sem contrabandistas, Majdan era onde as pessoas ficavam mais tempo e que acolhia quem não tinha dinheiro suficiente para pagar a passagem. Aqui, tentam cruzar a fronteira passando para a Roménia e daí para a Hungria, evitando o arame farpado que só existe entre a Hungria e a Sérvia. No entanto, apesar de não haver fronteira física, há cada vez mais controlo policial e militar desta fronteira, tornando a sua passagem muito difícil.

A população era sobretudo constituída por pessoas oriundas da Síria, mas lembro-me com frequência da família egípcia com 3 crianças (de 3, 5 e 9 anos) que lá estava em duas tendas há mais de um mês e que já tinha tentado cruzar a fronteira mais de dez vezes. O pai era contra o regime instalado no Egipto e por isso, no seguimento de uma manifestação, tinha sido preso. Mal saiu da prisão fugiu com a família em busca de um lugar seguro que ainda não encontrou.

Lembro-me também da família síria, que já tinha tentado cruzar 15 vezes a fronteira e cujo pai dizia sempre que a próxima tentativa seria a última. Ele era professor universitário de inglês (o que tornou a comunicação muito fácil) e a mulher professora primária. Desesperado, cansado e sem dinheiro, punha até a hipótese de voltar para a sua casa na Síria, numa região controlada pelo Estado islâmico e onde a morte e a repressão eram certas para um ateu como ele. Recebiam-nos sempre com gratidão e um sorriso na cara. E que bem nos souberam as simples refeições de arroz com ovos, cozinhados na fogueira, que partilharam connosco no final do longo dia de tentar curar feridas.

> Os militares (segundo eles), tinham encontrado uma máquina de barbear numa das mochilas e tinham decidido cortar-lhes o cabelo a todos, desenhar cruzes e pôr-lhes pasta de dentes na cabeça.

Em contraste, íamos a um acampamento no meio da floresta a que chamávamos de Riverside, precisamente por ser ao lado da única fronteira natural entre a Sérvia e a Hungria: o Rio Tisza. Esta fronteira é mais fácil de cruzar por não ter arame farpado. No entanto, está altamente controlada por redes de contrabando, pelo que é quase impossível cruzá-la sem pagar. Aqui via-se gente de todo o lado, incluindo muitxs da Tunísia, que conseguem entrar na Sérvia sem necessidade de visto. Era o local no qual as pessoas mudavam com mais frequência e no qual não éramos tão bem recebidxs.

«Vitaminka» (um conjunto de edifícios ocupados ao lado de uma fábrica de Vitaminas) e as quintas ocupadas perto da fronteira de Horgos eram onde víamos mais casos de violência policial e de cortes e membros

Frontex, um cogumelo colonial

TEOFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Depois de subcontratar a vigilância dos fluxos migratórios a países terceiros, a União Europeia (UE) prepara-se para iniciar uma prática pouco comum no mundo das relações internacionais: a Frontex está prestes a ter a possibilidade de vigiar fronteiras que não são suas. Dito de outro modo, há estados soberanos que permitirão que forças estrangeiras tenham uma voz presente na gestão do fluxo de quem entra ou de quem sai. Ecos de um mundo ainda colonial.

Em Julho passado, o Conselho Europeu (CE) autorizou a abertura de negociações que permitirão à Frontex utilizar «navios, equipamento de vigilância, e executar tarefas operacionais» no Senegal e na Mauritânia. Recentemente, foi assinado um acordo semelhante com a Macedónia do Norte e a Comissão Europeia afirmou querer iniciar negociações com a Sérvia, o Montenegro, a Bósnia e a Albânia. Actualmente, as operações da Frontex nesses estados só podem ter lugar nas fronteiras que partilham com os estados membros da UE. A actualização dos acordos tornará possível o destacamento de guardas fronteiriços da UE para fronteiras não comunitárias, por exemplo, entre a Bósnia e a Sérvia, ou entre a Sérvia e o Montenegro.

Ainda antes da assinatura destes acordos, a Bósnia efectuou já as primeiras deportações em nome da UE, no seguimento de micro-acordos que se foram fazendo mais ou menos longe dos holofotes, tendentes a formalizar essa ideia de a Bósnia ser uma espécie de agente preventivo da UE, que assina acordos de repatriamento com a Turquia ou o Paquistão, e ao qual apenas parece faltar a presença das próprias forças repressivas da UE, assunto que assim será resolvido. Os acordos com os outros países não devem fugir deste padrão.

A nível «interno», a caça aos migrantes também se atiça. Numa reunião do Conselho de Schengen, a 14 de Outubro, os ministros do Interior da UE fizeram algumas recomendações, supostamente dirigidas à «actual situação desafiante nas fronteiras externas». De forma a impedirem o erguer de barreiras internas no espaço Schengen, os ministros concordaram que é necessário «assegurar capacidade suficiente a nível nacional para intensificar os controlos policiais relacionados com a imigração ilegal em todo o território e efectuar controlos policiais e controlo da migração nas principais estradas de transporte, incluindo as zonas fronteiriças».

As políticas fronteiriças não têm impacto apenas nas zonas da raia. E o aprofundamento do perfil «racial» das rusgas policiais em todo o território europeu é o caminho que assim se vai abrindo em vez de fechar.

partidos devido ao arame farpado. Aqui havia sobretudo pessoas dos países do Magreb, mas havia também muita gente de países asiáticos, como o Paquistão ou o Bangladesh.

Lembro-me do dia em que vários rapazes, com idades entre os 16 e os 22 anos, após terem sido apanhados a cruzar a fronteira, vinham com cortes de cabelo estranhos. Os militares (segundo eles), tinham encontrado uma máquina de barbear numa das mochilas e tinham decidido cortar-lhes o cabelo a todos, desenhar cruzes e pôr-lhes pasta de dentes na cabeça. Um deles foi ainda obrigado a comer os seus próprios cigarros. Lembro-me também dos dois jovens de religião Sikh aos quais foi cortado o cabelo pela polícia, o que, considerando as suas tradições, poderá ser considerado um crime de ódio. E perdi o número de costelas e pés partidos e de lesões provocadas por balas de borracha.

Perto de Sombor íamos a um antigo restaurante ocupado. Aqui costumávamos ir ao fim da tarde, na hora de começar o «jogo»: todxs estavam de mochila às costas, de Redbull ou Hell na mão, prontxs para iniciar a viagem. Foi também aí que conheci uma família da Mongólia constituída por uma mulher e xs seus 5 filhxs: um bebé de 2 anos, 2 gémeas de 5 anos, um rapazinho de 9 anos e um adolescente de 14 anos.

Já tinham tentado cruzar a fronteira 5 vezes. À sexta, o contrabandista pediu-lhes mais dinheiro. A mulher, forte, disse que não dava mais, que pagou uma vez e o acordo é que xs façam chegar à União Europeia. Este roubou-lhes os últimos euros que tinham e ameaçou-xs de morte se continuassem ali. Fugiram e foram à polícia pedir asilo. Os polícias disseram que só se pode pedir asilo até às 5 da tarde e já eram 6. Viram-se forçadxs a dormir na rua, porque quem xs devia proteger trata-xs como se não fossem seres humanxs.

Encontrei ainda perto de Sombor (a dormir em carruagens de comboio abandonadas) e perto de Subotica (num acampamento na floresta) jovens do Afeganistão, que fugiam do recente regime instalado pelos Talibans. De vez em quando, estas ocupações são alvo de despejos com violência e destruição de bens pessoais como roupa, tendas ou telemóveis e todas as pessoas que nelas dormem são enviadas para campos de trânsito sobrelotados noutras regiões da Sérvia, longe da fronteira.

Enquanto escrevo isto, de volta ao meu pequeno paraíso no Sul de Portugal, penso nesta loucura a que chamam fronteiras. Penso no poder que este conceito inventado pelo ser humano tem, de como permite selecionar quem pode usufruir da liberdade de movimento que nos é tão natural e como se causa tanto sofrimento em nome da sua proteção.

Penso também neste estado de construção de uma «Europa Fortaleza» que continua:

— Na Hungria, foi criado em setembro de 2022 o primeiro regimento de «caçadores de fronteiras»[5];

— Na fronteira da Sérvia com a Macedónia do Norte está a ser construída uma fronteira semelhante à da Sérvia com a Hungria, com o objetivo de impedir a entrada de pessoas na Sérvia[6];

— Recentemente foram dados mais 50 milhões de euros à Turquia como parte do Turkey-EU deal, dizendo tratar-se de solidariedade[7];

— Uma nova operação chamada «Terra 2022» tem como objetivo aumentar a monitorização e controlo nos 12 países com fronteiras terrestres na União Europeia, da Finlândia até à Grécia[8].

— Enfim, a violência nas portas da União Europeia é cada vez maior e a tendência parece ser a de que continue a aumentar. O estado criminoso e violento tenta criminalizar quem é obrigadx a fugir do sítio onde nasceu. É necessário pensarmos coletivamente em formas de acolher as pessoas, criar passagens seguras e abolir as fronteiras.

NOTAS

1 Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª edição

2 EU esternal borders, FRONTEX, ver https://maglit.me/conjevesque.

3 Submission of the Hungarian Helsinki Committee to the UN Special Rapporteur on the human rights of migrants, Hungarian Helsinki Committee, Fevereiro de 2021, https://maglit.me/polethikeodness.

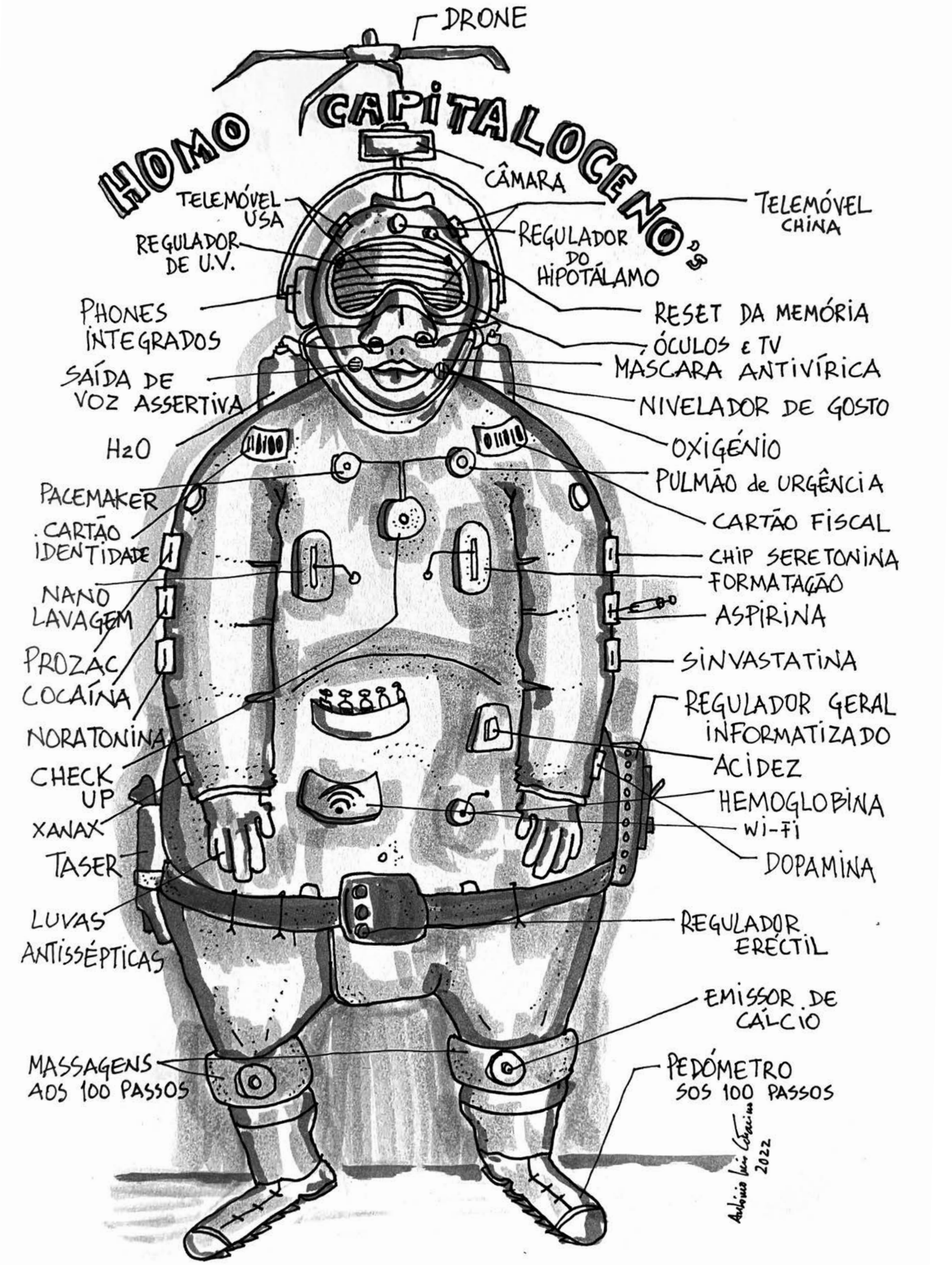
4 MSF patients report alarming incidence of violence by authorities at the Hungary-Serbia border, Medicina Sans Frontiers, Agosto de 2022, https://maglit.me/monotatagop.

5 Hungary inaugurates first border hunter regiment, Global Times, Setembro de 2022, https://maglit.me/wasuoteivity.

6 The Serbia's fence at the border with North Macedonia, Klikativ, Junho 2022, https://maglit.me/antimitlship.

7 Turkey: EU provides additional €50 million humanitarian aid to support vulnerable refugees, European commission, Junho de 2022, https://maglit.me/nonpeiken.

8 Frontex launches new land operation, FRONTEX, Fevereiro de 2022, https://maglit.me/copimowiral.


DRONE
HOMO CAPITALOCENO's
CÂMARA
TELEMÓVEL USA
TELEMÓVEL CHINA
REGULADOR DE U.V.
REGULADOR DO HIPOTÁLAMO
PHONES INTEGRADOS
RESET DA MEMÓRIA
ÓCULOS E TV
SAÍDA DE VOZ ASSERTIVA
MÁSCARA ANTIVÍRICA
NIVELADOR DE GOSTO
H2O
OXIGÉNIO
PACEMAKER
PULMÃO de URGÊNCIA
CARTÃO IDENTIDADE
CARTÃO FISCAL
CHIP SERETONINA
NANO LAVAGEM
FORMATAÇÃO
ASPIRINA
PROZAC
SINVASTATINA
COCAÍNA
REGULADOR GERAL INFORMATIZADO
NORATONINA
ACIDEZ
CHECK UP
HEMOGLOBINA
XANAX
wi-fi
TASER
DOPAMINA
LUVAS ANTISSÉPTICAS
REGULADOR ERÉCTIL
EMISSOR DE CÁLCIO
MASSAGENS AOS 100 PASSOS
PEDÓMETRO SOS 100 PASSOS
António Luís Catarino 2022

Mil e uma diatribes e um sopro de vida

(Neo)fascismos, democracia liberal e o devir-esperança (PARTE IV)

Pela primeira vez na História, um meta-poder, inspirado num paradigma expansionista e hierarquizante, concede a uma elite restrita um controlo à escala transnacional de uma mega-maquinaria capaz de destruir diariamente o planeta e de extinguir a vida humana e animal em todos os recantos da terra. A natureza totalizante da ordem capitalista não é um dado natural nem mesmo resulta no estado definitivo da sociedade. Foi um processo histórico de instituição – fundado na violência, na escravização e na aculturação. Foi uma criação histórica tal como as seculares sociedades comunitaristas: a cultura capitalística, erguendo o seu império de cima para baixo, burocratizando as relações sociais e estratificando os poderes; as comunidades da partilha, auto-instituindo-se em autonomia através de efectivas formas horizontais; o capitaloceno, provocando impactos irremediáveis na biosfera, destruindo as reservas antropológicas humanas, os seus meios de vida e seus saberes e, aparentemente, conduzindo à sua própria autodestruição; o comunitarismo, resistindo à espoliação cosmo-física da sociedade mercantil e à destruição espiritual da ideologia liberal, para nos legar a reabertura do projecto social e histórico da autodeterminação, desafiando-nos a reencantar os caminhos da história que vem.

JÚLIO DO CARMO GOMES
VADIO.ENVIADEVIR@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÕES **ANTÓNIO LUÍS CATARINO**

"O universo camponês (a que pertencem as culturas lumpemproletárias urbanas e até há poucos anos as das minorias operárias) é um universo transnacional, que não reconhece as nações. São os restos de um conjunto de civilizações anteriores. É deste ilimitado mundo camponês pré-nacional e pré-industrial que eu tenho saudades", Pasolini (1974).

A cultura contemporânea continua assombrada pelo espectro dos «futuros perdidos» da Modernidade. Tudo parece uma repetição. Tudo é avaliado por um método burocrático e utilitário que delimita o significado dos gestos mais básicos e da própria existência. A sensação de cerco, a fantologia, já não é uma ameaça mas um passe sanitário. O modo como movimentas o teu próprio corpo depende da subjugação a um conceito de «saúde» fabricado por um império. O corpo vigiado em permanência através de uma dócil e instantânea aplicação digital, à distância de um «clique». Fingimos adoptar a normalidade de nos subtraírem mais um pouco da nossa liberdade e dos direitos constitucionais – que aqueles e aquelas que deram a vida pela liberdade política ajudaram a conquistar no passado –, como se se tratasse da mesma adesão à técnica de sedução ingénua do último *outdoor* que nos passou pela frente a vender mais um produto inútil. Por falar em ideais publicitários, damos atenção aos políticos profissionais e à *media* de massas, verdadeiros guardadores dos significados, por aceitarmos que existam os polícias do nosso tempo, por salivarmos com a liderança rumo a um apocalipse publicitado como mais feliz e humano. O ser humano não está apenas doutrinado para acreditar numa quimera construída a partir da sua incapacidade de integrar a realidade. Está doutrinado para deixar de sentir. Alienado da sua potência criadora e transformadora, perdida toda a magia do querer-viver, resta-lhe a fé de que o futuro não lhe pertence nem exista. O vazio alastra como os micro-plásticos à deriva nos oceanos e o imaginário colectivo desbota como as capas das revistas mundanas debaixo de um sol enganador. Entretanto, cooperamos, para que o jogo da roleta da acumulação material e do controlo do casino siga para bingo!

O «Ataque Preventivo», a indústria militar e a sociedade rede

À espera do retorno do *anjo da História* de Benjamin, Franco Berardi e Mark Fisher anunciaram ontem o lento cancelamento do futuro. Mas, de supetão, o futuro foi cancelado de forma abrupta, num estalar de dedos, à conta de um vírus. O fantasma meteu o turbo enquanto o anjo continua a butes. É apenas um *dejà vu*, ou quer-nos parecer que o sistema capitalista, desde a Grande Depressão, se renova ciclicamente por ruptura (crises) e reajuste, isto é, a normalização das novas condições aprofundadas de dominação, teoricamente aplicadas para combater a «crise» que, por sua vez, justificam as políticas de reajustamento?

«Sempre a porra do futuro…», questionava José Mário Branco na sua composição mais icónica. Mas que futuro é esse, na máquina de sonhos do capitaloceno? Nas palavras de David Harvey: «Não há uma ideia boa e moral de que o capital não se possa apropriar e transformar em algo horrendo»[1]. Nesse teatro de «horrificação» da vida pelas formas capitalísticas, Agamben recorda: «Certamente, desde que apareceu o *homo sapiens* havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante da vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo».

Nas condições societárias em curso, constatamos que os dispositivos tecnológicos são os veículos privilegiados de produção cibernética de relações que se impõem aos indivíduos, aprisionando-os em moldes pré-estabelecidos de desejos e felicidades, apresentados estes como modelos ideais de vida. Futuros instantâneos produzidos pelo determinismo algorítmico. No contexto da indústria da promessa, há uma analogia sinistra que tem de ser estabelecida. Tal como o novo milénio abriu com um novo paradigma militar, o célebre «ataque preventivo», o crescimento da inteligência artificial e das grandes tecnologias de controlo e computação de dados, convergindo com o pós-9/11, também implementaram um novo modelo de gestão e funcionalização similar da sociedade rede: a «pre-visibilidade» que ataca o utilizador das redes com notificações preventivas moldando a todo o instante o seu comportamento e direccionando os seus passos em volta.

De um lado, o controlo territorial (da propriedade material) com a indústria militar e a ciência nuclear; do outro, o controlo corporal e «espiritual» (da propriedade imaterial) com a *bigscience* – a biotecnologia e a neurotecnologia. No meio, nós, felizes utentes deste «admirável mundo novo»! Não se trata de estabelecer uma crítica estéril à tecnologia por nostalgia de um regresso a um paraíso primitivo, mas de historiografar o custo da inovação tecnológica que fascinou e fascina as classes desapossadas e, sobretudo, de censurar o rol de conhecimentos e competências que foram desaparecendo em nome da produção tecnológica e o estilo de vida convivial que perdemos em nome da plena integração consumista na cultura tecnológica.

> Uma pesquisa da revista Nature recentemente publicada revelou que em 2020 a massa antropogénica global (edifícios, infra-estruturas...) excedeu toda a biomassa viva.

Profanando toda a magia do querer-viver e a potência da soberania política, através da acelerada e potente hegemonia da técnica, da economia produtivista, dos procedimentos jurídicos e legais, esses modelos ideais de vida pretendem determinar, normativizar e normalizar o que é a vida e o que não é. O determinismo tecnológico ao prever programando o que a vida deve ser, condiciona e manipula o devir do que a vida poderia ser (amanhã) por não poder ser livre e independente (hoje) da sedução coactiva, lucrativa e manipulatória da lógica computacional e cibernética da IA. Qual oráculo de Delfos, a chamada 4ª Revolução Industrial da civilização hodierna ao pretender obstruir todo o espaço mental do ser está a destinar a sociedade a passar um novo umbral de dominação.

Num mundo já saturado de signos, a aceleração do *machine learning* e da reprodução algorítmica, reproduzindo pela simulação um contínuo efeito de hiper-realização de realidade, conduzem-nos ao cerne de uma das mais perturbadoras interrogações metafísicas de J.L. Borges. Todos os lugares do mundo e todos os livros possíveis e imagináveis estão ora no *Aleph*, ora em *Babel*. A hiper-realização de uma totalidade (de lugares e de livros) implica duas coisas: a anulação da diferença e de um de-fora, ausências referenciais que inviabilizam a possibilidade do sentido. Se tudo o que há equivale a tudo o que pode ser, tudo se confunde, tudo se equivale e, portanto, nada ganha sentido. Funeral do sentido. Se tudo o que há tem existência, estamos na posse de tudo e a tudo estamos ligados, pelo que se não estamos separados de uma realidade, também não podemos opor-lhe a contradição, a razão crítica, a negação niilista e/ou o imaginário do que está em falta. Passando esse umbral, será o imaginário ainda possível?

É neste ambiente artificialmente e culturalmente imposto à sociedade – e não nos esqueçamos justificado em nome da actividade lucrativa, legitimado pela separação burocrática e metapolítica da sociedade (a democracia liberal) e fundado num conceito antropocêntrico – que se exige ao cidadão que se adapte e opere nesse quadro. Primeiro liquida-se a natureza pela construção de uma mega-máquina de operações relacionais num meio hiper-artificial, depois normaliza-se e naturaliza-se a exigência de o ser humano ter de adaptar-se a esse ambiente desnaturado como se fosse a coisa mais natural do mundo. Decadência, neurose, colapso, demência. Como predizia o líder nativo dos Tiavéa, «a grande maldição que a máquina encerra, é que o papalagui [o Branco] deixou de gostar de toda e qualquer coisa, já que a máquina tudo pode reconstruir de imediato. Para que a máquina obre esses milagres, sem vida nem calor, tem ele que dar-lhe o seu coração».

Por um lado, definitivamente, é preciso desincorporar a alma capitalística… O mantra de crescer pela razão de crescer, de invadir e expandir-se ilimitadamente… Por outro, é preciso conjurar a metafísica da IA, soprar o pó da promessa de imortalidade e da omnipresença que invade a nossa corrente sanguínea. Andar com o algoritmo na rua, para trás e para a frente, «cansa como andar à chuva». É preciso que a promessa capitalista não se renove nem com o eco-capitalismo (ou o eco-fascismo, de que nos adverte o cientista social Carlos Taibo), nem com a ideologia subversiva do transhumanismo, a face mais radical da IA.

Em «O Processo», Joseph K sabia que ia «ser condenado como um cão». Aceitava essa fatalidade, mas entranhava a sua impotência com estranhamento. Será que as sociedades chegaram ao ponto em que perderam o recalcitrante estranhamento do mundo que as oprime? O mundo está totalmente escravizado como sonhado. E a questão da liberdade e dos seus inimigos é cada vez mais vasta.

Um Marxismo contra a origem do comunismo

A História também nos permitiu concluir que o fracasso da ideologia de inspiração marxista-leninista se deveu, entre muitas outras coisas, a uma tentativa de combater a ideologia mercantil através da criação de outra ideologia antagónica, pêndulo que decidiu grande parte da luta revolucionária durante o século XX. Por um lado, uma linha de princípios que no essencial reproduziu as relações hierarquizadas, burocratizando a política e entregando-a a uma nomenclatura; por outro, alimentou uma moral materialista da História ao manter uma concepção tradicional e produtivista da economia, crente no milagre da exacerbação das forças produtivas.

> Como predizia o líder nativo dos Tiavéa, "a grande maldição que a máquina encerra, é que o papalagui [o Branco] deixou de gostar de toda e qualquer coisa, já que a máquina tudo pode reconstruir de imediato. Para que a máquina obre esses milagres, sem vida nem calor, tem ele que dar-lhe o seu coração".

No curso da História, a idealização de uma antítese pelo marxismo dogmático tanto polarizou a questão de saber como é que as classes dominantes recuperaram o controlo sobre a produção e a distribuição iníqua de riquezas, que olvidou a questão mais premente de como estas últimas conseguiram estabelecer a crença de que essa riqueza podia ser reapropriada socialmente. Mais grave e problemático, a ausência de um pensamento ecossistémico no marxismo ortodoxo tornou-o incapaz de desmistificar do imaginário social o mito da riqueza liberal, a crença de que essa riqueza e essa acumulação material, permanente e desmesurada, são um bem em si e que a máquina produtiva se deve expandir sem limites. No cenário de catástrofe civilizacional, não sobram argumentos para defender a factual barbárie da industrialização capitalista só pelo facto de o seu aparelho ser tomado pela «classe trabalhadora». A autogestão dessa barbárie é uma ideia que apenas passa pelos subsidiários da hagiografia materialista dos «ideais progressistas». Os resquícios da ideologia proletária têm de se haver hoje com a sexta extinção em massa e com os 20 milhões de seres humanos deslocados a cada ano que passa por via das alterações climáticas…

Há muito tempo que sabemos que um sistema económico baseado no pensamento mágico do crescimento perpétuo num ambiente de recursos naturais finitos é irracional e está condenado ao fracasso. Os impactos antropogénicos nos sistemas de vida, ar, água e terra, são visíveis e mensuráveis. Os exemplos que ilustram os resultados desse paradigma são grotescos. A próxima geração vai tendencialmente consumir tanto como em toda a história da humanidade. Uma pesquisa da revista Nature recentemente publicada revelou que em 2020 a massa antropogénica global (edifícios, infra-estruturas…) excedeu toda a biomassa viva. Os actuais indicadores sócio-ecológicos são drásticos. Os avanços científicos em climatologia, em biologia de sistemas, em geologia e mesmo em antropologia, tornam evidente que este paradigma de crescimento, que deriva de um preceito antropocêntrico e liberal-iluminista, que implica a predominância do «homem» sobre a natureza e do indivíduo sobre o colectivo, não compreendeu e não compreende que somos apenas uma ínfima parte do ecossistema global. Uma doutrina antropocêntrica e liberal que está a afectar as próprias bases em que o modelo se baseia, gerando graves disfunções que se medem em desequilíbrios ecológicos, desigualdades sociais gritantes, fluxos migratórios dolorosos e em guerras. O modelo de «sociedade autofágica» (A. Jappe) da ordem capitalista está cada vez mais destinado à autodestruição, uma decadência que arrasta a humanidade para violentos processos de erosão social, agravando colossalmente as desigualdades económicas e políticas, propiciando um potencial «darwinismo» social no horizonte que poderá conduzir à normalização de regimes eco-fascistas.

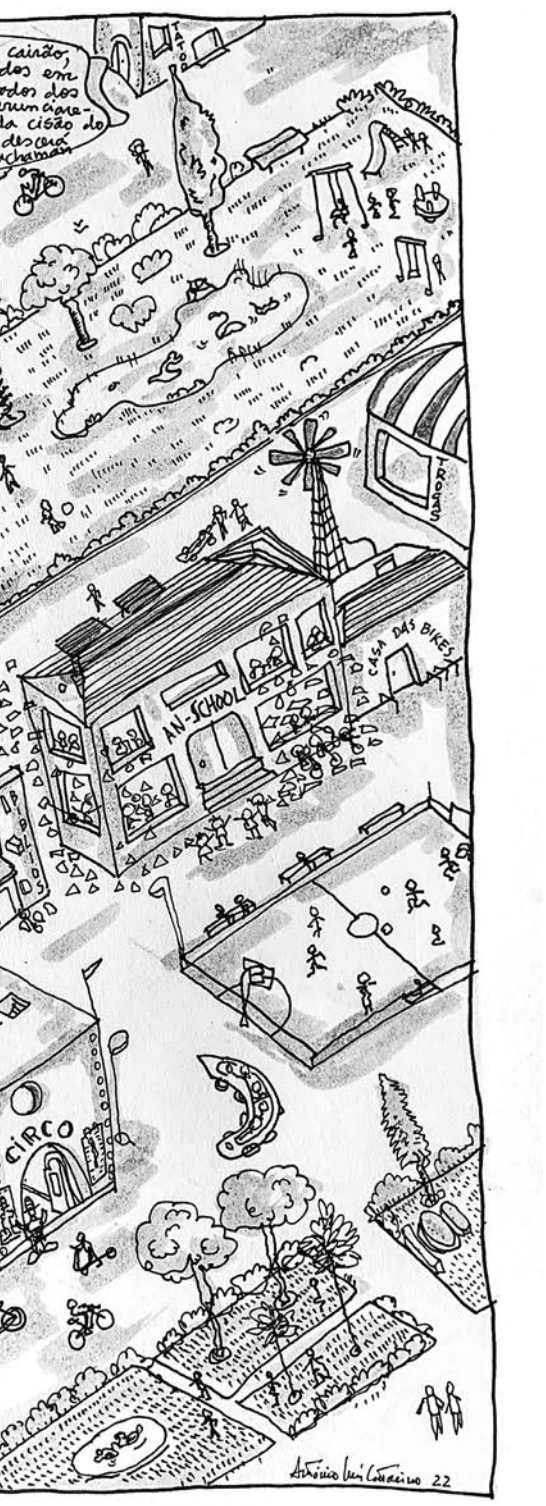
Se até aos anos 60 do século XX a classe «revolucionária» não dispunha deste quadro completo de efeitos sociais e humanos, como é possível que hoje em dia os herdeiros dessas correntes políticas continuem com a cerviz vergada ao paradigma crescementista e produtivista e aos valores de acumulação material da sociedade capitalista? Um exemplo gritante e actual é a conivência das forças políticas da esquerda partidária com as políticas de transição energética propostas pela máquina mercantil e a concomitante indiferença em combater claramente ao lado das populações rurais que se levantam contra a exploração do lítio e de outros minérios em Portugal.

A esquerda progressista esqueceu Marx

No limite, a ideologia progressista, de inspiração marxista ou anarquista, sancionou a perda da relação arcaica e milenar que o habitante das culturas comunitaristas mantinha com a economia, entendida esta como um subsistema da vida humana, incrustado nas várias dimensões relacionais da existência humana, como a dimensão social, familiar, ambiental, ético-política, espiritual e festiva, ao invés de ocupar a centralidade da existência. Culturas pejorativamente classificadas de escassez pela ciência económica ortodoxa, tanto pelo liberalismo clássico quanto pelo marxismo canónico. Como demonstraram magistralmente cientistas sociais como Malinowski, Polany, Sahlins, Clastres, Descola ou Viveiros de Castro, a rotulada escassez não implicava insuficiência, um tema que teremos oportunidade de problematizar no decurso do artigo *Devir-esperança*.

De uma vez por todas, a esquerda progressista tem de compreender que o capitalismo não só se apropriou dos conhecimentos e competências dos trabalhadores no processo de produção de tal forma que, como disse Marx, «os meios de trabalho [são] um meio de subjugação, de exploração e empobrecimento do trabalhador». Como salientou a historiadora Silvia Federici em *Caliban e a Bruxa*, a mecanização do mundo foi fundada e precedida pela mecanização do corpo humano, através do aniquilamento do modo de sustento das populações rurais, em particular «através do regime de cercamentos [*enclosures*], da perseguição de vagabundos e da caça às bruxas».

Definitivamente, a esquerda esqueceu Marx. É que a categoria teórica do «geral» em Marx, como algo que é comum a todos, só é pensável no *Manifesto Comunista* porque antes existiram populações que criaram a «propriedade comunal da terra» como uma relação social compartilhada. Em particular, a esquerda portuguesa, com a sua histórica e notável sub-cultura «comunista»– comunitarista, para ser preciso –, esqueceu as suas próprias origens. Avessa aos conceitos canónicos, a historiadora pós-marxista Silvia Federici, tem dado visibilidade a «esta perda causada pela longa história de violência capitalista sobre as nossas faculdades autónomas e que tem sido praticamente ignorada pela tradição



marxista». A teórica italiana faz alusão «ao conjunto de necessidades, desejos e capacidades que ao longo de milhões de anos de desenvolvimento evolutivo em estreita relação com a natureza foram sedimentados em nós e constituem uma das principais origens da nossa resistência à exploração. Refiro-me à nossa necessidade de sol, vento e céu, à nossa necessidade de tocar, cheirar, dormir, fazer amor e estar ao ar livre, em vez de estarmos enclausurados».

Por vezes, para desmontar os arquivos da verdade da História, é necessário convocar uma lembrança que vá muito para lá da História da violência do mercantilismo. Um causa longínqua e enraizada que levou a esquerda a cair no engodo da ideologia do progresso propalada pelo seu inimigo histórico, em particular, a entronização dos valores «capitalísticos» e a supremacia do económico sobre a «política», foi o viés naturalista da filosofia Ocidental, proveniente da Antiguidade Clássica. A sociedade naturalista (ocidental) produz uma fronteira entre si e os outros e entre si e a «natureza», introduzindo uma conceituação implicitamente subjacente a uma representação do mundo baseada numa dicotomia entre «natureza» e «cultura». A «natureza» seria aquela que não é cultivada, aquela que não contém a característica distintiva da espécie humana, do conhecimento e do saber-fazer humanos. A metafísica do pensamento Ocidental produziu ainda outra noção prevalecente – e seguramente daninha – ao definir a Natureza como uma totalidade, uma exterioridade absoluta, categorização que manteve a sua constância tanto na produção científica como no domínio das significações imaginárias. Valha-nos «O Guardador de Rebanhos» para desconstruir o dogma de ver o que não há: «Vi que não há Natureza/Que Natureza não existe (…) que não há um todo (…) Que um conjunto real e verdadeiro/É uma doença das nossas ideias.» (Alberto Caeiro).

Típico das cosmologias ocidentais desde Platão e Aristóteles, o «naturalismo» produz um domínio ontológico específico. Na medida em que o «naturalismo» é o princípio orientador da nossa própria cosmologia, permeando o nosso senso comum e o nosso princípio científico, tornou-se para nós um pressuposto de alguma forma «natural» que estrutura a nossa epistemologia e, em particular, a nossa percepção de outros modos de identificação. Por outras palavras, o «naturalismo» determina o nosso ponto de vista sobre os outros e sobre o mundo.

Esta distinção da filosofia eurocêntrica é a base da dificuldade da visão ocidental prevalecente em compreender outras sociedades e culturas e uma causa arreigada para discriminá-las. Modos de subjetivação excludentes que se abatem não só sobre culturas alheias ao espaço geográfico privilegiado do Ocidente – desenhado pelas linhas de fronteira do Estado moderno –, mas cujo regime perceptivo sobre a vida – um olhar cristão, patriarcal, mercantil, logocêntrico e materialista –, impende no seio do seu próprio território, saturando, desnaturando ou olvidando outras formas políticas de entender a existência, a política e a sociedade. Ao pensar o espaço rural através do viés «naturalista», populações rurais incluídas, tal como sucede historicamente em relação às populações indígenas, estas passam a ser facilmente identificadas com esse elemento de «naturalização», passando a ser dissolvidas nessa entidade naturalista, como se por magia devessem a sua existência histórica e o seu desenvolvimento cultural a um princípio alheio aos efeitos da (sua) vontade humana. Desta forma, as comunidades rurais são destituídas, por efeito desse *nomos* único universal, da capacidade do saber-fazer e, em última instância, despojadas da sua veemente politização da existência e da sua extraordinária cosmologia. São branqueadas na sua história.

«Mandar obedecendo», matriz do comunitarismo Ibérico

Félix Mora lembra que «os historiadores e especialistas culturais construíram uma sucessão coerente de acontecimentos, contínua e legitimadora de tal maneira que a única continuidade fica oculta: a opressão histórica real da classe proprietária dominante sobre os oprimidos, ou seja, a contínua repetição das mesmas relações de poder e a implantação de um progresso posto ao serviço real desse próprio sistema e da expansão da sua capacidade de controlo».

Historicamente, os sistemas de sabedoria e ética tradicionais do mundo foram sob vários aspectos e na sua maioria contrários à Modernidade e acabaram soterrados na era da pós-modernidade, asfixiados pela mega-máquina do mercantilismo e do Estado. É o que sucede actualmente com as sociedades indígenas na América do Sul, os zapatistas no México, com os povos da Zomia e com as populações comunitárias do Norte de Portugal. Descontados os romanticismos, seres humanos unidos mediante o tecido da experiência comum e relutantes em passar à discricionaridade e impessoalidade do mercado.

> Não passa despercebido que aspirantes a revolucionários citem de cor a consigna zapatista “mandar obedecendo” e nunca imaginaram que ela tinha sido levada a peito aqui em casa durante séculos a fio…

Com efeito, Federici sugere que «poderíamos escrever uma história da desacumulação dos nossos conhecimentos e competências pré-capitalistas em paralelo com a história da inovação tecnológica capitalista». «Uma prática», prossegue a historiadora, «indispensável para a maioria dos movimentos anti-sistémicos e uma condição prévia para resistir à exploração.» Ousando falar em «re-encantar o mundo», a investigadora elabora: «Refiro-me a descobrir lógicas e raciocínios que não os do desenvolvimento capitalista. Se tudo o que sabemos e desejamos é o que o capitalismo produziu, então não há esperança de mudança qualitativa. Sociedades que não se preparem para reduzir a utilização da tecnologia industrial serão confrontadas com catástrofes ambientais, concorrência por recursos cada vez mais escassos, e uma crescente sensação de desespero sobre o futuro do planeta e o significado da nossa presença no mesmo. Neste contexto, as lutas que visam a ruralização do mundo – tais como a recuperação de terras, a libertação de rios de barragens, a resistência contra a desflorestação e, crucialmente, a revalorização do trabalho reprodutivo – são cruciais para a nossa sobrevivência. São a condição da nossa sobrevivência física mas também do «re-encantamento» da terra, na medida em que reconectam o que o capitalismo separou: a nossa relação com a natureza, uns com os outros e com os nossos corpos, a fim de nos permitir não só escapar à atração gravitacional do capitalismo, mas também recuperar um sentido de integridade sobre as nossas vidas”. Motivos mais do que suficientes para escutarmos não só as vozes indígenas do mundo nos seus diversos enunciados, mas em particular nesta proposta a herança comunitarista da Península Ibérica. Talvez o mais reconhecido intérprete do comunitarismo em Portugal, Miguel Torga, inspirado pela sua vivência directa dos «espoliados povos pastoris do espaço montanhês», aponte caminhos para uma superação da desvirtuação dessas culturas e do estigma que a Modernidade e o Mercantilismo fizeram recair sobre povos diversificados entre si mas regidos pelos princípios da reciprocidade e da redistribuição, e do autogoverno da sua cultura material e imaterial.

«Conhecê-los era rememorar todo um caminho penoso de esforço gregário do bicho antropóide, desde que ergueu as mãos do chão e chegou a pessoa, os instintos agressivos transformados paulatinamente em boas maneiras de trato e colaboração.» Não menos penoso foi escutar outra espécie de antropóides, sociólogos e críticos literários, que nos anos 90 consideraram o escritor transmontano ultrapassado e a sua obra eivada de romantismo. Três décadas de crença na violência neo-liberal, que culminam na actual falência ecossistémica, são um atestado de incompetência e de petulância a quem apressadamente, endrominado pelas mezinhas do progresso, desvalorizou a obra torguiana e, sobretudo, menorizou a cultura popular-comunitária que nela perpassa. Só o pedantismo mais alienado pode acusar de romantismo um escritor com convicções fundadas num modo de vida com séculos de existência estável, pautado por um regime político autosoberano e democrático, tendente à inclusão e ao consenso, e praticando um tipo de economia social não-expansiva.

À contra-corrente da decadência neo-liberal, a poesia, as memórias e os «contos da montanha» revelam-nos os «pequenos enclaves não de paradisíaca felicidade, mas de humana e natural liberdade», caracterizados «pela ordem voluntária no ócio e no trabalho, por uma disciplina cívica consentida e prestante, a que os heréticos chamam democracia de rosto humano». Formas de decisão democráticas e autónomas, modeladas pela assembleia aberta e o consenso como procedimento, esteios das sociedades comunitaristas de Portugal, como o antropólogo Jorge Dias descreveu nas suas determinantes recolhas etnográficas.

Voltando a citar o escritor nascido em São Martinho de Anta, «no tocante à ordem e aos meios de produção», contrapondo-se a qualquer predomínio individualista e liberal na esfera do económico, «cada qual tinha de dar contas à colectividade. Eleitos, os dirigentes prestavam contas dos seus actos em conselhos da povoação. Ninguém podia escusar-se ao mando nem à obediência». Não passa despercebido que aspirantes a revolucionários citem de cor a consigna zapatista «mandar obedecendo» e nunca imaginaram que ela tinha sido levada a peito aqui em casa durante séculos a fio… «De maneira que gostava de ir de vez em quando até Vilarinho [da Furna] presenciar a harmonia social em pleno funcionamento, sem polícias fardados ou à paisana. Dava-me contentamento ver a lei moral a pulsar quente e consciente nos corações, e a entreajuda espontânea a produzir os seus frutos. Regressava de lá com um pouco mais de esperança nos outros e em mim.», confessava o escritor do *Reino Maravilhoso* (continua…).

NOTAS

1 As notas e as referências bibliográficas a esta citação e às citações seguintes podem ser consultadas na versão digital do artigo publicado no sítio do Jornal Mapa.

Poesia em Loop

Nunes Zarel·leci

Ciclos de Poesia Constrangida

Golpe a Golpe

Intro [loop1]
...nas diversas formas de desespero
Tecendo um manto de ilusões...

Break [loop2]
...na incoerência, um fatalismo adolescente,
Para ser mestre na pobreza, a debater-se...
[loop3]
...e a correr riscos qual campeão da loucura
Num entendimento tormentoso da natureza...

Build Up [loop4]
...do transitório tempo de precário
A veterano da delinquência, provando...
[fx]
...golpe a golpe, na fuga em frente...

Drop [loop5]
...da educação física de planos inteligentes,
O esquecimento das prudências superioras...
[fx]
...golpe a golpe, na fuga em frente...

Outro [loop6]
...assim, quando parar parece morrer,
Acabo no sucesso perfeito do avanço já...
[fx]
...golpe a golpe, na fuga em frente...

125 BPM

[loop1-KickingKick]
... no início bombástico da negaça
Com orientação vaga se mergulha...

[loop2-FiercePercussion]
... pelos incertos caminhos
Da perda consumada...

[loop3-ThunderBass]
... os leves toques de pavor
Num futuro arriscado ecoam...

[loop4-ContactSynth]
... nas maravilhosas malhas de complexidade
Surgem severas e duras vitórias...

[loop5-RemedySynth]
... com aceites e renúncias de mundos
À medida do avanço da vida inquieta...

[loop6-CymbalFx]
... na consistência dos espaços e mistérios
Conquistados por tentativa e erro...

Nunes Zarel·leci (pseudónimo) nasceu em Lourenço Marques (Maputo) em 1970. Vive no Porto desde 1975. Viajou pela Europa de mochila nos anos '90. Pertenceu ao movimento Okupa. Entre 1999 e 2005 viveu em Barcelona. Foi artista de rua, feirante e temporário agrícola. É autor de fanzines desde 1989. É Cordão Amarelo no Jogo da Capoeira. Frequenta Associações Culturais e de Solidariedade Social para além de livrarias e bibliotecas.

Literatura para tempos difíceis

JOSÉ TAVARES

No momento em que vivemos uma aceleração tecno-totalitária, os romances que aqui sugerimos para ler ou reler, no silêncio e na lenteza, podem bem ser vitualhas, dando a cada um(a) a oportunidade de fazer obrar o espírito crítico. Sumariamente vou recenseá-los.

Primeiramente, o célebre *Frankenstein* de Mary Godwin Shelley, companheira do maior poeta do seu tempo, Percy B. Shelley. Filha de William Godwin, autor do *An Enquiry Concerning Political Justice* (1791), que Pedro Kropotkine disse conter «a exposição sincera do que mais tarde foi conhecido com o nome de anarquismo», e, de Mary Wollstonecraft autora da obra que é ainda hoje considerada fundamental e fundadora do feminismo, *Uma Vindicação dos Direitos das Mulheres* (1796, editado na Antígona em 2017).

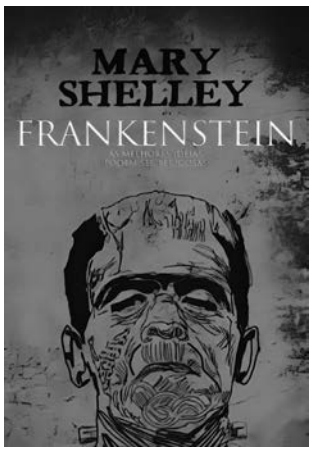
Frankenstein foi escrito em 1818. Pouco ou muito todos conhecemos a história. Um jovem de boas famílias lança-se um pouco ao acaso no estudo da biologia. Trabalhador incansável consegue realizar o sonho dos atuais transhumanistas: dar vida à matéria inanimada. «Foi numa sinistra noite de Novembro que pude finalmente contemplar o resultado do meu árduo trabalho. (…) À uma hora da manhã, uma chuva lúgubre martelava os vidros e a minha vela estava prestes a apagar-se, quando, sob uma luz moribunda, vi abrirem-se os olhos amarelos e baços da criatura. A coisa começou a arfar com dificuldade ao mesmo tempo que um espasmo convulsivo agitava os seus membros». A experiência torna-se um pesadelo. «O sonho desvanecia-se, enchendo-se o meu coração de um horror e de um asco de me tirar o fôlego. (…) Maldito seja, detestável demónio, o primeiro dia em que viste a luz! Maldita sejam (…) as mãos que te formaram!» Embora de início a criatura não tivesse malévolas intenções, por causa da perseguição cruel a que passa a ser objecto, acaba por se virar contra o seu criador. Existe aqui uma forte ligação à obra de William Godwin: a perseguição a que o ser-humano se vê permanentemente sujeito, quer pelos agravos e convenções sociais, quer pelo poder da lei. Tema que em William Godwin é uma obsessão, nomeadamente no romance *Calleb Williams*, e que Mary Shelley com uma imaginação mais invulgar desenvolve no seu *Frankstein*. Este é um romance epistolar de divertimento, onde as cenas de loucura e os crimes de sangue são utilizados como aviso perante a ambivalência do progresso técnico, o qual não tem limites de incómodos morais, éticos ou legais. Por consequência, o resultado é a criação de um monstro incontrolável.

Quando cada um de nós se adapta aos *desastres,* às obrigações que nos são hoje impostas e que nos acostumam de modo progressivo à perda das liberdades, outro livro a ler ou reler é o romance inesquecível de George Orwell *1984* (publicado em 1949). Uma distopia que interroga estes tempos de comunicação manipuladora, de controle tecno-cientifico e outras Novilínguas.

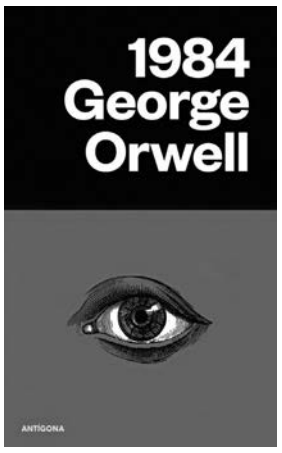
«Guerra é Paz. Liberdade é Escravidão. Ignorância é Força». Estes avisos não são só enunciados, servem para criar um ambiente de medo e de terror. Orwell descreve uma espantosa opressão totalitária, com vídeo vigilância total, polícia política, tortura. A teletela ominipresente na sociedade totalitária descrita por Orwell é o *smartphone* dos dias de hoje? Pura e simplesmente, em vez de uma terrível opressão, este esbulho desenrola-se hoje de maneira divertida, confortável e surge como uma necessidade técnica inevitável para gerir uma sociedade cada vez mais maquinal. Orwell também vê o desaparecimento da autonomia, o fascínio pelo Poder e pelas máquinas, como vontade de produzir um «homem novo». Cada ser-humano deve ser igual a todos os outros, ousar contrariar esta ordem significa deixar de ser cidadão e um perigo para a sociedade. «Como posso deixar de ver o que está diante dos meus olhos? Dois e dois são quatro. Às vezes são cinco. Às vezes são três. Às vezes são as três coisas ao mesmo tempo. Deves fazer maior esforço. Não é fácil recobrar a razão.»

Não é só um regime político que Orwell critica, mas um estado de espírito, uma mentalidade, que também se desenvolve nas nossas democracias. Os temas de Orwell são muito atuais.

No entanto, é o *Admirável Mundo Novo* (1932) de Aldous Huxley que parece corresponder melhor à cultura capitalista em que vivemos, particularmente, pelo hedonismo que a atravessa. Aliás, estes três romances distópicos que aqui sugiro para leitura são complementares. Em o *Admirável Mundo Novo*, Huxley descreve uma sociedade de tipo totalitário. Uma sociedade hierarquizada, racionalizada, que instaurou um implacável eugenismo de Estado onde os seres-humanos são fabricados *in vitro*. A produção de humanos «Alfa» geneticamente determinados para constituir a élite da nação, enquanto que os «Epsilons» são privados de inteligência humana. «Pela primeira vez na história, sabe-se perfeitamente para onde se caminha.» «Comunidade, Identidade, Estabilidade.» Os últimos humanos «selvagens», aqueles que não são produzidos cientificamente, são acantonados em reservas. A forma clássica de reprodução pelo sexo entre uma mulher e um homem é considerado como imundo e perverso. Graças aos meios de comunicação de massas e à droga, no romance o soma, a segurança material anestesia todo o medo de viver. O sexo desenfreado e o soma, «todas as vantagens do cristianismo e do álcool; nenhum dos seus defeitos», são encorajados para aniquilar qualquer resquício de instinto ou desejo de liberdade que surja. Um mundo asséptico, onde a doença e a velhice foram erradicadas de modo cientifico: «Civilização é esterilização». No seu livro, *Regresso ao Admirável Mundo Novo* (1958) Aldous Huxley conclui que o mundo se assemelha cada vez mais à sua distopia. Hoje, não podemos estar mais de acordo. Porém, como ainda não está completamente concluído, talvez, ainda nos reste espaço para contrariar este pesadelo.



Frankenstein
Mary Shelley
Tradução: João Costa Guimarães
Editores Edições Asa



1984
George Orwell
Tradução: Ana Luísa Faria
Antígona, 3.ª edição 2007

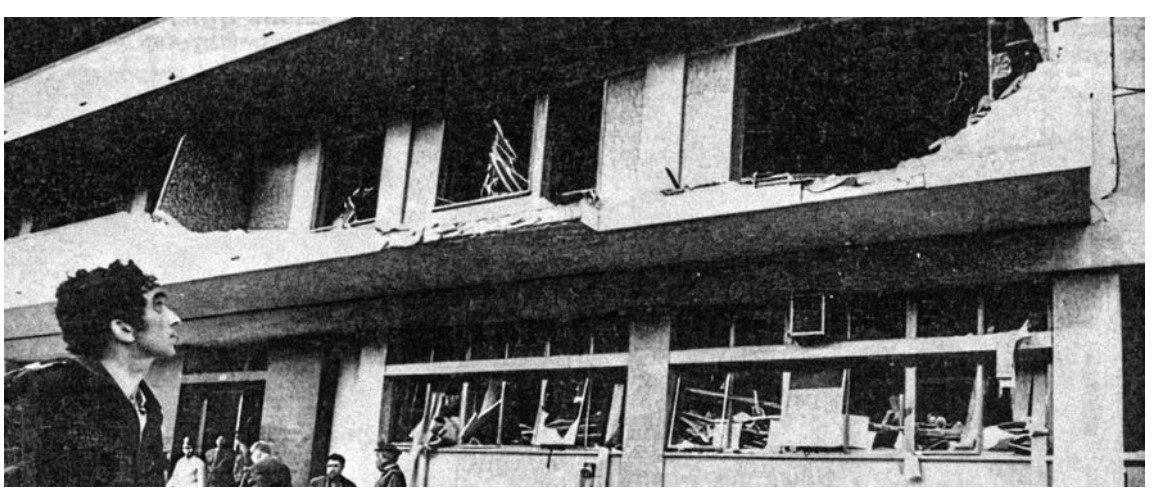
Admirável Mundo Novo
Aldous Huxley
Tradução: Mário-Henrique Leiria
Antígona, 1.ª edição 2013

As Brigadas Revolucionárias na Luta Contra a Ditadura (1971-1974)

JOSÉ TAVARES

Este documentário, de Luiz Gobern Lopes, Fernando Silva e Francisca Serrão, vem preencher uma carência na história da resistência ao regime ditatorial salazarista: a oposição armada.

Na década de 60, do século XX, «a luta armada» está na moda em todos os continentes. Os exemplos de Cuba, Vietname, Argélia ou Palestina impulsionaram a constituição de grupos armados, mesmo em países de democracia parlamentar, como Itália, Alemanha ou mesmo nos EUA, a maioria deles esquerdistas e neo-estalinistas.



Estragos provocados no Quartel-Mestre General na Rua Rodrigo da Fonseca- 9 de Março de 1973. Aqui morreu o camarada Luis.

Em Portugal, entre 1967 e 1974, três organizações armadas levaram a cabo ações violentas contra o regime fascista salazarista: a LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária), a ARA (Acção Revolucionária Armada) e as BR (Brigadas Revolucionárias). Antes desta data ocorreram, entre 1927 e 1937, os levantamentos armados de tendência republicana, a greve insurrecional de 18 janeiro de 1934, organizada pelos anarco-sindicalistas da antiga CGT e o atentado falhado a Salazar em 1937. Foi após as eleições em 1958, com a candidatura do general Humberto Delgado e impossibilitada a mudança do regime por meios pacíficos, que surge um

novo impulso para a via armada: o assalto ao navio Santa Maria, em janeiro de 1961, desvio do avião da TAP, em outubro e no final desse ano o assalto falhado ao quartel de Beja.

O documentário *As Brigadas Revolucionárias na Luta Contra a Ditadura (1970-1974)*, dividido em duas partes, é um registo dos testemunhos daquelas e daqueles que nelas participaram. Começa por contextualizar as circunstâncias históricas da sua ação, dá-nos a conhecer a origem e a identidade dos componentes, até este momento desconhecida da grande maioria do público. Alguns dos nomes «agraciados com a prestigiosa Ordem da Liberdade (Piteira Santos, Manuel Alegre, Stella Piteira Santos, Isabel do Carmo, Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita e Conceição Moita)». E outros, sem medalhas, como a família Batista (do Barreiro): Júlia, Vasco, Artílio e Nuno, como Dulcínio Pina, José João Morato, Francisco Pacheco,

De assinalar [das acções empreendidas pelas BR]o lançamento de dois porcos, enquanto se desenrolava a reeleição de Américo Thomaz, no Rossio e em Alcântara, vestidos de Almirante, que levavam o seguinte dístico: «Américo Thomaz, presidente ao quilómetro».

Carlos Manuel, Carlos Curto, Carlos Antunes, Carlos Vilela, Gregório Luís, Vladimir Roque Laia, Tomás da Fonseca, Orlando Lindim Ramos ou os irmãos José Paulo e Paula Viana, para citar somente alguns dos protagonistas. Contam-nos as ações empreendidas, por exemplo, o ataque à base secreta da NATO na Fonte da Telha, 7 de novembro de 1971; a sabotagem da bateria de canhões no Barreiro, 12 de novembro de 1971; a destruição de 15 camiões *Berliet* destinados à guerra colonial, 11 de julho de 1972; o ataque à bomba no Quartel General em Bissau, 22 de fevereiro de 1974; ou a ação de sabotagem ao navio Niassa ancorado no Porto de Lisboa, 9 de abril de 1974. Pelo meio, e para financiar as BR, várias *expropriações de fundos* a Bancos. De assinalar, o lançamento de dois porcos, enquanto se desenrolava a reeleição de Américo Thomaz, no Rossio e em Alcântara, vestidos de Almirante, que levavam o seguinte dístico: «Américo Thomaz, presidente ao quilómetro». Outra das ações testemunhadas neste documentário foi o assalto aos Serviços Cartográficos do Exército, em Dezembro de 1972, onde as Brigadas se apoderaram de cartas militares de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique que seriam, posteriormente, entregues aos movimentos de libertação. Eram mapas secretos, que auxiliavam o posicionamento das tropas portuguesas no terreno e planos de ataque aos movimentos de libertação. José Paulo Viana levou-os para Paris, de onde seguiram para Argel e aí foram entregues aos representantes do MPLA, PAIGC e FRELIMO. Agostinho Neto, presidente do MPLA, enviou uma carta de agradecimento às BR. No total foram retirados cerca de 200 mapas que, de acordo com os movimentos de libertação, «constituíram um instrumento importante para a intensificação da luta». Luta de libertação anti-colonial que, diga-se, deu origem ao surgimento de novas classes dominantes, peões, por sua vez, nas mãos de grandes potências...

Resta mencionar, para terminar esta brevíssima nota, que a produção do documentário, sem apoios institucionais, nomeadamente em termos de recursos técnicos, implicou algumas limitações perceptíveis num ou noutro momento. Por esse motivo, a sua exibição pública, diz-nos um dos seus autores, «não pode, por ora, extravasar o âmbito privado, até serem solucionadas questões de pagamentos de direitos autorais e de acesso a outras plataformas de exibição pública». Condição indispensável para que todos possam ter acesso a este registo histórico importante para a memória da resistência ao fascismo peculiar de Salazar.

Nota: A apresentação por convite e não comercial de ***As Brigadas Revolucionárias na Luta Contra a Ditadura (1970-1974)*** (3h10) teve lugar no dia 10 de Novembro no auditório do Liceu Camões, em Lisboa, no dia 19 de Novembro no GDR «Os Leças», no Barreiro, e no dia 3 de Dezembro na Cooperativa do Povo Portuense, na capital nortenha.

Vortex, um novo redemoinho no bairro das Olaias

Num momento em que o negócio imobiliário e turístico tem imposto o fecho de alguns dos poucos espaços de música alternativa ao vivo em Lisboa, um grupo de amigxs congregou esforços e recursos para responder, com o Vortex, à voragem capitalista.

RICARDO VENTURA

Miguel Almada

Está em funcionamento, desde meados deste ano, o Vortex, espaço associativo localizado na rua Aquiles Machado 2C, no bairro das Olaias. No texto de apresentação do Vortex, o coletivo que o dinamiza descreve-o como «um espaço DIY em forma de associação, que tem como objectivo criar um projecto e plataforma onde se possa organizar actividades que se oponham à lógica comercial dos espaços que dominam a cidade com políticas de comércio e consumo».

A iniciativa partiu de um grupo de amigxs que sentiu a necessidade de criar um espaço físico que pudesse acolher não só eventos musicais, mas também outras atividades culturais que os associados considerem pertinentes. O Vortex constitui-se, nessa medida, como um gesto de revolta contra o panorama de uma «cidade cada vez mais sufocante, direccionada para o turismo e interesses económicos, e não para quem nela habita».

Com efeito, as graves transformações sentidas na cidade de Lisboa ao longo dos últimos anos, de acordo com uma lógica de turistificação e de submissão aos interesses dos grandes grupos imobiliários, têm imposto, a par do aumento esmagador dos preços da habitação e da precarização do trabalho, uma terraplanagem da paisagem social e cultural da cidade. Alguns dos poucos espaços comerciais que acolhiam eventos de música alternativa ao vivo - como o Sabotage ou o Bar Popular, por exemplo - não sobreviveram à voragem capitalista e à crise gerada pela pandemia Covid-19.

Contrariando esta dinâmica, o Vortex apresenta-se como um espaço que funciona com trabalho voluntário, em que não há qualquer atividade lucrativa nem comercial. Durante meses, o coletivo congregou esforços e recursos para a auto-construção de um espaço o mais acolhedor possível, para a realização de eventos musicais.

No dia 30 de setembro, o Vortex abriu, finalmente, portas para acolher os concertos dos Manferior e dos Bait. Xs associadxs, que afluíram em bom número (cerca de 150 pessoas), tinham ao dispor bebidas e petiscos (veganos e vegetarianos), por donativos justos, com vista ao financiamento das obras e do funcionamento do espaço. Até à data, o Vortex acolheu, entre outras iniciativas, o lançamento do álbum Já estou farto!, dos Ku de Judas, acompanhado do visionamento do documentário homónimo de Paulo Antunes (2021), dedicado à figura de João Pedro Almendra, no dia 15 de outubro, e o concerto de lançamento do mais recente álbum dos Nagasaki Sunrise, no dia 29 de outubro, que contou também com a participação dos Vurmo.

Neste momento, o coletivo do Vortex concentra-se na promoção de novos eventos e na realização de melhoramentos do espaço, ao nível do isolamento acústico e tendo em vista a criação de condições para um leque mais variado de atividades, que abrangerá a disponibilização de uma sala de ensaios e de um estúdio de gravação. Para isso, o Vortex conta com a participação de todxs aquelxs que não se revêm numa cidade exclusiva, e que lutam pela vitalidade do movimento underground.

@julia_barata

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 36
Dezembro 2022-Fevereiro 2023

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Aurora Santos*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Sara Moreira*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Garras*, Inês Xavier*, Júlio Henriques, José Tavares, Sofia Pereira, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, 2º Coletivo, Renata Camargo, Biblioteca/ Livraria das Insurgentes, L. Silva, Joana Martins, Beatriz Matos, Bör Benedek, Júlio do Carmo Gomes, António Luís Catarino, Marco Meliti, Júlia Barata, José Janela, Domingos Patacho, Movimento Referendo Pela Habitação, Nicole Sánchez, Catarina Mateus, Ana Afonso, Diana Dionísio, Ricardo Ventura, Pedro Cerejo, Susana Baeta, Mariana Vieira, Sónia Gabriel, Miguel Almada, Luís Henriques, Clara Pestana
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 36
DEZEMBRO 2022-FEVEREIRO 2023
3000 EXEMPLARES

Smup adentro: a associação Cultura no Muro

Jornal MAPA - O que é a Cultura no Muro?

Cultura no Muro - A Cultura no Muro é uma associação sem fins lucrativos situada na periferia de Lisboa, na Parede. Insurgente, aberta e inclusiva, a associação Cultura do Muro surge da vontade de dinamizar a oferta cultural e fomentar a consciência social na área da Parede e arredores. Atendendo às necessidades que sentimos ao longo dos tempos, tentamos promover, divulgar e partilhar eventos alternativos de consciencialização cívica e outros canais de expressão individual, cultural e de resistência ao empobrecimento das nossas vidas despoletado pelas políticas actualmente vigentes.

Cremos, acima de tudo, que estes espaços não podem nem devem ser reduzidos a subúrbios silenciosos das áreas de Lisboa e Cascais. Acreditamos na possibilidade de descentralizar e redistribuir a riqueza cultural, multiplicando os focos de oferta cultural e procurando trazer actividades e possibilidades a espaços normalmente ausentes da agenda cultural.

No processo, desejamos activar o potencial da área em termos da criação artística e cultural e em termos do pensamento crítico sobre questões que são urgentes hoje em dia, como a actual crise económica, a sustentabilidade ecológica, a luta contra a discriminação de diversas identidades sociais e a viabilidade de uma vida cívica e cultural suburbana – sendo que não separamos a discussão e construção de valores daquilo que é o trabalho de produção e partilha artística e cultural.

Da vossa experiência, quais os desafios e felicidades de programar na periferia, tão perto do centro de Lisboa?

CM - Os desafios são diversos! A associação Cultura no Muro é um colectivo que depende do trabalho voluntário, com verbas reduzidas, por isso nem sempre conseguimos investir na criação programática como desejaríamos. Desde produção, design, contabilidade, fotografia, comunicação, tudo é executado de forma voluntária. Sentimos a necessidade de recorrer a outros apoios, mas nem sempre estão ao nosso alcance. Temos no entanto em conta o aumento de participantes que nos trazem mais conhecimento e espírito colaborativo. Sentimos que grande parte do nosso objectivo é cumprido, e isso é gratificante!

Procuramos não só trazer as nossas ideias e iniciativas à área, com a programação cultural própria da associação, como assistir quem tenha os seus próprios projectos a trazê-los à fruição, seja na organização de eventos, na divulgação dos mesmos, na partilha de informação, ou outras vertentes em que possamos ser úteis à comunidade.

A interação entre os colectivos é essencial para o questionamento e a inquietação na criação de novos projectos. Para isso, a SMUP é o espaço físico de partilha essencial e onde nos encontramos sediades desde 2011. Junto à estaçao de comboio da Parede, torna-se de fácil acesso.

É através da Cultura no Muro que muitos outros colectivos têm passado pela SMUP e pela Parede. Como entendem a importância de ter de um espaço físico e de poder torná-lo mais «aberto» a diferentes comunidades?

CM - É através da Cultura no Muro que vários colectivos, e não só, conhecem a SMUP. Desde o próprio Jornal MAPA, as Jornadas Anti-Carcerárias, o Centro de Cultura Libertária, a Plataforma Antifascista, o Movimento Minas Não, o GOSA - Grupo de Saúde Antiautoritária, o INMUNE – Instituto da Mulher Negra, as Mulheres Negras Escurecidas, o Take It, entre tantos outros... Estes colectivos chegaram até nós inseridos em eventos como o QueerFest, FestivalEco, Ciclo Sem Fim - Feminismo interseccional, Festival Feminista de Lisboa, Festa Cigana, Mercado Maroto… Enfim, são 11 anos de trabalho e muita troca, seria difícil enumerar todos.

Em tempos conseguimos dispor de actividades regulares mensais, como os Jogos de Tabuleiro, as Sessões no Muro (cinema), o Clube de Leitura, o Clube de Pequenos Pensadores (filosofia para crianças) e a Feira Lady Vintage (feira de roupa em segunda mão). Acreditamos que um dia vamos conseguir voltar a programar com a mesma regularidade. Fomos vencedores do projecto do Orçamento Participativo em 2011 e o investimento foi totalmente executado na SMUP. Trabalhamos até hoje voluntariamente para que seja um espaço seguro e acessível a todas as pessoas, com o objectivo de construir uma comunidade mais próxima às necessidades de todes.

MAPA BORRADO

A FORMA COMO AS OCUPAÇÕES PELO CLIMA FORAM TRATADAS COMO IRREALISTAS, INFANTIS, ETC PROVA QUE A LUTA PELO DECRESMIMENTO ESTÁ PERDIDA
PUSERAM-SE A JEITO?
JUSTAMENTE
USINE BÉTON
O QUE ISSO DIZ A UM DESPEJADO, DESEMPREGADO OU ALGUÉM QUE TRABALHA O DIA INTEIRO PELO SALÁRIO MÍNIMO???
É UMA LUTA PERDIDA
MAS A QUESTÃO DO CLIMA NÃO É FACULTATIVA! FALAR DE OUTRAS COISAS SEM ISSO É POPULISMO PURO!!
NÃO QUE A MENSAGEM DAS OCUPAÇÕES SEJA ARTICULADA OU CHEGUE A ALGUM LADO
PAGAR
MAS PORQUE PODE SER O INÍCIO DE UMA IMPORTANTE TRANSFORMAÇÃO
CRITIQUE
DAQUI A UNS ANOS, COM APOIO E CONHECIMENTO ESTARÃO A CRIAR AS SUAS COMUNIDADES ECOLÓGICAS
OU, PELO CONTRÁRIO, SERÃO OS NOVOS EMPRESÁRIO DO CAPITALISMO VERDE
DIZ-ME UMA LUTA QUE NÃO ESTEJA PERDIDA